



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA - FGEO

ANNE KAROLINNE MENEZES MARTINS

**VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DE MARABÁ (PA): UMA ANÁLISE DAS
OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NO NÚCLEO CIDADE NOVA, NOS ANOS DE
2014 A 2016.**

Marabá-PA

2018

Anne Karolinne Menezes Martins

VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DE MARABÁ (PA): UMA ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NO NÚCLEO CIDADE NOVA, NOS ANOS DE 2014 A 2016.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção dos títulos de licenciado e bacharel em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza.

Marabá-PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Martins, Anne Karolinne Menezes

Violência homicida na cidade de Marabá (PA): uma análise das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, nos anos de 2014 a 2016 / Anne Karolinne Menezes Martins ; orientador, Marcus Vinícius Mariano de Souza. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Violência urbana – Marabá (PA). 2. Homicídio - Marabá (PA). 3. Espaços públicos - Marabá (PA). 4. Marabá (PA) - Geografia. 5. Segurança pública. I. Souza, Marcus Vinícius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 303.6098115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-Documentalista CRB2/583

ANNE KAROLINNE MENEZES MARTINS

VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DE MARABÁ (PA): UMA ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NO NÚCLEO CIDADE NOVA, NOS ANOS DE 2014 A 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza (UNIFESSPA)

Examinador (a) interno

Prof.^a Ms.^a Gleice Kelly Gonçalves da Costa (UNIFESSPA)

Examinador (a) externo

Major Ricardo Batista da Silva (Comando de Policiamento Regional II)

À minha mãe Maria Lúcia, ao meu marido Janderson Tavares, aos meus amigos e familiares, e à toda sociedade marabaense. É para e por vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, por não ter me abandonado durante todo o período da graduação, mesmo que, por muitas vezes, eu tenha questionado a sua existência nos momentos difíceis. Por ter me sustentado em todo o processo de mudança de cidade, e, principalmente, quando pensei em desistir (e não foram poucas). Sem Deus não teria conseguido chegar onde cheguei. Obrigada, Senhor!

À minha mãe, Maria Lúcia, por não medir esforços em garantir sempre o melhor para minha vida, mesmo que, em muitas vezes, tenha abdicado do seu querer para garantir o meu. Todos os anos de dedicação, puxões de orelha, choros e saudade não foram em vão, esse trabalho é resultado do esforço e dedicação para retribuir todo o investimento (financeiro e emocional) na minha educação. Tudo isso é por você, minha rainha. Te amo.

Ao meu pai Gilberto Martins, que ao seu modo se fez presente em todo o período da graduação e pelas constantes palavras de incentivo. Muito obrigada!

Às minhas irmãs Vanessa Cristine e Patrícia Cristina, e minha sobrinha Larissa D'Ávila, suas orações me deram força para enfrentar essa jornada e todo o apoio para que eu pudesse dar esse orgulho para a família.

Ao melhor grupo de trabalho da Geografia 2013 - manhã, "FORMATION", Laís Alves, Kamilla Lopes, Myrelly Llays e Angilberto Muniz (vulgo, Gilbi). Que desde o primeiro semestre do curso à disciplina do último semestre nos mantivemos firmes e fortes, dentro e fora da universidade. Muito obrigada pela amizade, paciência comigo, pelas mãos estendidas sempre que precisei, e, porque não lembrar das nossas brigas e saídas do grupo do whatsapp? (rs) Todos os momentos ao lado de vocês estarão sempre guardados dentro do meu coração. É para vida. Amo vocês!

À Rafaelly Farias, por ter compartilhado não apenas a casa durante o início da graduação, como também as tristezas, as alegrias, a saudade de casa e momentos únicos na minha vida. Madrinha do meu casamento, amiga, irmã. Obrigada por tudo.

Aos meus amigos Hinckley Mendes e Cleyton Amin, pela amizade, cumplicidade e carinho comigo. Muito obrigada pela irmandade, vocês são demais. Sem vocês a caminhada não teria sido nada fácil (e não foi, mas caminhamos juntos). Desejo muito sucesso, vocês merecem.

Aos meus colegas de turma, Geografia 2013 – manhã, por todos os momentos que passamos juntos em sala de aula e, principalmente, nos trabalhos de campo, sem vocês as viagens não valeriam a pena. Obrigada de coração.

Ao meu orientador, Professor Marcus Vinícius Mariano de Souza, por ter compartilhado todo o seu conhecimento tanto sobre a Geografia como de sua trajetória acadêmica. Muito obrigada por ter aceito mergulhar nessa pesquisa ousada e difícil, sua orientação foi fundamental para que essa pesquisa se estenda para além da graduação. Muito obrigada mesmo.

Aos professores da graduação por todo o ensinamento durante a trajetória acadêmica. Alguns ensinaram em como ser um bom professor, outros ensinaram no que jamais se tornar. No mais, muito obrigada.

Aos professores e amigos Gleyce Kelly e Michel Lima, por toda atenção, carinho e generosidade em repassar os seus vastos conhecimentos tanto da ciência geográfica quanto da vida. Sou grata por nossa amizade ter se prevalecido para além da universidade. Amigos da vida, meu muito obrigada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante 2 anos de curso, através do projeto “O direito à cidade constrói-se na escola: formação política dos cidadãos e ensino de Geografia”. Através deste projeto aprendi a amar o ensino de Geografia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida através do projeto “A produção do espaço urbano e criminalidade: análise da espacialização das ocorrências dos homicídios no perímetro urbano de Marabá, de 2014 a 2016”. Este trabalho tornou-se um seguimento do projeto.

Ao Comando de Policiamento Regional II (CPR II), em especial, à Cabo Letícia, ao Cabo Rui, ao Major Batista e aos demais integrantes do Setor Estratégico, por disponibilizarem os dados que nortearam este trabalho. Espero que nossa parceria perdure para além da graduação.

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) por não ser somente um espaço acadêmico, mas um espaço que se tornou minha segunda casa, onde cresci como pessoa e como profissional. Serei eternamente grata e orgulhosa por fazer parte dessa grande família.

Ao colega de curso Athos Ricardo, por toda a disponibilidade e paciência (muita, por sinal) em me auxiliar na confecção dos mapas deste trabalho. Muito obrigada de verdade.

Às colegas de curso Alana Inácio, Andreana Santos e Jilciene Freitas pelo companheirismo durante o período do projeto de criminalidade. Desejo muito sucesso na vida de vocês.

Aos meus “gatinhos” de estimação Steve (que está no céu) e Pretinha, por todo amor e fidelidade. E por serem meus companheiros tanto nos momentos de leitura, como nos momentos de escrita. Só quem tem um sabe, amo vocês.

A todos os meus amigos que deixei em Belém e aos que fiz em Marabá, que, de alguma forma, contribuíram nessa árdua caminhada. Um obrigada especial aos amigos, Layse Oliveira, Ana Paula Gomes, Nielsen Costa, Stanley Seixas, Thiago Monteiro, Átila Lima, Thayane Thesouro, Andson Monteiro, John John Paiva, Sandra Amaral, Luiz Cláudio Marinho, Andreyra Furtado e Augusto Souza.

E, por último, e mais importante, ao meu marido, Janderson Tavares, por todo amor, dedicação, companheirismo e paciência durante toda a trajetória acadêmica e na vida. Por ser o meu porto seguro nos momentos difíceis, eu não teria dado conta se não fosse as suas “chamadas de atenção”. Por sonhar junto comigo e sempre buscar maneiras de realiza-los. Me inspirei em você, no seu caráter pessoal e profissional para a realização desse trabalho. Você é o meu equilíbrio. Essas palavras não são suficientes para descrever todo o amor e admiração que eu sinto por você. Muito obrigada, meu amor. Amo você.

*A força da não violência é infinitamente maior do que a força de todas as armas inventadas
pela engenhosidade do homem. (Mahatma Gandhi)*

RESUMO

A violência e a criminalidade estão se tornando elementos fundamentais para discussão acerca do espaço urbano no Brasil. Esta perpassa por todas as classes sociais, desmistificando a ideia de que ocorrem apenas nas áreas pobres das cidades. A partir do crescimento demasiado da violência e criminalidade no espaço urbano, estudos estão sendo realizados para identificar e analisar a espacialização desses fenômenos e entender sua dinâmica. A cidade de Marabá, assim como as demais cidades brasileiras, carrega em seu arcabouço histórico a materialização da violência em suas diversas faces. Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender os elevados índices de homicídios no núcleo Cidade Nova, nos anos de 2014 a 2016. Para melhor compreensão desta problemática nos atemos a uma reflexão acerca da temática da violência urbana, discutindo sobre as formas de violência desde as primeiras civilizações até os dias atuais. A posteriori, se fez necessário um resgate histórico da formação socioespacial da cidade de Marabá e os primeiros indícios de violência, perpassando pelos seus ciclos econômicos e os conflitos fundiários, onde a violência se fez presente. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o município de Marabá está em 11º no ranking das cidades mais violentas do Brasil, e através de dados oficiais fornecidos pelo Comando de Policiamento Regional II (CPR II) foi possível identificar o crescimento demasiado dos índices de homicídios no núcleo Cidade Nova, visto que a cidade de Marabá é polinucleada contendo cinco núcleos (Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova), núcleo este que vivenciou o “boom” da expansão urbana através do surgimento de ocupações localizadas no entorno das áreas centrais – a maioria das ocorrências de homicídios estão especializados nessas áreas -. O recorte temporal escolhido está relacionado à disponibilidade de dados oficiais que subsidiaram a análise, bem como a expansão urbana no núcleo escolhido. Com isso, no decorrer dos três anos analisados, com o auxílio da cartografia, o aumento dos índices de homicídios trará um outro olhar para as áreas de maior ocorrência tanto no Poder Público quanto dos moradores residentes, que, são vítimas diárias da violência e criminalidade.

Palavras-chave: violência urbana – criminalidade – homicídios – Marabá – Cidade Nova.

ABSTRACT

Violence and crime are becoming fundamental elements for discussing urban space in Brazil. This pervades them all as social classes, demystifying an idea that they occur only in the poor areas of cities. From the growth, violence and crime in urban space, studies are being carried out to identify and analyze the spatialization of phenomena and to understand their dynamics. The city of Marabá, as well as public cities, carries in its historical framework the materialization of violence in its various faces. This work aims to analyze and investigate homicide rates in the Cidade Nova nucleus from 2014 to 2016. In order to better understand this issue, we focus on a reflection on the issue of urban violence, discussing how forms of violence from the earliest civilizations until nowadays. Subsequently, a historical rescue of the socio-spatial formation of the city of Marabá and the first signs of violence, passing through its economic cycles and land conflicts, where violence was present, became necessary. According to the Institute of Applied Economic Research (IPEA) or municipality of Marabá is ranked 11th without ranking of the most violent cities in Brazil, and through official data provided by the Regional Policing Command II (CPR II) was found to identify too much growth of homicide rates in the Cidade Nova nucleus, since the city of Marabá is a polynucleate containing five nuclei (Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix and Morada Nova), a nucleus that experienced the boom of urban expansion through the surgeon of occupations located around central areas - most homicide occurrences are specialized in these areas -. The chosen time cut is related to the availability of official data that subsidized an analysis, as well as an urban expansion in the chosen nucleus. Thus, with the help of cartography, the increase in homicide rates will lead to another look at the areas of greatest occurrence, both the Public Power and resident residents, who are daily victims of violence and crime.

Keywords: urban violence - crime - homicides - Marabá - Cidade Nova.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização do Burgo do Itacayuna.....	40
FIGURA 02 – Localização dos núcleos urbanos (2014)	61
FIGURA 03 – Características histórico-geográficas da cidade de Marabá.....	62
FIGURA 04 - Situação da área urbana de Marabá, com tendências de expansão em direção ao bairro Amapá e à Vila Transamazônica, 1974.....	64
FIGURA 05 – Evolução da expansão urbana (1920-2004)	65
FIGURA 06 – Macrozoneamento urbano do núcleo Cidade Nova.....	66
FIGURA 07 – Expansão do edificado no Distrito Cidade Nova (2013)	69
FIGURA 08 – Aglomerados subnormais no perímetro urbano (2010)	70
FIGURA 09 – Os 30 municípios do Brasil mais violentos em 2015.....	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Conceitos de violência.....	27
QUADRO 02 - Município de Marabá – Castanhais de Serventia Pública (1925-1960)	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Causa presumível das ocorrências de homicídios no ano de 2014.....	78
GRÁFICO 02 – Causa presumível das ocorrências de homicídios no ano de 2015.....	82
GRÁFICO 03 – Causa presumível das ocorrências de homicídios no ano de 2016.....	85
GRÁFICO 04 – Faixa etária das vítimas de homicídios nos anos de 2014 a 2016.....	86
GRÁFICO 05 – Gênero das vítimas de homicídios nos anos de 2014 a 2016.....	87
GRÁFICO 06 – Dia da semana das ocorrências de homicídios nos anos de 2014 a 2016...	88
GRÁFICO 07 – Faixa horária das ocorrências de homicídios.....	89
GRÁFICO 08 – Meio empregado dos homicídios.....	90

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Localização do núcleo Cidade Nova, Marabá.....	72
MAPA 02 – Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2014.....	77
MAPA 03 – Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2015.....	80
MAPA 04 – Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2016.....	84

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ALPA – Aços Laminados do Pará

CPR II – Comando de Policiamento Regional II

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DETRAN – Departamento de Trânsito

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

OMS – Organização Mundial da Saúde

PREC – Programa de Redução da Criminalidade

PDP – Plano Diretor Participativo

PIB – Produto Interno Bruto

PGC – Programa Grande Carajás

SEGUP – Secretaria de Segurança Pública

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

SNI – Serviço Nacional de Investigação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TB – Taxa Bruta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA URBANA	21
1.1. A violência multifacetada.....	23
1.2. Violência e criminalidade: um medo urbano.....	28
1.2.1. O tráfico de drogas como propagador da violência e criminalidade.....	33
1.2.2. As milícias no contexto da violência urbana.....	35
2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE MARABÁ E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA	39
2.1. Marabá e seus ciclos econômicos.....	39
2.2. Violência enquanto resultado de conflitos fundiários.....	50
3. VIOLÊNCIA URBANA NO NÚCLEO CIDADE NOVA: ESPACIALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NOS ANOS DE 2014 A 2016	59
3.1. O núcleo Cidade Nova no contexto urbano da cidade de Marabá.....	63
3.2. Violência homicida no núcleo Cidade Nova.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

A temática da violência urbana está sendo bastante discutida atualmente – e por razões relevantes – no Brasil, decorrente dos índices elevados de violência e criminalidade nas cidades brasileiras. São inúmeros fatores condicionantes dessas ações, contudo, destaca-se o acelerado processo de urbanização das cidades, que, em sua grande maioria, não conseguem atender a demanda das populações. Com isso, essa aceleração traz consigo alguns problemas, como a infraestrutura precária urbana atrelada às péssimas condições de moradia, causando também, precários indicadores sociais (CHAGAS, 2014).

Não obstante a isso, diferentemente do que se imagina, a violência urbana está disseminada por todas as classes sociais, desmistificando a ideia de que esse fenômeno só pode ser encontrado nas áreas mais pobres das cidades. Logo, vale ressaltar que a diferença do fenômeno entre as classes está no seu espraiamento, ou seja, é necessário analisar as áreas de ocorrência da criminalidade para poder entender a dinâmica a qual está inserida. E por esses e outros motivos sociais, econômicos e culturais que a grande parcela da população residente de áreas menos favorecidas sofrem diariamente discriminação.

A exclusão social, a pobreza e a favelização presentes nas cidades brasileiras são alguns dos contribuintes do fenômeno da violência no espaço urbano. Esses fatores se apresentam com maior intensidade nas áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo Poder Público, e a partir disso, tornam-se áreas propícias para a difusão e estabelecimento da criminalidade (CHAGAS, 2014).

Corrêa (1989) apud Chagas (2014) enfatiza que a especulação fundiária decorrente do aumento o preço da terra e conseqüentemente o valor dos imóveis urbanos, resulta na migração forçada e/ou espontânea da camada mais pobre para as áreas menos valorizadas, o qual o valor da terra é mais “acessível” e podem ser encontradas nas periferias das cidades. No entanto, essas áreas não estão ligadas diretamente à lógica do mercado das cidades, e esse fator influencia demasiadamente nas condições infraestruturais das áreas periféricas, onde o Estado às exclui direcionando recursos para as classes dominantes.

Para Corrêa (1989) o espaço urbano se encontra fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, por ser um produto social e resultado das ações acumuladas de acordo com a temporalidade pelos agentes que compõem e produzem o espaço. A partir disso, o espaço está sempre se reorganizando, inserindo novas áreas, densificando o uso do solo, deteriorando certas áreas, áreas diferenciadas de acordo com a

infraestrutura, todos esses componentes são fundamentais para o conteúdo social e econômico das cidades.

A produção do espaço urbano das cidades brasileiras encontra-se fragmentada e articulada pelos agentes sociais, são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. Os proprietários dos meios de produção são os grandes consumidores do espaço, estão sempre em expansão para satisfazer as atividades de suas empresas. Os proprietários fundiários atuam no sentido de obter maior renda fundiária nas suas propriedades, almejando o uso mais remunerador possível, geralmente o uso comercial ou residencial. Os promotores imobiliários são um conjunto de agentes que realizam algumas operações, como a realização da gestão no que tange a transformação da terra em mercadoria, financiamentos, construção, comercialização, dentre outras funções. O Estado atua na organização espacial da cidade, geralmente priorizam as grandes indústrias por serem os maiores consumidores do espaço, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, além de serem obrigados a proporcionar total infraestrutura para as cidades. E, por último, os grupos sociais excluídos se diferem dos demais agentes devido ao acesso aos bens e serviços de forma precária, a habitação é o maior problema, visto que uma enorme parcela da população não tem acesso (CORRÊA, 1989).

No caso Amazônico, suas transformações socioeconômicas e espaciais estão ligadas aos produtos naturais encontrados nessa região, das drogas do sertão, passando pela borracha e chegando à mineração, os ciclos econômicos retratam a história desse território (SOUZA, 2015). A colonização capitalista avistou nesse espaço recursos valiosos, pouco explorados, podendo permitir a instalação do mercado nacional e internacional através de incentivos governamentais para se fixarem no território (RODRIGUES, 2010).

O processo de modernização da Amazônia incentivado pelo governo nas décadas de 1970 e 1980, atraíram investimentos nacionais e internacionais que, ao se efetivarem na região, criaram uma promissora base produtiva, empreendimentos esses com base “racional”, o qual visaram o lucro incessante inseridas na lógica de mercado. A moderna base produtiva em algumas cidades substituiu as atividades praticadas pelas populações tradicionais, visando apenas a sua subsistência. A partir dessa nova lógica, a região passaria a se inserir nas trilhas dos países avançados (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

Anteriormente a esse processo, as cidades amazônicas eram habitadas por populações tradicionais, cuja composição se dava por caboclos, ribeirinhos, pequenos agricultores e

extrativistas. A inserção dos grandes empresários na região para expandir os negócios de acordo com a necessidade do capital, necessitaram de mais terras, e com isso, as terras pertencentes às populações tradicionais foram ocupadas por esses agentes, vale ressaltar que grande parte dessas terras não possuíam titulação, logo, tornaram-se mais “fáceis” de ocupar.

O Estado, nessa época, foi o protagonista do processo que impulsionou essa mudança, e com ela, a violência e os conflitos se fizeram presente. O elemento desencadeador dos conflitos foi o fato do Estado ter posto à venda numerosos lotes de terra pública, até então habitadas pelos moradores tradicionais da região e migrantes advindos da extração vegetal. Além disso, o principal fator concebido pela política desenvolvimentista e modernizadora do Estado para atrair novos capitais para a região, está na prática de incentivos fiscais, o barateamento das terras atrelado a diminuição ou isenção de impostos chamou a atenção dos grandes empresários (nacional e internacional). Uma das principais contradições acarretadas durante esse período é que ao invés de modernizar também as atividades consideradas tradicionais, o Estado e as elites os excluíram e os marginalizaram, tanto sob a ótica econômica quanto sob a ótica social (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

Como exemplo do projeto modernizador da Amazônia, tem-se o caso de Marabá, que passou a ocupar uma posição importante e estratégica servindo como “porta de entrada” para a região. A cidade passou por transformações decorrentes dos grandes projetos e planos do Governo Federal, principalmente durante o período da ditadura militar em 1964. Na década de 1970, uma série de planos diretores e projetos urbanísticos foram implementados para que a cidade desse suporte para o crescimento populacional decorrente da implantação da exploração da mina de Carajás. Grande parcela do crescimento populacional foi decorrente do intenso fluxo migratório induzido pelas políticas governamentais, principalmente a partir da abertura de estradas. No entanto, o fluxo migratório tornou-se maior do que a cidade poderia atender, especialmente ao que se referia aos serviços públicos e infraestrutura (ALMEIDA, 2008).

Assim como aconteceu em muitas cidades amazônicas, na cidade de Marabá, decorrente dos programas e projetos desenvolvimentistas, os moradores com o seu modo de vida “rústico” e economia baseadas na extração harmônica dos recursos naturais, deram lugar a uma outra estrutura socioeconômica que obedecia aos interesses do capital nacional e estrangeiro. Não obstante a isso, a cidade foi obrigada a adequar o seu espaço urbano para atender as políticas de integração e da produção mineral (ALMEIDA, 2008; RODRIGUES, 2010).

A cidade de Marabá sofreu uma grande transformação no seu espaço urbano, com grandes repercussões na sua estrutura social. A cidade deixa de ter suas características voltadas para a lógica ribeirinha – típica da região amazônica – para se tornar um centro urbano, acarretando também os problemas sofridos pelos demais centros urbanos no Brasil, recheada de desigualdades sociais, crescimento demasiado de áreas periféricas, favelização e crescentes disparidades no processo de apropriação do espaço urbano pelos diversos grupos sociais (ALMEIDA, 2008).

Os fatores retratados anteriormente sobre os problemas presentes nas cidades brasileiras, e, de acordo com o foco deste trabalho, a cidade de Marabá, são condicionantes para a materialização da violência nesses espaços. O planejamento das cidades, nas últimas décadas, negligenciou os problemas de suas periferias, privilegiando as necessidades das áreas centrais, pautando em obedecer aos interesses das classes média e alta das cidades. Nessa perspectiva, as áreas periféricas passaram por um processo de construção de um espaço urbano segregador e criador de um tecido socioespacial fragmentado (COUTO, 2014).

A violência no ambiente urbano, segundo Souza (2008), está sendo chamada de “guerra civil”, devido às realidades violentas presentes nas cidades, para o autor, não é preciso haver a presença de terroristas ou conflitos entre países, os cidadãos comuns vestem essas roupagens e se transformam em incendiários, chacinadores e assassinos. O sentido de “guerra civil” também está atrelado ao clima social estabelecido nas cidades, ou seja, a disseminação do medo e da insegurança criam um ambiente de “guerra”.

Em Marabá não é diferente, o presente trabalho traz uma análise do crescimento da violência homicida no segundo maior núcleo da cidade, o núcleo Cidade Nova. Como visto anteriormente, decorrente de um acelerado processo de urbanização impulsionados pelos projetos desenvolvimentistas do governo, houve a valorização de terras e como consequência moradores locais e migrantes foram obrigados a migrar para as áreas periféricas dos núcleos, surgindo assim, as ocupações espontâneas e forçadas. Com isso, foram desencadeando diversos problemas infraestruturais, alarmando os índices de desigualdade, além de crescer demasiadamente os índices de criminalidade, especialmente as ocorrências de homicídios. A falta de oportunidade de emprego, moradias precárias, a não qualificação e o aumento da necessidade de sobrevivência tornaram-se fatores fundamentais para a materialização da violência, principalmente no que diz respeito à inserção da camada mais pobre na lógica do tráfico de drogas.

Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica espacial das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, nos anos de 2014 a 2016. Além disso, para alcançar o objetivo geral proposto, apresentamos como objetivos específicos identificar a concentração das ocorrências dos homicídios no núcleo urbano da Cidade Nova e discutir sobre as causas das ocorrências de homicídios levando em consideração a realidade do núcleo e da cidade. Os anos escolhidos para a pesquisa está relacionada à disponibilidade de dados oficiais sobre as ocorrências de homicídios, bem como a cidade está vivendo um acelerado processo de expansão urbana decorrente a rumores sobre a vinda de grandes empreendimentos para a cidade.

A problemática do trabalho está na inquietação enquanto cidadãos usuários dos espaços públicos vivenciar o aumento nos índices de homicídios na cidade de Marabá, tendo em vista a dinâmica da violência influenciar diretamente no modo de vida da população, o qual respira diariamente o medo e a insegurança, causando um medo generalizado. A partir dessa inquietação, surgiu o seguinte questionamento acerca da realidade do núcleo: Qual a dinâmica espacial das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, nos anos de 2014 a 2016? Visto que os índices de homicídios nesse núcleo cresceram demasiadamente e atingiram direta e indiretamente a população, ao passo em que transforma esse espaço em áreas propícias para a disseminação da criminalidade violenta.

Para a efetividade deste trabalho, a priori, iniciamos um levantamento bibliográfico acerca da temática da violência urbana. Para adentrar na temática, foi necessário identificar os conceitos de violência, pois a violência é múltipla, não única. A análise dos conceitos é de fundamental importância para compreender a materialização do homicídio, quais os agentes envolvidos nessa dinâmica, e não apenas analisa-lo como um dado feito.

Para entender melhor sobre a realidade atual da cidade de Marabá, fez-se necessário a discussão sobre o processo de formação socioespacial da mesma, perpassando primeiramente sobre a realidade Amazônica, até chegar no ponto alvo da pesquisa. Esse estudo é de extrema importância para a pesquisa, pois levamos em consideração de como o fenômeno da violência esteve presente nos antepassados da cidade e região.

Para a compreensão do fenômeno da violência homicida no núcleo Cidade Nova, o levantamento de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública, fornecidos pelo Comando de Policiamento Regional II (CPR II) que norteou toda a pesquisa, uma vez que a análise dos dados nos permitiu identificar não somente o quantitativo de homicídios, mas também a causa

presumível, o gênero das vítimas, a faixa etária das mesmas, os horários das ocorrências e o endereçamento, relevantes para identificarmos a existência (ou não) de disparidades sociais nas áreas das ocorrências.

No primeiro capítulo, buscamos trazer a discussão acerca da temática da violência urbana, no entanto, para adentrar nesse denominador, iniciou-se uma discussão sobre os conceitos de violência, tendo em vista a análise de diferentes autores, a violência não possui apenas um conceito, mas múltiplos. Além de que no decorrer da história da sociedade a violência pode ser identificada de uma forma, adquirindo diferentes roupagens, como por exemplo, estratégia de defesa, nas guerras, nas conquistas de território, até chegar à contemporaneidade, onde ela é causada em sua grande maioria devido a produção desigual do espaço urbano das cidades brasileiras.

Este capítulo também apresenta a discussão da violência e criminalidade como um medo urbano, levando em consideração que as dinâmicas desses fenômenos nas cidades tendem a influenciar diretamente no modo de vida da população como um todo, no entanto, esses fenômenos se materializam de formas heterogêneas entre as classes. Ou seja, classes menos favorecidas se tornam mais vulneráveis a todas as formas de violência, especialmente por não possuírem poder aquisitivo em investir na sua segurança privada, já que a segurança pública se mostra ineficiente nessas áreas. Já as classes mais ricas possuem condições econômicas de se protegerem, com o auxílio da tecnologia, segurança privada, causando, na realidade, uma falsa sensação de segurança.

O segundo capítulo está responsável por apresentar o contexto de formação socioespacial da cidade de Marabá e os primeiros indícios de violência. Neste contexto está inserido as primeiras práticas econômicas das populações tradicionais, perpassando por todos os ciclos econômicos pela cidade, bem como o seu processo de urbanização. A partir das transformações vivenciadas pela cidade de acordo com os seus ciclos, os primeiros indícios de violência podem ser identificados, destacando os conflitos fundiários e luta pela terra, atentando para as inúmeras vidas ceifadas nessa incessante disputa entre o capital e as populações tradicionais.

O terceiro capítulo nos apresenta a análise dos dados referentes as ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, nos anos de 2014 a 2016. Para chegarmos ao objetivo final deste capítulo, iniciou-se uma discussão acerca da expansão urbana da cidade de Marabá e o surgimento dos núcleos urbanos pertencentes a cidade (Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova

Marabá, São Félix e Morada Nova). A posteriori, a discussão acerca da análise das ocorrências de homicídios nos mostra o crescimento dos índices no núcleo, levando em consideração as motivações para que esse tipo de criminalidade se efetivasse. Além disso, esses índices nos chamam a atenção para o meio empregado utilizado no momento da execução, o gênero presente constantemente no delito, além dos horários e faixa etária, fundamentais para o entendimento da dinâmica espacial da violência homicida. A produção cartográfica é de fundamental importância para que, a partir, da espacialização das ocorrências de homicídios podemos identificar as áreas de maior intensidade do fenômeno para que possibilite uma análise mais ampla da problemática.

1. REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA URBANA

A violência sempre esteve presente na história da humanidade, desde os primeiros indícios de civilização até os dias atuais, adquirindo diferentes roupagens de acordo com o período histórico. A opressão, dominação, intolerância e o abuso são algumas formas de violência que marcaram o processo civilizatório do mundo e que continua sendo utilizada na sociedade contemporânea. Assim como possui diferentes formas quanto a sua execução, existem diferentes conceitos acerca da temática da violência. É necessário analisá-la minuciosamente para que não ocorra equívocos e não passe despercebido aos olhos de quem combate a diminuição da violência na sociedade.

A complexidade da violência aparece na polissemia do seu conceito. Ao expor o conceito de violência deve-se saber em qual sentido está inserido para melhor compreensão do fenômeno, visto que pode ser consequência de um ataque físico, excesso de uso da força, bem como o ataque verbal. De maneira geral, a violência resulta do desentendimento entre duas ou mais pessoas e não necessariamente tem, por conseguinte, o toque físico (lesões, mortes, deficiências físicas), apenas ao fato de se dirigir a outra pessoa com ameaças e palavras de baixo calão pode ser considerado um tipo de violência, que, às vezes, é mais fatal que uma morte, podendo, então, acarretar outros problemas, como os danos psicológicos (traumas, pânico, depressão, etc.) (COELHO, et al, 2014).

Assim como em outros países, o Brasil em seu arcabouço histórico carrega as formas mais brutais de violência. Do Brasil Colônia ao Brasil Contemporâneo a violência esteve (e continua) presente por meio das relações de dominação. Para Cademártori e Roso (2012. p. 397):

A relações de dominação ocorrem quando as relações de poder são sistematicamente injustas, efetivadas em decorrência da posse de capital seja material (econômico) ou simbólico por uma pessoa, grupos ou instituições, emperrando a comunicação dialógica, a cidadania e a singularização do sujeito, constituindo-se, assim, a própria violência uma forma de relação de dominação.

Os conflitos sangrentos entre europeus e indígenas, as cicatrizes deixadas nos corpos de negros no regime escravocrata, as duras lembranças de quem sobreviveu às violências brutais da ditadura são alguns dos resultados das relações de dominação.

O acelerado processo de urbanização também está relacionado ao aumento da violência. O crescimento urbano desordenado empurra as pessoas com menor poder aquisitivo para as áreas precárias da cidade, geralmente encontram-se em áreas localizadas às margens dos centros

urbanos, onde a pobreza predomina, bem como a falta de infraestrutura básica que garanta a qualidade de vida dos moradores, que, muitas vezes, são criminalizados pelas classes dominantes e pelo próprio Estado. Esses fatores são condicionantes para o processo de criminalidade, trazendo cada vez mais as pessoas para o mundo do crime na busca incessante de propiciar melhores condições de vida.

A violência no contexto da realidade urbana não é uma característica exclusiva das classes mais pobres, atualmente pode-se identificar sua disseminação por todas as classes sociais, o que diferencia é a forma como o fenômeno se materializa no espaço. Tendo em vista que as classes mais pobres estão mais expostas à criminalidade devido a ineficiência da segurança pública nessas áreas, e as classes mais ricas investem em segurança privada para tentar coibir às ações violentas.

A expansão urbana revela espaços fragmentados, onde é evidente o distanciamento entre as classes. As áreas centrais e mais valorizadas são ocupadas pelas classes média e alta, são áreas estratégicas e favoráveis para a lógica capitalista, com maior oferta de serviços, equipamentos públicos e outros subsídios importantes para o desenvolvimento. Já as áreas que se localizam no entorno desses centros carecem de serviços, equipamentos públicos e condições mínimas de moradia, são ocupadas forçadamente pelas classes pobres, esquecidas pelo Poder Público, que facilitam as ações criminosas.

Este primeiro capítulo tem como objetivo a reflexão acerca da temática da violência urbana dividido em dois momentos. Em um primeiro momento será discutido sobre as faces da violência desde o contexto histórico até os dias atuais, visto que a violência se materializa de diferentes formas de acordo com a temporalidade. O segundo momento será marcado por uma discussão acerca da violência e criminalidade como um medo urbano, visto que é considerado por alguns autores como um fenômeno urbano na contemporaneidade, o qual está influenciando direta e indiretamente nas dinâmicas da sociedade, ditando regras e formas de conduta, generalizando o medo na população brasileira. Destaca também o tráfico de drogas como propagador da violência e criminalidade, alterando a dinâmica do espaço urbano e influenciando diretamente no aumento da cultura do medo. E por fim, discutiremos o papel das milícias no contexto da violência urbana, responsáveis pelo aumento dos índices de violência e pela pregação de um falso modelo urbanístico que presa pela segurança e moralidade.

1.1. A violência multifacetada

Ao longo do desenvolvimento das civilizações a violência – de modo geral – foi utilizada para conquistar, punir e se defender. Os primeiros indícios de violência podem ser identificados nas primeiras civilizações a partir das práticas de defesa contra inimigos e grupos predadores. Já nos Impérios a violência se fez presente nas punições contra quem não cumpriam as leis, a seguinte frase resume bem a aplicabilidade da violência: “olho por olho, dente por dente.”. Além disso, a violência adquiriu cunho militar, decorrente de conflitos étnicos e na tentativa de conquistar o território inimigo. Na Idade Média a nobreza e a Igreja Católica foram os principais causadores da violência e do caos na sociedade decorrente de suas leis e dogmas, as pessoas contrárias aos pensamentos da classe dominante e dos princípios da Igreja foram levadas à fogueira e ao enforcamento (LIRA, 2017. p. 42-43.).

Na história contemporânea nota-se a utilização da violência nas guerras civis e revoluções em busca de expansões territoriais, dominação de outros povos, e, também, como subproduto de conflitos étnicos. O século XX ficou conhecido como a Era dos Extremos (HOBSBAWN, 1968 apud LIRA, 2017) por carregar em seu arcabouço histórico as faces mais cruéis e brutais da violência, as trincheiras, o holocausto, Hiroshima e Nagasaki são alguns dos resultados mais sangrentos e que dizimaram milhões de pessoas.

E por que não falar das grandes guerras promovidos pela Guerra Fria? Os conflitos bélicos tornaram-se constantes em diferentes territórios mundiais, a exemplo da Palestina, EUA, Iraque, Afeganistão, dentre outros; também resultantes de intensas disputas e controle de território e dos conflitos provenientes dos movimentos separatistas dos territórios da antiga URSS (atual Rússia). Guerras com essa finalidade perduram até os dias atuais, intensificando a estimativa de mortalidade acompanhada do sofrimento de milhares de pessoas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe um modelo para explicar as raízes da violência a partir de quatro análises pontuadas por Minayo (2006). A primeira análise está relacionada aos fatores biológicos de cada indivíduo, a partir do seu comportamento focando nas principais características que designam a possibilidade de ser colocado em um posicionamento de vítima ou perpetrador da violência.

Em uma segunda análise observa-se as interações sociais desse indivíduo, seja com amigos, familiares, parceiros íntimos, e sua influência na vitimização ou perpetração da violência. Identificar a cadeia de relacionamento do indivíduo pode ser definitivo no incentivo às atividades criminosas.

Na terceira análise verifica-se os fatores comunitários do indivíduo na sociedade e se está inserido na dinâmica da violência, ou seja, aonde está empregado, a escola e os vizinhos, e como problemas os níveis de desemprego, a presença do tráfico de drogas ilícitas, além do isolamento social (característica predominante de algumas famílias).

A quarta análise diz respeito as motivações dos índices de violência, como por exemplo, a violência como forma de resolver conflitos, machismo, violência policial, dentre outros. Complementando as quatro análises pode-se identificar que:

No texto da OMS, discutem-se ainda as políticas econômicas e sociais, de educação, de saúde, que contribuem para manter as desigualdades, ou seja, para perpetuar as formas mais perversas de violência estrutural, e lembra que, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano, são diferentes os elementos que influenciam a vitimização ou a perpetração de violência nas várias faixas etárias (MINAYO, 2006. p. 112).

Não obstante a isso, a violência é fruto de conflitos de autoridade, lutas pelo poder e vontade de domínio e aniquilam o outro e/ou seus bens. Pode ser aprovada por uns e reprovada por outros, lícita ou ilícita dependendo das normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade.

Kosovski (2003) analisa o fenômeno da violência a partir de possíveis fatores etiológicos: revolução tecnológica, explosão demográfica, mudanças geopolíticas, sociedade permissiva, adaptações da sociedade em constante tensão (incertezas quanto a impunidade), meios de comunicação de massa e disseminação das drogas.

A revolução tecnológica concebeu ao homem o progresso da civilização, o conforto e a qualidade de vida, em contrapartida, subsidiou a criação e o aprimoramento de técnicas voltadas para outros fins, a exemplo de projetos cunho bélico (armas, bombas, mísseis, etc) o qual influenciam direta e indiretamente sobre a questão da violência.

A explosão demográfica é um fenômeno causado por diferentes motivações, em sua grande maioria estão associados à modernização da sociedade. O inchaço populacional é inversamente proporcional à disponibilidade de espaços e recursos para todos, com isso, a distribuição desigual do espaço resulta em uma precarização da qualidade de vida de determinados grupos na sociedade. A violência torna-se um produto das desigualdades socioespaciais.

A análise do progresso da sociedade implica diretamente nas questões geopolíticas. Entende-se que a relação do homem com a natureza é determinada a partir de processos

políticos e geográficos predeterminados pelo Estado no que diz respeito a estruturação e organização do território. Um dos objetivos do processo geopolítico dos Estados está vinculado em estreitar relações com outros territórios para fins estratégicos, ademais, o uso da violência é comumente utilizado como ferramenta para conquistas individuais ou em grupo.

Uma sociedade pode ser considerada permissiva quando os seus conceitos e valores morais estão em constantes mudanças. Os conceitos e valores morais são relativizados e não são tratados como verdade única e absoluta, logo, há certa dificuldade em discernir o que é certo ou errado, a concretização desse modo de vida pode ocasionar uma falta de comunicação entre as pessoas, além provocar possíveis desentendimentos e descumprimentos de normas ou leis.

Os meios de comunicação de massa transformaram o mundo em uma “aldeia global”, influenciando diretamente no comportamento, criando necessidades e novos hábitos. Além disso, encurtou distâncias, acelerou o processo de socialização entre pessoas físicas e jurídicas e impulsionou a cadeia midiática. Este último é de fundamental importância para fazer circular as notícias sobre o cotidiano da sociedade, no entanto, em sua grande maioria, as notícias são retratadas como verdades absolutas e de caráter tendencioso, por exemplo, a violência quando vista sob a ótica da imprensa se materializa apenas entre as camadas populares, mascarando a real espacialização desse fenômeno na sociedade.

O tráfico de drogas interliga os países desenvolvidos e subdesenvolvidos através de redes que auxiliam no transporte tanto de matéria quanto de informação, se propagando demasiadamente nas cidades. As áreas de atuação são escolhidas de forma estratégica para que haja a reprodução desse sistema, sumariamente, em sua grande maioria as áreas onde as desigualdades sociais são alarmantes facilitam a fixação desses agentes. A violência na dinâmica do tráfico de drogas é utilizada como forma de controle do território entre rivais. Esses fatores produzem um estado de “anomia” (ausência de normas) ou adoção do desvio como norma, decorrente da mudança de valores que seriam motivos de incremento da criminalidade (KOSOVSKI, 2003. p. 173-174).

Hannah Arendt (1985, p. 22) analisa a violência a partir da lógica do poder, o poder pode ser utilizado como instrumento de dominação, e a dominação ao instinto de dominar algo ou alguém, em outras, “um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos demais instrumentos de sua vontade.” O que lhe proporciona “incomparável prazer.” A violência é uma arma revolucionária, capaz de construir e moldar sociedades, expandir poderes, solucionar

conflitos políticos e conquistar direitos. As guerras existem, em sua essência, não para garantir vitórias, mas para mostrar ao (s) inimigo (s) que a dissuasão é a melhor garantia de paz. Ao passo em que as atividades humanas foram se sucedendo, a violência passou a se tornar algo nem tão sério, nem preciso, apenas accidental, e com isso, tornou-se um fenômeno marginal e corriqueiro.

Em sua crítica a autora ressalta que a violência não cria nenhum poder, somente deixa o mundo mais violento. É precipitado equiparar a força à violência, haja vista que a primeira é uma característica física e biológica do ser humano em resposta a algo, já a violência não necessariamente necessita da força para se materializar por haver outras formas de consumá-la (principalmente através de instrumentos, como as armas, por exemplo). Além disso, a cultura da violência utilizada como poder engendrada nas atividades humanas não diminui as mazelas da sociedade, muito pelo contrário, faz refletir nos seres humanos como a única forma de resolver as diferenças, sejam elas econômicas, culturais e/ou sociais.

A violência é múltipla:

Chesnais (1981) distingue no imaginário social atual, três definições de violências que contemplam tanto o âmbito individual quanto o coletivo: no centro de tudo, a ‘violência física’, que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, torturas, roubos a mão armada; a ‘violência econômica’, que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a ‘violência moral e simbólica’, aquela que trata a dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro (MINAYO, 2006. p. 14015).

A violência também pode ser classificada de acordo com a relação social entre os indivíduos. Dentre os diferentes tipos de violência tem-se a violência doméstica, a violência no casal, a violência contra as mulheres, a violência intrafamiliar e violência por parceiros íntimos. A violência doméstica ocorre dentro do ambiente doméstico como em um casamento ou em união estável, não podendo ser considerada fora desse ambiente, como nas ruas, ônibus etc. Já a violência no casal pode acontecer antes, durante e depois de ser estabelecido uma relação formal entre duas pessoas, dentro e fora do espaço considerado doméstico ou familiar. No caso de violência contra a mulher é definido a partir do ataque físico ou verbal contra a pessoa do sexo feminino, prejudicando a integridade física, psicológica, sexual e/ou mental da vítima. A violência intrafamiliar acontece quando qualquer ação prejudique a integridade física e/ou mental e o bem-estar de outro membro da família, esta é mais ampla que a violência doméstica por enquadrar crianças, irmãos, homens e idosos. E por último, a violência por parceiros

íntimos pode ser considerada a partir do comportamento de violência tanto na unidade doméstica como em qualquer outra relação íntima de afeto (COELHO, et al, 2014. p. 15-16).

Quadro 01: Conceitos de violência

Autores	Conceito de violência
Maria Cecília de Souza Minayo (2006)	A violência não é uma, é múltipla. Fruto de conflitos de autoridade, lutas pelo poder e vontade de domínio. “Há violências toleradas e há violências condenadas.” (Minayo, 2006, p. 13)
Hanna Arendt (1985)	A violência está atrelada às logicas poder, o qual o poder pode ser utilizado como instrumento de dominação (dominar algo ou alguém). Além de ser utilizada como arma revolucionária, capaz de construir e moldar sociedades, expandir poderes, solucionar conflitos e conquistar direitos.
Ester Kosovski (2003)	Analisa a violência à partir de fatores etiológicos: revolução tecnológica, explosão demográfica, mudanças geopolíticas, sociedade permissiva, adaptações da sociedade em constante tensão, meios de comunicação de massa e disseminação das drogas.
Coelho; Lindner; Silva (2014)	A violência pode ser classificada de acordo com as relações sociais: violência doméstica, violência ao casal, violência contra as mulheres, violência intrafamiliar e violência por parceiros íntimos.

Org.: MARTINS, A. K. M. (2018)

Procurar desvendar os conceitos de violência é saber que percorrerá longos caminhos, alguns mais simples de passar, outros mais difíceis, e cada um sempre levará a um lugar diferente. Pode-se considerar que a “violência é sempre violência” independentemente de suas

motivações, seja ela urbana, rural, doméstica, pública ou privada, todas resultam em impactos devastadores nos lugares, em roupagens diferentes, não seguindo um tempo cronológico.

Acerca dos conceitos de violência discutidos neste tópico inicial da pesquisa, conclui-se, então, que este fenômeno esteve presente em todos os momentos históricos, desde os primeiros processos civilizatórios até os dias atuais. Entender todo o processo histórico da violência requereria anos de leitura e ainda assim não seriam suficientes para conhecê-la por completo. O fato é que o homem sempre conviveu com a realidade violenta, quer seja na posição de autor, quer seja na posição de vítima. Continuam-se os processos, a sociedade continua se modernizando a curto e longo prazo e a violência continua sendo utilizada como forma de garantir poder, ascensão, controle e justiça.

1.2. Violência e criminalidade: um medo urbano

No tópico anterior discutiu-se que a violência acompanha toda a historicidade da humanidade, se manifestando de formas diferentes ao longo do tempo. A partir disso, estudos estão sendo realizados para entender a problemática da violência atualmente, visto que trazem consigo um conjunto de fatores inerentes ao processo de urbanização das cidades, e hoje é uma realidade presente em todas as dimensões do espaço urbano, independentemente do tamanho da cidade (CHAGAS, 2014).

A violência no Brasil carrega em seu arcabouço histórico rastros de destruição e caos e se destacam por sua intensidade e magnitude no que tange ao processo de urbanização. De acordo com o Atlas da Violência 2017 divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em apenas três semanas são assassinadas mais pessoas no Brasil do que o total de mortos em ataques terroristas no mundo nos primeiros meses do ano de 2017.

Segundo Cademártori e Roso (2012) uma das primeiras escolas a estudar a temática da violência e criminalidade no espaço urbano é a Escola de Chicago, as motivações desses estudos estão relacionadas ao fato desta cidade ter sido palco da criminalidade na década de 1920, despertando a curiosidade nos estudiosos em desvendar as motivações desse fenômeno que estava causando um medo generalizado na população. Segundo as autoras supracitados, a Escola a violência e a criminalidade não são produtos de ações individuais, mas sim de ações do indivíduo inserido em grupos sociais específicos, ou seja, a criminalidade não é definida pelas pessoas em si e sim por grupos ao qual pertencem.

Ainda segundo o pensamento das autoras, a violência e a criminalidade são produtos do meio social urbano, o processo de urbanização desencadeia problemas sociais devido a distribuição desigual das pessoas no espaço urbano. A precarização das condições de vida, o processo de favelização, além de problemas infraestruturais são alguns dos problemas enfrentados por grupos específicos (geralmente pobres e migrantes) que excluem essas pessoas do restante da sociedade, e é a partir desses fatores que a violência se manifesta.

O acelerado processo de urbanização e modernização de algumas cidades brasileiras em detrimento de outras impulsionou a migração de pessoas residentes de áreas não tão desenvolvidas em busca de melhores condições de vida. Essa incessante busca por ascensão social levou migrantes – em sua grande maioria pobres – às grandes cidades, no entanto, a falta de dinheiro atrelado a pouca ou nada qualificação levou essas pessoas a ocuparem áreas que se encontravam às margens dos centros urbanos, haja vista que esses centros eram ocupados por grupos com maior poder aquisitivo. A partir disso, foram surgindo áreas marginais aos centros com condições precárias de moradia e sem nenhum planejamento urbano, além de que o número de moradores cresceu demasiadamente com o passar dos anos, aumentando cada vez mais a exclusão social. E por que exclusão social? As elites residentes das áreas mais valorizadas das cidades denominavam os moradores das áreas periféricas de “classes perigosas”, de acordo com Cademartori e Roso (2012). As ditas “classes perigosas” eram compostas por pobres e/ou migrantes que possuíam valores que os caracterizariam como “subdesenvolvidos”, motivo pelo qual não fora permitido sua integração socioeconômica, o preconceito que estava enraizado nas elites não permitia dar a chance de trabalho e dignidade para essas pessoas e quando davam, exploravam muito e pagavam pouco pela força de trabalho.

Os agentes do Estado também utilizam da generalização do preconceito de que os pobres são violentos e criminosos para justificarem suas ações brutais nos bairros periféricos, morros e favelas das cidades. Nenhum espaço está isento de violência, para Chagas (2014) existem equívocos quando o assunto é a violência, visto que há uma generalização de que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade, quando na verdade ela está espacializada e se dissemina por todas as classes sociais. Não obstante a isso, o que existe de diferente entre as classes é a forma como a violência se materializa, a classe mais favorecida utiliza de aparatos tecnológicos e segurança privada para inibir a ação de criminosos, já as classes mais pobres não possuem condições financeiras em investir na sua segurança privada, tornando-os mais vulneráveis à violência. Ainda segundo o autor, o crime é tipificado de acordo com a área em que ele se materializa, ou seja, há uma forte incidência de criminalidade violenta (homicídios,

por exemplo) nas áreas populares das cidades, enquanto nas áreas mais elitizadas os crimes são contra o patrimônio, furtos e roubos.

Beato (2012) utiliza a teoria de que a criminalidade e a violência se materializam a partir de fatores de risco que predisõem o crime, como por exemplo, a concentração de pobreza, a exclusão social, as desigualdades socioeconômicas, dentre outros. A participação ou ausência do Estado também é um fator condicionante na atuação dos criminosos no espaço urbano, tendo em vista que o Estado participa de forma ineficiente nas áreas periféricas da cidade em relação às áreas centrais onde sua atuação se faz com maior rigor. Para o Beato (2012, p. 28) “a estrutura física, as atividades rotineiras de uma sociedade, ou o acesso a armas e serviços médicos de emergência são aspectos mais imediatos do ambiente físico e social que podem afetar as taxas de criminalidade.”

A distribuição desigual dos equipamentos e serviços públicos nas cidades não é o único fator de causalidade da violência, no entanto, causou uma fragmentação no espaço, o qual algumas áreas da cidade – áreas afastadas do centro, ausência do Estado, etc. – se tornaram propensas às ações criminosas e com isso transformou o ambiente com rastros de violência e um medo generalizado das populações residentes dessas áreas, estando a mercê da violência e criminalidade.

É importante frisar que nem todas as pessoas residentes de áreas periféricas são criminosas, há um preconceito por parte de vários agentes componentes do espaço urbano em generalizar a criminalidade. Esse preconceito é vivido diariamente por moradores dos bairros pobres e praticado pela polícia enquanto representante do Estado, pelas classes média e alta, dificultando a inserção dessas pessoas na sociedade, seja no mercado de trabalho, bem como universidades, no meio social de forma geral.

A criminalidade para Souza (2008, p. 41) é um subproduto de uma dívida social acumulada por gerações sob os fatores institucionais através da ineficiência do sistema prisional bem como política e policial; e culturais, seguidos de uma lógica capitalista em que o consumismo tomou conta de todo o sistema.

A violência não se distribui homoganeamente no espaço urbano. Souza (2008) trabalha com uma visão de “geografia da violência” como complexa e espacialmente desigual. Levando em consideração a realidade brasileira, a espacialização desigual da criminalidade violenta mostra uma outra realidade em detrimento do que é passado por veículos midiáticos e preconceitos da população – principalmente elitista – de que a violência se perpetua apenas em

áreas pobres, quando na verdade a mesma está espacializada por toda a urbe, se faz presente em todos os locais, porém com intensidades diferentes.

Surge um questionamento de Souza (2008, p. 54) em relação a “geografia da violência”:

Se uma bala perdida de fuzil pode tirar a vida em qualquer lugar – no beco de uma favela e dentro do apartamento de classe média; se nem shopping centers e nem mesmo bancos ou “condomínios exclusivos”, com todo o seu aparato de segurança, são completamente seguros; se prédios de apartamento de classe média alta são invadidos e saqueados com frequência; se sequestros “comuns” e sequestros relâmpago se tornam corriqueiros; se basta ser tido por “suspeito”, pela aparência, para ser discriminado, humilhado e, no limite, executado por policiais agindo como justiceiros ou em retaliação; então, onde, afinal, estariam os “lugares seguros”?

A forma como a violência se propagou preocupa todas as classes sociais e chama a atenção também do Poder Público em tentar conter o aumento desse fenômeno nas cidades brasileiras, uma vez que todos os espaços se tornaram perigosos e não seguros causando um medo generalizado criando uma fobópole¹ e influenciando diretamente no modo de vida dessas pessoas, principalmente no que diz respeito a mobilidade no espaço urbano.

Ainda de acordo com Souza (2008) as cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas são consideradas fobópoles por excelência. A fragmentação tem a ver com o processo de segregação de determinado grupo social em relação a outro, onde uma parcela da população é forçada ou induzida a deslocar-se para viver em um local contra a sua vontade, no entanto, é o que pode estar sendo oferecido no momento. Com isso, a partir das áreas fragmentadas das cidades pode-se identificar a geografia da violência devido a ação da criminalidade se especializar de diferentes formas no ambiente urbano. Essa fragmentação influencia na mobilidade espacial dentro da malha urbana tanto da classe pobre quanto da classe rica, isso quer dizer que os moradores ocupantes de áreas faveladas onde o tráfico de drogas “comanda” são impedidos de visitar outras áreas por ser chefiada por grupos rivais, já os ricos evitarão frequentar vários espaços por medo da violência.

Os hábitos sociais são modificados ao passo em que a violência avança por entre as classes. As pessoas não se sentem mais seguras nas ruas, deixam de frequentar espaços públicos devido a insegurança, são impedidas de saírem em qualquer horário por medo e se trancam em

¹ Fobópole (Souza, 2008, p. 40): é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança.

suas casas. As moradias passam a se tornar uma espécie de “fortaleza” contra possíveis ataques criminosos.

Para Lira (2017, p. 64):

A violência influencia a construção, composição e organização espacial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes. A primeira parte desta afirmativa pode ser corroborada pela “arquitetura do medo”, desvalorização econômico-funcional das regiões que apresentam altos índices de criminalidade e pela fragmentação sócio-espacial. Da mesma forma, tais fatores também podem potencializar a violência.

A arquitetura do medo diz respeito às formas estéticas que as cidades influenciadas pela violência e criminalidade vão ganhando, a partir da construção de muros muito altos, cercas elétricas, sistema de monitoramento, casas totalmente gradeadas, moldadas na tentativa de garantir o máximo de proteção. Nota-se o enclausuramento das pessoas em detrimento do medo generalizado, estas cada vez estão transformando suas casas em “prisões” por não sentirem segurança nem mesmo dentro das próprias casas, enquanto a segurança pública – não apenas na figura da polícia, mas sim de todas os órgãos de segurança pública – se mostra ineficiente. Ademais, as formas como as ocupações em bairros periféricos vão sendo construídas e moldadas também causa motivo de medo para quem trafega nessas áreas. As ruas com pouca ou nenhuma iluminação, além de não pavimentadas, com pouco tráfego de pessoas e serviços, dentre outras características a priori causam medo em quem está tentando acessar essas ruas, tanto por parte da população quanto por parte da polícia ostensiva.

A auto-segregação das elites e classes médias podem ser identificados através dos condomínios fechados e exclusivos presentes nas cidades brasileiras. São compostos por agrupamentos de casas ou prédios residenciais murados, com segurança privada e dispõe de diversos serviços (piscina, academia, bares, etc.). A solução encontrada pelas elites e classes médias em habitarem em condomínios fechados e distantes, em alguns casos, da cidade é uma forma de fugir das mazelas citadinas, “ colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos” (SOUZA, 2008, p. 73.).

A criação, por parte do setor imobiliário, dos condomínios de níveis elevados em hipótese alguma causam uma sensação de liberdade e segurança, pelo contrário, são responsáveis por disseminar o ódio entre classes, causando desinteresse pelos problemas que a cidade enfrenta diariamente e desrespeitando a solidariedade cidadã. E, em um emaranhado de

consequências, a violência tende a crescer demasiadamente em decorrência também do aumento da segregação e separação de classes.

Todas as medidas de proteção que modificam a paisagem das cidades em relação ao medo da violência e criminalidade garantem uma falsa sensação de segurança, já que nem mesmo muros, cercas e câmeras são capazes de inibir a ação de criminosos. Diariamente assaltos a banco, invasão de domicílio, assaltos dentro de residências são noticiadas nos veículos midiáticos, e em sua grande maioria, possuem câmeras, sistemas de alarme e monitoramento, cercas elétricas, dentre outros.

Na prática, o cuidado, o olhar para os lados, a desconfiança e o estranhamento são algumas formas de expressão do medo nos espaços públicos. O medo modifica e altera as formas de agir e de pensar, com isso, a cidade em sua essência respira esse sentimento e se opõe ao ideal de urbanidade, aumentando as diferenças e impossibilitando o convívio sadio entre as pessoas, logo, a segregação e a auto segregação reforçam cada vez mais a ideia de espaço urbano fragmentado.

1.2.1. O tráfico de drogas como propagador da violência e criminalidade

Como dito no tópico anterior, a fragmentação socioespacial do espaço urbano impulsionou o processo de segregação espacial, levando de forma induzida e/ou forçada pessoas a ocuparem áreas marginais dos centros urbanos, com pouca ou nenhuma condição mínima de moradia. Logo, essas áreas tornaram-se propícias para atuação do mercado ilegal, como a pirataria e, principalmente, o tráfico de drogas. Destacaremos o tráfico de drogas como impulsionador da violência no espaço urbano.

As camadas populares ocupam as periferias e favelas da urbe. São áreas precarizadas expostas às péssimas condições de moradia, excluídas das demais áreas, discriminadas pelas classes média e alta e pelo Estado que atua de forma mascarada apenas em áreas estratégicas. Com isso, o tráfico de drogas se fixa nesses espaços por possuírem uma série de condicionantes favoráveis, dentre elas o desemprego, a falta de oportunidades, exclusão social e a estrutura física (vuelas, becos etc). Reafirmando, Souza (2008, p. 60) cita três principais razões para as favelas serem escolhidas para esse tipo de mercado:

Além de serem mananciais de mão-de-obra barata e descartável, sua localização e sua organização espacial interna são, vida de regra,

extraordinariamente vantajosas para a instalação do comércio de drogas ilícitas.

A baixa participação do Estado permite a infiltração do tráfico de drogas, visto que a organização espacial marcada pela presença de becos, ruas estreitas, não pavimentadas, contribuem para a territorialização perversa² dessa prática nas periferias, todos esses fatores dificultam a atuação da polícia. Não obstante a isso, o mercado de trabalho é bastante seletivo e requer qualificações das mais simples funções às mais complexas, e quando se trata de pessoas residentes da periferia uma significativa parcela não possuem qualificações, dificultando cada vez mais a inserção no mercado. No entanto, buscam outras formas de conseguir renda para sobreviver, jovens abandonam escolas e passam a trabalhar com os pais, que também não possuem nenhuma escolaridade. Em meio a tanta dificuldade para conseguir o mínimo para o sustento da família, muitas pessoas encontram no tráfico de drogas um caminho mais “rápido” e “fácil” de se ganhar dinheiro. Além disso, outras práticas surgem com a mesma finalidade, como por exemplo, roubos e furtos, e os principais alvos são as classes média e alta.

A violência e a criminalidade se propagam na medida em que o tráfico de drogas avança no espaço urbano, mesmo não sendo a única forma de propagação desse fenômeno. A violência se apresenta como uma característica dos bairros periféricos, marcadas por disputas entre grupos rivais, confrontos com a polícia, influenciando diretamente no cotidiano dos moradores causando um medo generalizado. Em contrapartida, não se trata apenas de uma violência periférica, ela vem atingindo todas as classes sociais, fruto da desigualdade social em cidades que já possuem muitas.

A guerra do tráfico de drogas tem contribuindo demasiadamente para a expansão da violência urbana, o resultado dessa violência está estampado diariamente nos jornais e aumentando a estimativa dos homicídios nas cidades brasileiras. As principais motivações dos homicídios estão relacionadas ao famoso “acerto de contas” resultante de dívidas não pagas entre quem consome e quem vende ou entre quem vende com quem fornece, e os “latrocínios” praticados por assaltantes que roubam para consumir drogas e logo em seguida matam, seja pela resistência da vítima ou por estar sob efeitos de drogas (COUTO, 2014).

O tráfico de drogas tornou-se um tipo de “poder paralelo” ao Estado, ditando regras, mudando hábitos (mesmo que forçadamente), causando o já retratado anteriormente medo generalizado, uma fobópole, por causa da violência, do medo da violência e da sensação de

² Territorialização perversa para Couto (2014, p. 139): diz respeito a toda e qualquer forma de violência imposta pelos grupos ligados ao mundo do crime sobre sua população.

insegurança. Existem áreas em que os moradores precisam pedir permissão para trazer pessoas de “fora”, ou o toque de recolher avisa às pessoas que não podem mais sair de suas casas, ou então não podem chamar a polícia em casos de assaltos ou outros problemas que necessitem de assistência da segurança pública. E assim as pessoas vão vivendo e propagando esse medo.

Concluindo sobre a ideia do tráfico de drogas como propagador da violência e criminalidade, Souza (2008) faz um balanço sobre o papel dos traficantes e constata que o tráfico de drogas acarreta benefícios materiais para uma parcela da população favelada:

É bem verdade que os custos desses benefícios são altos: mortalidade elevada, baixa esperança de vida, cotidiano de violência (brutalidade policial, “guerras” entre quadrilhas); e é bem verdade, também, que esses benefícios empalidecem se comparados com os ganhos dos verdadeiros grandes traficantes e de seus sócios. (p. 66)

Infelizmente, a frase “tudo que vem fácil, vai fácil” vem bem a calhar quando o assunto é tentar ascender social e financeiramente através do tráfico de drogas, o dinheiro e o poder vem fácil, no entanto, os juros a serem cobrados são altos e, às vezes, são pagos com a própria vida.

1.2.2. As milícias no contexto da violência urbana

Demônios ou benfeitores? Nem uma coisa nem a outra: oprimidos que oprimem outros oprimidos (Souza, 2008, p. 61). O papel das milícias é tão complexo quanto a discussão sobre a violência urbana, há quem diga que agem em solidariedade às pessoas injustiçadas, há quem diga que agem para fazer a justiça que o Estado não faz, e ainda há quem diga que agem apenas para controlar as áreas de influência do tráfico. Amados ou temidos? Dentre os “achismos” do real papel das milícias, o temor expressa o verdadeiro sentimento da população face às ações milicianas. O temor vem da forma como se é feita justiça, as formas mais brutais de violência podem ser identificadas nas suas ações.

Diferentes grupos podem ser identificados em milícias, com objetivos diferentes na forma como se comportam e agem, o que existe em comum nesses grupos é a propagação da violência. Suas ações refletem as multifaces do fenômeno da violência e criminalidade, agem como um “poder paralelo” em relação ao Estado, controlam áreas, em contrapartida não possuem áreas fixas de atuação, mudam de acordo com a necessidade de seus serviços.

Na realidade do tráfico de drogas, os milicianos aparecem como controladores das áreas de influência do tráfico, o qual entram em constantes conflitos pelo uso do espaço. Suas

estratégias de atuação estão a priori em manter uma certa proximidade com a comunidade, fornecendo serviços básicos, como fornecimento de gás, água mineral e até mesmo proibindo assaltos nas áreas controladas, e indiretamente passam a envolver a população na organização do tráfico de drogas. Quando alguém tenta infringir as “leis” determinadas pela organização do tráfico, paga com a própria vida ou então são perseguidos como forma de represália. As resoluções dos problemas são feitas internamente de maneira que impeça a entrada da polícia e prejudique o mercado da droga (COUTO, 2014, p. 160).

De acordo com o que Couto (2014) descreveu anteriormente, Souza (2008) denomina de “Robin Hood” os soldados do tráfico, ao analisar as ações sociais do Comando Vermelho (facção criminosa pertencente a cidade do Rio de Janeiro, composta por traficantes e seus soldados do varejo das drogas) dentro das áreas de atuação, ajudavam financeiramente as viúvas de presos ou mortos em confronto, construíam casas, quadras de futebol e financiavam churrascos nas comunidades. As proteções das áreas de controle possuíam um comportamento tirânico, ou seja, castigavam pessoas que infringiam as normas de conduta, puniam criminosos que roubavam e estupravam pessoas, até matavam em casos extremos.

A realidade do Rio de Janeiro não é única, em outras cidades existem organizações desse tipo que tentam causar nas pessoas uma falsa sensação de segurança, visto que mesmo coibindo assaltos, castigando os infratores e oferecendo alguns serviços, os moradores estão a mercê das inúmeras possibilidades de conflitos entre grupos rivais e a polícia. A milícia dentro do contexto do tráfico de drogas dita regras e impõe limites. Os milicianos na dinâmica do tráfico de drogas são compostos por pessoas que trabalham para o traficante, são de confiança e andam armados no intuito de proteger o “comandante” e as áreas de controle. Retaliação e acerto de contas são algumas materializações da violência promovidas com o objetivo de resolver os problemas por conta própria, afim de evitar a presença da polícia nas áreas do tráfico, por isso agem em “solidariedade” com a população.

Os traficantes não são os únicos movimentos sociais que resultam em mais violência. Existem outros grupos (não ligados ao tráfico) geralmente denominados de “justiceiros” que buscam combater o avanço do tráfico de drogas e outros tipos de criminalidade no espaço urbano de maneiras ilegais. Vendem um modelo de urbanização baseado na segurança e em troca recebem dinheiro pelos serviços prestados, como segurança particular, principalmente para donos de estabelecimentos localizados em áreas de risco, que já foram ou tenham medo de serem assaltados. Esse tipo de milícia vem ampliando suas áreas de atuação, principalmente nas

áreas mais pobres pregando o modelo de urbanização centrado na segurança, esse modelo atrai muitos moradores das áreas onde o tráfico predomina, na busca incessante por segurança.

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas. Apoiados em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território (SILVA, et al, 2008, p. 19, apud COUTO, 2014, p. 163-164).

Dentro dos órgãos de segurança pública existem grupos de extermínio que atuam na surdina devido a ilegalidade dos delitos (lesão corporal e homicídio) o qual o seu trabalho – na teoria – não permite executar. É importante ressaltar que os confrontos entre policiais e bandidos em uma ação policial, que possam resultar em morte ou em alguma retaliação, são amparados por lei dependendo da gravidade da situação. O que a lei não abarca é a formação de grupos armados fora do horário de serviço que utilizam a violência como forma mais eficaz de resolução de problemas. Mas em até que ponto estes grupos se igualam aos outros grupos criminosos? O que diferencia os grupos está relacionado principalmente na aceitação da sociedade em detrimento das ações realizadas por estes.

A “segurança pública” em um país como Brasil é:

Dividida e disputada, de modo variável no tempo e no espaço, entre a polícia (e eventualmente as Forças Armadas), traficantes armados, grupos de extermínio (“milícias” paramilitares) e vigilantes privados (SOUZA, 2008, p. 145).

A concorrência sempre existirá, entre os grupos paramilitares que em sua essência são associações civis, armadas e semelhantes à estrutura militar, os vigilantes privados que possuem o alvará de funcionamento e outros operando na ilegalidade, como os traficantes armados. Independentemente das motivações, todos possuem algo em comum, a propagação da violência.

A violência vivida cotidianamente pela população além de causar o medo e a insegurança, gera ao mesmo tempo indignação e mobilização geral no intuito de tentar conter esse avanço no tecido urbano. Para Sonoda, Assis e Schenker (2016) a mobilização popular ocasiona um sentimento de solidariedade, união e cidadania objetivando a qualidade de vida face às ondas de violência e criminalidade, que influenciam diretamente e mudam as rotinas e formas de usar o espaço urbano. A mobilização da sociedade em detrimento a violência urbana

torna o ambiente – que a violência já dominava em suas diversas faces – ainda mais favorável para a atuação dos movimentos sociais, sejam eles organizados pelo tráfico de drogas ou por grupos paramilitares sedentos por fazer justiça com as “próprias mãos”.

A complexidade das ações milicianas causa uma série de questionamentos acerca da violência urbana, “é positiva ou negativa? ”, “diminui os índices de criminalidade? ”, “traz segurança para a população? ”. Na prática as ações dividem opiniões, de um lado há quem apoie os milicianos não ligados ao tráfico quando agem por conta própria sob os grupos do tráfico de drogas, e há quem apoie as ações dos milicianos do tráfico quando castigam assaltantes e estupradores dentro das comunidades. A população não tem para onde correr, está inserida nessa “guerra” instaurada pelos grupos milicianos e a situação tende a se agravar cada vez mais, visto que a violência é o método utilizado e violência gera mais violência, transformando a cidade em um caos sangrento, onde os índices de homicídios tendem a crescer demasiadamente. De um lado o tráfico de drogas utiliza a violência para controlar suas áreas, do outros os milicianos utilizam a violência para fazer “justiça” e intrinsecamente ganhar dinheiro com seus serviços e no meio desse emaranhado de problemas está a população – em sua grande maioria pobre - que anda conforme os passos da criminalidade violenta para tentar sobreviver diariamente.

As cidades brasileiras são marcadas por desigualdades e segregações socioespaciais, fatores decisivos para o aumento da violência e criminalidade. O medo tornou-se uma espécie de companheiro dos habitantes da urbe, os discursos acerca do combate à violência e criminalidade são diversos, no entanto, o esforço em desconstruir mitos e preconceitos, bem como traçar estratégias de mudança social no que tange às políticas públicas em segurança, não são suficientes no combate e eficácia da diminuição desse fenômeno no espaço urbano. O espaço urbano passa por diversas transformações de acordo com a temporalidade e podem ser observadas modificações nas relações sociais decorrente dos seus ciclos e dinamismo social, econômico e cultural. Assim, a violência também se manifesta de diferentes maneiras acompanhando as transformações da urbe, como será analisado no capítulo a seguir.

2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE MARABÁ E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA

2.1. Marabá e seus ciclos econômicos

Para entender a situação atual da cidade de Marabá, pressupõe uma pequena recapitulação do processo de formação socioespacial deste território. O ponto de partida dos primeiros indícios de ocupações em Marabá pode ser identificado a partir da formação do primeiro núcleo populacional além das aldeias indígenas, a colônia agrícola do Itacayuna, organizada pelo semioficial Carlos Gomes Leitão, em 1895.

Derrotado no seu feudo em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis, em Tocantins) Carlos Gomes Leitão juntamente com seu grupo composto por agricultores, vaqueiros, lavradores e comerciantes saíram em busca de novas terras para explorar, e encontraram terras já visitadas por religiosos, bandeirantes, garimpeiros, dentre outros. Na subida do rio Tocantins, acerca das terras já exploradas foram criados vários núcleos populacionais, sendo os mais importantes: Cametá (1635), Baião (1694), Mocajuba (1853) e Alcobaça (1792). Além desses núcleos foram criados na confluência com o rio Araguaia São João do Araguaia, fundado por militares para fins de proteção de extravio de ouro e fuga de escravos, além de procurar manter uma boa relação com as terras dos índios Apinagés, Carajás e Timbiras, já que as mercadorias transitavam entre os solos indígenas (EMMI, 1999).

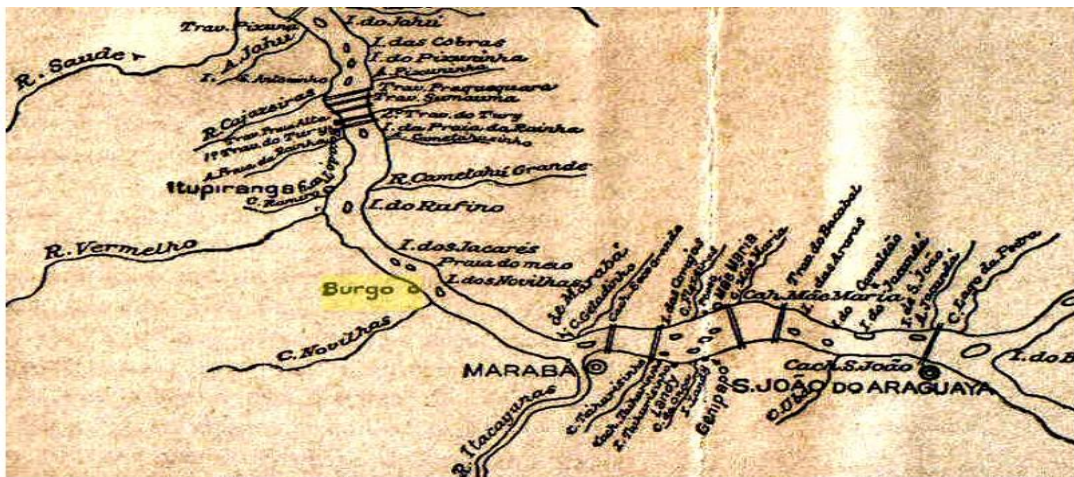
A criação do Burgo de Itacayuna está diretamente relacionada com essas lutas partidárias nacionais e com os conflitos locais de caráter político e religioso ocorridos entre as facções partidárias em Boa Vista do Tocantins, em 1892. Esses conflitos locais envolviam não apenas problemas derivados de fanatismo religioso, mas especialmente disputa de poder entre os coronéis Francisco Maciel Perna (chefe político e intendente local) e Carlos Gomes Leitão (deputado Estadual florianista e chefe emergente em luta para exercer o controle local.) (EMMI, 1999, p. 30).

Após o desfecho do conflito da Boa Vista os grupos avançaram para o Leste e para o Norte. Para o Norte, seguiram os grupos comandados pelo coronel Carlos Gomes Leitão e desceram o rio Tocantins foram em direção ao Itacayuna, onde se instalou o Burgo do Itacayuna, destacou-se por ser o primeiro núcleo de onde teria derivado Marabá, em 1895. O Burgo era composto por vaqueiros, agricultores, comerciantes e antigos proprietários de terra de Goiás e do Maranhão.

De acordo com Velho (2009) os movimentos para o Norte para o Governo do Estado do Pará foram vistos como uma oportunidade de firmar seu domínio nos limites correspondentes aos três estados: Pará, Goiás e Maranhão, visando as riquezas extrativistas vegetais. Alguns

movimentos fixaram-se às margens dos rios, já o grupo maior coordenado por Carlos Gomes Leitão recebeu incentivo financeiro do governador do período, Lauro Sodré, para fundarem a colônia. Na praia do Quindangues, à margem direita do rio Tocantins, 8 km a jusante da foz do Itacaiúnas o Burgo se instalou, sítio alto e livre de possíveis enchentes. As áreas escolhidas estavam desabitadas e a área mais próxima já habitada se localizava cerca de 25 km na Praia da Rainha e no Lago Vermelho, por maranhenses e goianos que tinham como prática mercantil um pequeno comércio de pesca, caça e produtos de roça, futuramente daria origem a Itupiranga (VELHO, 2009, p. 26).

Figura 01: Localização do Burgo do Itacayuna



Fonte: Almeida (2008)

A agricultura e a pecuária marcaram o período inicial da força de trabalho do Burgo, através do cultivo da mandioca e da criação de gado. O comerciante Francisco Coelho juntamente com trabalhadores de Carlos Leitão saíra em busca de novos campos para explorar, encontrando durante a expedição árvores de caucho. A descoberta do caucho³ gerou intensa migração para essa área, dentre os migrantes havia o predomínio de maranhenses, goianos e cearenses, tendo em vista o auge da borracha na Amazônia ter se efetivado nessa época. A partir disso, as relações entre os membros do Burgo foram modificadas, principalmente no que diz respeito às produções excedentes dos alimentos, passaram a ser comercializados. A lógica mercantil fez com que houvesse o deslocamento do povoado para às margens entre os rios Tocantins e Itacaiúnas para facilitar o escoamento das mercadorias e trocas que seriam realizadas (EMMI, 1999).

³ O caucho era a variedade local da seringueira da Amazônia e da qual era extraído o látex, matéria-prima da borracha (ALMEIDA, 2008, p. 35).

A dinâmica de extração do caucho impulsionou o despovoamento do Burgo, já que os caucheiros migraram para às margens dos rios e os comerciantes abriram seus barracões para fornecer mercadorias necessárias para a permanecerem na mata. Emmi (1999) enfatiza as transformações decorrentes da desagregação do povoado, o qual passou por um processo de organização moldado a partir dos interesses dos grupos de comerciantes liderados por Carlos Leitão, Norberto Mello, Raimundo Rocha, do Goiás, juntamente com os maranhenses Francisco Coelho, Coronel Maravilha, Ricardo Maranhão, Francisco Casemiro, Celso Bandeira, Antônio da Rocha Maia, no final do século XIX, todos tinham como objetivo a exploração do caucho no Itacayuna.

Contudo, a migração do Burgo para o povoado de Marabá transformou a colônia agrícola em um centro comercial, bem como marcou o declínio de Carlos Leitão. A nova dinâmica econômica do povoado voltava-se para o extrativismo e agricultura em pequena escala. Com isso, Marabá se transfigura em um grande acampamento de caucheiros e passa a crescer rapidamente decorrente da migração de pessoas atraídas pela atividade extrativista (EMMI, 1999).

Os primeiros indícios de violência nessas áreas podem ser identificados por lutas pela posse dos cauchais, “naquelas épocas os caucheiros delimitavam a área marcada os troncos das árvores com as iniciais do patrão, quando a posse não era respeitada por bem, era respeitada pela bala” (EMMI, 1999, p. 38). O comércio da borracha influenciou diretamente nas relações entre os homens, a economia do burgo estava predominava o valor do uso ou produção para sua subsistência, já o caucho passou a ter apenas valor de troca priorizando o exterior. As lutas protagonizadas entre os donos de cauchais e entre patrões voltava-se para o controle das áreas dos cauchais e não pela terra bruta.

As brigas e os atritos se originavam por qualquer discussão sem importância. A ausência de autoridade constituída para garantia da ordem era motivada sobretudo pela grande distância entre o povoado nascente e a capital do Estado, agravada pela ausência de navegação, que, na época, era feita por batelões a remo, em viagens que só se realizavam uma única vez cada ano. A lei, o direito, eram ditados pela ‘voz’ do 44 de papo amarelo (SAMPAIO, 1967, p. 12, apud EMMI, 1999, p. 38).

Segundo a autora supracitada os conflitos existiam entre os comerciantes do caucho e em 1904 uma luta ganhou significativa repercussão pelo uso incessante de violência, protagonizado por dois grupos, dos patrões Francisco Casemiro e Celso Bandeira. Os tiroteios eram constantes e deixou muitos feridos, inclusive Celso Bandeira, e alguns mortos.

Marabá prosperou em meio a “ganância louca por dinheiro” (AUDRIN, 1947, p. 155 apud EMMI, 1999, p. 40). A extração do caucho gerou situações, interesses e novas relações entre os homens. A cadeia de relações sociais decorrente de práticas extrativistas impulsionou o crescimento acelerado de Marabá, tendo a figura do comerciante na nova dinâmica. O comerciante fornecia os materiais necessários para os caucheiros adentrarem na mata, como armas, alimentos, dentre outros utensílios; além disso, seus lucros eram provenientes da troca de mercadorias pelo recebimento da matéria-prima.

É por isso que Marabá irá surgir como iniciativa de comerciantes, perpetuando na memória social o seu papel histórico. Sua fundação é um caso exemplar a demonstrar que mesmo em região onde o meio parece dominar de modo tão absoluto o homem, a influência geográfica só pode ser entendida quando mediatizada pelas forças sociais envolvidas, as quais podem ter origem bastante remota e transcendente em relação à própria área (VELHO, 2009, p. 36).

Em 27 de fevereiro de 1913, Marabá elevou-se a categoria de Município, regido pela Lei Estadual nº 1278. Os comerciantes e maçons foram fundamentais nas reivindicações em relação a emancipação do Estado do Pará, devido ao não atendimento de necessidades por parte do governo, além da significativa distância de Belém, logo, pediram para que Marabá fosse reconhecido como parte do Estado de Goiás – seus interesses pautavam-se, também, nos habitantes serem goianos e as relações de mercado com o Tocantins e o Maranhão –. Decorrente das reivindicações relacionadas a emancipação, os movimentos conseguiram sensibilizar o governo do Pará de deram importância à Marabá por ser estratégica no escoamento da produção de caucho e castanha, e a partir desses fatores, a mesma foi nomeada a categoria de Município (EMMI, 1999).

Assim, na composição da junta governativa temos o Tenente-Coronel Antônio da Rocha Maia, o Major Quirino Franco de Castro, o Capitão Afro Sampaio, o Coronel João Anastácio de Queiroz, Melchiades Fontenelle e Cândido Raposo. É desse grupo restrito de personalidades que surgiria uma oligarquia local que iria se afirmar durante o período subsequente, nos quinze primeiros anos de vida municipal até 1930 (EMMI, 1999, p. 42)

Emmi (1999) conclui seu pensamento sobre processo de criação de Marabá, que, mediante o capital mercantil, a oligarquia⁴ firmou-se a partir de apropriações de terra facilitadas por sua hierarquia administrativa. E explorou demasiadamente caucheiros, castanheiros, barqueiros, tropeiros, dentre outros, dentro da dinâmica estrutural do local.

⁴ A oligarquia para (EMMI, 1999, p. 44) está relacionada a forma de poder com uma característica regional: o isolamento das cidades e povoados acessíveis somente pelos rios, que proporcionava a alguns o monopólio das comunicações, dos transportes e, portanto, do comércio.

A dominação política de Marabá estava nas mãos de grupos de famílias proprietárias de grandes terras, principalmente em áreas de castanhais. Nomeou-se esse grupo de oligarquia latifundiária mercantil, devido ao monopólio do comércio da castanha e grande concentração de terra. Para Emmi (1999) os donos de castanhais exerceram o poder político-econômico seguindo uma estrutura de dominação e subordinação, logo, o mandonismo estava relacionado ao controle do trabalho e o processo de apropriação, pode-se identificar a violência como forma de dominação, reafirmando o conceito de violência para Arendt (1985).

A crise da borracha desencadeou problemas sociais e econômicos, ganhando proporções diferentes nos vários municípios da região. A cidade de Marabá foi atingida drasticamente abalando a economia do município e colaborou para um significativo despovoamento. A redução do preço e das exportações da borracha acarretou endividamentos públicos internos e externos, bem como a estagnação econômica para a região, além da estagnação urbana e refluxo populacional (RODRIGUES, 2010).

A partir disso, o capital e a força de trabalho buscaram outras alternativas de se reerguerem frente ao declínio da economia da borracha, ainda dentro do regime extrativista, produtos como o cacau, madeiras, sorva e a castanha trouxeram respostas positivas do mercado exterior. No decorrer da década de 1920 a cidade ainda girava em torno do extrativismo para exportação, já que a agricultura e criação de gado atendiam apenas a demanda local. Antes, a exploração da castanha servia para alimentação humana e sustento de animais, ganhando posteriormente proporções cada vez maiores nas primeiras décadas do século XX (EMMI, 1999).

Para Calheiros (1921) apud Emmi (1999) a castanha:

Na situação de abertura geral, decorrente da desorganização do mercado mundial e mais de perto para nós, do preço ínfimo a que desceu a nossa malsinada hevea, a castanha foi como um desafogo da grande crise econômica no decurso dos cinco primeiros meses do ano. Efetivamente pela praça de Belém foram exportados com destino à Europa e à Norte-América 309.914 hectolitros de castanha, movimentando comercialmente a soma de rs 9.297.420\$000, ao preço médio de 30\$000 o hectolitro.

Assim como aconteceu durante o período de extração do caucho, a exploração da castanha trouxe um novo cenário para a população marabaense. De acordo com Rodrigues (2010) o aumento da demanda da castanha contribuiu para um crescimento do centro comercial de Marabá, devido, principalmente, a localização estratégica devido possuir uma grande reserva extrativa. O aumento da atividade mercantil da castanha foi acompanhado da ascensão da

oligarquia local que, por sua vez, possuía interesse na expansão das atividades econômicas na respectiva sub-região (YOSCHIOKA, 1986, apud RODRIGUES, 2010, p. 79). Ainda segundo o autor supracitado a “cidade dos oligarcas da borracha” consequente da hegemonia do extrativismo do caucho, passaram a estruturar e fortalecer mediante a decadência do caucho a hegemonia da “cidade dos oligarcas da castanha” (p.80). As mudanças na economia e política da cidade de Marabá mantiveram-se intactas, não podendo dizer o mesmo sobre as paisagens intraurbanas marcadas por casebres improvisados com palha, ocupados por moradores que, para sobreviver, vendiam sua força de trabalho.

De acordo com Almeida (2008) o extrativismo da castanha foi determinante para a evolução urbana da cidade de Marabá. Era uma atividade sazonal, entre os meses de novembro a abril, devido às cheias dos rios, facilitando o acesso aos igarapés e aos castanhais. As dificuldades não foram poucas, por necessitarem passar cerca de 4 meses dentro das matas, os castanheiros estavam à mercê de ataque indígena e exposto a doenças, como a malária. Além disso, alguns destes, sofriam emboscada dos seus patrões quando tinham dívidas elevadas

Durante o período inicial da exploração da castanha, a organização do trabalho não dependia diretamente de um patrão e facilidade no acesso às terras, pois o que prevalecia era a extração livre. A família possuía um papel fundamental na organização do trabalho, principalmente na retirada das nozes de dentro do ouriço. Em contrapartida, o trabalho livre não escapava de exploração comercial, tendo em vista que alguns trabalhadores ofereciam sua mão-de-obra para os que controlavam a terra em troca de pagamento – não necessariamente em dinheiro -, conhecido com uma espécie de aviamento.

Os indivíduos que desejassem explorar os castanhais eram enviados por comerciantes – financiados e abastecidos pelos comerciantes de Belém -. Devido a exploração da castanha ter se ampliado, a organização do trabalho sofreu adaptações, os barracões são os primeiros indícios dessa mudança, ou seja, onde havia um barracão instalado automaticamente as terras correspondentes pertenciam a um dono. A mudança na organização passa a acarretar alguns desentendimentos entre os donos das terras e os trabalhadores, devido ao crescimento da exportação da castanha e conseqüentemente o aumento da força de trabalho, ainda assim os castanheiros continuavam recebendo seus pagamentos com mercadorias dos barracões e não em dinheiro. Além disso, a troca era desigual e antecipada desde antes da entrega das castanhas, que, quando entregues, não cobriam totalmente o valor do aviamento (empréstimo de utensílios necessários para extrair a castanha, além de alimentação e moradia) e decorrente disso as dívidas nunca cessavam, muitos acabavam presos ou então pagavam com a própria vida.

Velho (2009) e Emmi (1999) em seus escritos relevam a monopolização da castanha a partir da presença cada vez mais intensa dos barracões. A medida em que a extração se interiorizava, a distância da beira de Marabá também aumentava, com isso os castanheiros tendiam a recorrer aos comerciantes dos barracões. A estrutura do comércio facilitou o estreitamento no controle da produção, logo, com o avanço da exploração, abertura de caminhos para o escoamento da mercadoria, a distribuição organizada dos castanheiros, tornaram-se cruciais para acabar com o sistema dos castanhais livres, fazendo com que outra organização tomasse o controle do trabalho e da produção, o qual grupos econômicos representados pelo capital mercantil se apropriasse do lucro comercial de diferentes maneiras, seja através da extração da castanha ou pela exploração da força de trabalho.

Os grupos comerciantes passaram a controlar a extração, a comercialização, a exportação e a política local, além de assumirem a condição de grandes compradores de castanha. Dessa forma, os conflitos foram inevitáveis, em alguns casos os comerciantes detinham de uma vasta extensão de áreas de castanhais conquistadas como resgate de dívidas dos financiadores, além de divergências políticas. O resultado da expansão das terras, esses grupos passaram a controlar toda a atividade produtiva, desde a extração da castanha na mata até a entrega para o exportador (EMMI, 1999, p. 75).

As práticas do arrendamento dos castanhais públicos transformaram a cidade no que diz respeito às estruturas espaciais para atender as necessidades dos grupos políticos locais, a partir do monopólio dos meios de produção. A sub-região passou a concentrar latifúndios responsáveis pela manutenção do poder e controle territorial exercido pelas oligarquias locais. Durante todo o processo de concentração fundiária nas mãos das elites não se constituiu de maneira pacífica, visto que os trabalhadores rurais resistiam às formas violentas de apropriações de terra (RODRIGUES, 2010).

Para fins de interesse, os grupos de comerciantes locais predominantes em Marabá correspondiam pela família Chamon, A. Borges & Cia., Dias & Cia e a família Mutran. O primeiro é composto por irmãos vindos do Maranhão, possuíam casa comercial em Marabá, compradores de caucho e castanha. O segundo correspondia a uma casa de aviamento na cidade, muito conhecida por Casa Medeiros, serviam como intermediária na aquisição de castanha através de arrendamento. Já a firma Dias & Cia., tinha a figura do chefe político João Anastácio de Queiroz, e era composta por médio e pequenos produtores locais. O grupo familiar dirigido por Nagib Mutran arrendou grandes áreas de castanhais, tornando-o um grande latifundiário. Tornaram-se compradores de castanha, donos de barcos e mais à frente se transformaram em

exportadores. A memória social da família Mutran está associada a um histórico de violência, materializada através do controle e da força, seja para expandir suas terras, como também para se protegerem (EMMI, 1999).

A fonte de riqueza e poder desses grupos surgiu através do monopólio do crédito (aviamento), do transporte e sobre o controle dos castanhais. Os lucros eram exorbitantes decorrente da comercialização e também do sistema de dívidas e pela força organizada.

Marabá também ficou conhecida por ser produto das relações dos homens entre si, em que a exploração não conhecia limites, onde o lucro mercantil reduzia os homens em mercadorias alugadas ou compradas, colocadas à disposição dos oligarcas. Essas relações não se davam pacificamente, iam do roubo de castanhas à fuga dos endividados e em alguns casos os subordinados enfrentavam seus patrões. A violência, as mortes, as retaliações, seja elas a mando dos patrões ou por parte dos castanheiros, foram algumas consequências dessas relações.

Entretanto a “passividade” dos castanheiros em relação à exploração não é real. Conforme depoimentos tomados em Marabá, as reações à exploração se faziam presentes ainda que isoladas e individuais; traduziam-se no roubo de castanhas para vender ao dono de outro castanhal, no enfrentamento direto com os homens do patrão de onde resultaram mortes frequentes, na fuga após receber o aviamento, por estarem certos de que o produto do seu trabalho – devido as diversas formas de exploração – não seria suficiente para saldar a dívida (EMMI, 1999, p. 74).

A expansão das terras castanheiras pelas oligarquias locais desencadeou, como dito anteriormente, diversos conflitos fundiários. Esses conflitos ocorreram entre fazendeiros e posseiros ou invasores, como são chamados pelos donos das castanhas. No início da economia de Marabá, as terras dos donos de castanhais eram respeitadas pelos trabalhadores, no entanto, a posteriori, os castanhais passam a ser invadidos por posseiros. Por que essas terras passaram a ser invadidas? Emmi (1999) em seus escritos releva que, nos tempos de castanhais públicos, os pequenos agricultores no período da colheita, viravam coletores de castanha, não eram subordinados a nenhum dono e vendiam seus produtos no núcleo urbano. Posteriormente, com a expansão do núcleo urbano, com o surgimento de grandes fazendas e a apropriação definitiva dos castanhais, os castanhais públicos foram desaparecendo, comprometendo o trabalho dos pequenos agricultores, que foram forçados a serem empregados dos donos das fazendas.

No final da década de 1950, os castanhais estavam inseridos dentro de propriedades privadas, o qual os donos haviam adquirido através da compra ou foram arrendados. O sistema de arrendamento se generalizou a partir de 1930, como forma de controlar política e economicamente os pequenos e médios produtores ligados à coleta de castanha. Nessa mesma

época, o Estado passou a vender os castanhais, no entanto, poucos tinham acesso a eles, e juntamente com o arrendamento acabaram com a extração livre, pois vinha de encontro aos interesses da oligarquia, por querer incessantemente dominar o comércio da castanha. Ademais, apesar de toda a dinâmica oligárquica no controle dos castanhais, a extração livre era garantida por lei através dos castanhais de servidão pública ou castanhais do povo, onde os pequenos coletores pagavam uma taxa de inscrição às prefeituras locais e coletavam a castanha mediante um limite estabelecido (EMMI, 1999).

Existiam cerca de 27 castanhais de servidão pública distribuídos em 11 municípios. Em Marabá os castanhais do povo estavam sob serventia do Landy, Geladinho, Jenipapo, Alto Bonito e um sem dominação específica. A extensão de terra compreendia uma área total de 29.890 há, sendo 4.356 há de légua patrimonial de Marabá, todas essas vastas extensões de terra foram apropriadas por grupos locais.

Quadro 2: Município de Marabá – Castanhais de Serventia Pública (1925-1960)

Denominação	Localização	Área	Ano da Concessão
Alto Bonito	Igarapé Tauarizinho (margem direita)	4.356	1925
Landy	Rio Tocantins (margem esquerda)	7.312	1927
Jenipapo	Rio Tocantins (margem esquerda)	6.666	1933
Geladinho	Igarapé do Geladinho	4.356	1943
S/Dominação	Rio Tocantins (margem direita)	7.2000	1960
Légua Patrimonial de Marabá	Rio Tocantins (margem esquerda)	4.356	1927

Fonte: EMMI, 1999.

Apropriações dos castanhais do povo não foram pacíficas, todo o processo histórico registou o uso da violência pelos grupos oligarcas e as reações por parte dos expropriados que não reconheciam o “direito” dos novos donos, visto que as terras eram de Servidão Pública (EMMI, 1999).

Os conflitos entre os grupos dominantes e os pequenos agricultores ganharam proporções demasiadas na luta pela terra. A expulsão dos lavradores das terras foi decorrente do ultrapasse do limite de terras estipulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde o Decreto Estadual nº 9203 de 15.07.75 garantiu o direito de ultrapassar

os limites de terra (em até 50%). Esse dispositivo legal tornou-se uma arma poderosa para amparar os grupos dominantes (EMMI, 1999).

Os castanheiros continuaram submissos dos patrões durante muitos anos, e não obtiveram nenhum apoio do por parte do Poder Público (tanto municipal quanto estadual ou federal). Além disso, os mesmos não possuíam nenhuma organização ou sindicato que pressionasse os patrões e órgãos competentes por melhores condições de trabalho. A ausência do Poder Público em prestar atenção para os problemas enfrentados pelos trabalhadores dos castanhais e as péssimas condições de trabalho durante anos, estão diretamente relacionados ao fato de que os grupos comandantes da cidade ocuparem cargos municipais, como na Câmara dos Vereadores (ALMEIDA, 2008).

Decorrente de todas as transformações, Marabá, antes conhecida como a terra dos castanhais, passa a não ser um município isolado e dependente do rio Tocantins, a partir da abertura de estradas a cidade se ligou ao resto do Brasil e passou a chamar a atenção do capital industrial e financeiro, com base nas riquezas mineiras presentes no seu subsolo. A estrutura do poder local apoiados no comércio e na exportação da castanha são alterados devido aos novos rumos da política econômica.

No período marcado pela Segunda Guerra Mundial, a extração de castanha sofre uma queda na sua continuidade devido ao retraimento do mercado internacional. Outra modalidade surgiu no município de Marabá, o garimpo de diamantes nas corredeiras do Itabocas, bem como a descoberta dos cristais de rocha. A exploração mineral, se dava em paralelo a extração da castanha, além da mão-de-obra utilizada no garimpo serem os mesmos coletores de castanha.

A vantagem do garimpo era que podia ser explorado de forma intercalada com a castanha, na época do verão local, de maio a outubro, quando a vazante dos rios facilitava o acesso aos depósitos de aluvião. Empregava-se muitas vezes a mesma mão-de-obra da castanha e que ficava desmobilizada na entressafra (ALMEIDA, 2008, p. 45).

Outra atividade que surgiu no entremeio da exploração da castanha, foi a prática da pecuária. Apesar de ter um retorno mais demorado que o extrativismo. A pecuária se intensificou principalmente por causa do crescimento demográfico da cidade, ampliando o mercado da carne, visto que a pecuária tradicional não conseguia atender toda a demanda, com isso, ao final da década de 1960 a cidade de Marabá já apresentava bons indicadores, com um aumento considerável do rebanho (ALMEIDA, 2008).

Almeida (2008) enfatiza a ideia de Otávio Guilherme Velho acerca da realidade da pecuária em Marabá, houve uma corrida no que diz respeito ao crescimento das cabeças de gado e de pastagens para alimentá-los, o que acabou por necessitarem de mais disponibilidades de terras, além de trazer uma nova dinâmica para a cidade e a presença de outros agentes, entre eles o pequeno agricultor e pecuaristas vindos de outras regiões. Após a intensificação da pecuária na cidade, houve a necessidade de contratar mais mão-de-obra para efetuar algumas atividades importantes para a expansão da mesma, como a derrubada de mata, e o plantio de capim para o gado. Todo esse processo da pecuarização fez com que o papel dos comerciantes diminuísse na cidade, sobretudo após a abertura da estrada Belém-Brasília conectando-a por vias terrestres. As possibilidades de trabalho na castanha, no garimpo e a disponibilidade de muitas terras atraíram os olhos para o Sudeste Paraense.

Os processos de expansão do capital e da centralização do Estado, interferiram profundamente na estrutura social e política da oligarquia de Marabá. Primeiramente, segundo Emmi (1999) e Velho (2009), a economia antes centrada no extrativismo vegetal passou a se diversificar, agora com a mineração, pequena produção agrícola de proprietários autônomos, a pecuária, dentre outros. A implantação de bancos, a abertura da Transamazônica, as empresas de mineração, o dinheiro é movimentado e promove a monetarização da economia generalizada. Juntamente com isso, a população se multiplica, atraindo mais pessoas para o novo mercado de trabalho e os antes coletores de castanha passam a trabalhar em outros setores produtivos.

A abertura das estradas e a implantação de grandes projetos governamentais na área do Tocantins, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás, a ferrovia Carajás-Itaqui, contribuíram para que boa parte da mão-de-obra da castanha para aí se deslocasse. Além disso, em princípios de 1980 é descoberto o garimpo de Serra Pelada, situado a aproximadamente 80 km de Marabá, permitindo acesso por via aérea ou por estrada carroçável a partir da PA-150 (EMMI, 1999, p. 109).

Toda essa movimentação da população em detrimento de novos setores produtivos, expandem o espaço urbano da cidade e a oligarquia não consegue manter o seu controle, principalmente com as formas de produção e relações sociais estabelecidas nesse entremeio. Segundamente, como consequência dessa diversificação, a função e o uso da terra também se modificam, o controle da terra deixa de ser associado ao extrativismo da castanha. As terras localizadas às margens da Transamazônica são destinadas aos pequenos agricultores pelo INCRA, já a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) fornece incentivos fiscais para a formação de grandes propriedades pecuárias. As mineradoras multiplicam os

pedidos de alvará de lavra e a Vale do Rio Doce recebe do Estado cerca de 160.000 há (EMMI, 1999).

O que importa é que a oligarquia deixa de ser o monopólio da terra – o que em outros tempos resultaria na perda da hegemonia local – mas isso se dá ao mesmo tempo em que o destino e o próprio significado da propriedade fundiária se transformam. A terra torna-se mercadoria da mesma forma como qualquer outra (EMMI, 1999, p. 110).

Conforme Ribeiro (2010), a abertura das estradas ligou Marabá com o restante do Brasil, atraindo novos olhares para a cidade, e com isso, convergem novos interesses, especialmente do capital industrial e financeiro, cuja riqueza está relacionada a exploração mineral e pecuária. Os novos interesses desencadearam uma crise entre as oligarquias de Marabá, devido às políticas de integração nacional o monopólio dos comerciantes para serem das empresas capitalistas estatais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); das empresas privadas, como é o caso do Banco Bamerindus, de um lado, e apropriada para colonização agrícola por parte do INCRA e servir de suporte para as ações do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), ou ainda pelos garimpeiros (Serra Pelada, por exemplo) fiscalizados pelo Serviço Nacional de Investigação (SNI), do outro lado.

Vale ressaltar que em meio ao processo socioespacial da cidade de Marabá, as oligarquias vinham tentando se rearticular no intuito de defender o controle fundiário, tanto relacionado ao poder político, bem como o capital mercantil. As transformações econômicas não fizeram com que os conflitos fundiários diminuíssem, não se pode esquecer da população tradicional composta por trabalhadores dos castanhais e pequenos posseiros, desterritorializados pelos grandes capitalistas (RIBEIRO, 2010).

2.2. Violência enquanto resultado de conflitos fundiários

Os projetos de modernização da Amazônia influenciado pelo Governo, nos fins da década de 60, especialmente em 70 e 80, atraíram grandes empresas e investimentos nacionais e internacionais para a região. Os controles de terra, além da política de migração induzida, bem como os incentivos às grandes empresas, expandiram a fronteira urbana da região, em destaque para Marabá, servindo como mecanismo estratégico para a implantação de projetos de produção agrícola, mineral, pecuarista, energética e industrial (TRINDADE JR, 2011).

No caso de Marabá, trata-se de uma cidade que vem sendo lócus de grandes investimentos na região, pela importância produtiva, comercial, distribuição de serviços e liderança política no sul/sudeste paraense, tornando-

se, com isso, uma das mais importantes no ranking econômico do Estado do Pará. Constitui-se também um importante nó de rede urbana, viária e elétrica da Amazônia Oriental, e com destaque para a sua base produtiva assentada na agropecuária, na indústria minerometalúrgica e no extrativismo vegetal e mineral (TAVARES, 1999, apud TRINDADE JR, 2011, p. 139)

Decorrente do processo de modernização da Amazônia, a nova base produtiva tendeu a substituir as atividades tradicionais (consideradas apenas um mercado de organização social) dos habitantes das áreas da região, com isso, não somente a região, mas como o país inteiro passou a estar inserido na mesma lógica dos países mais avançados. As cidades da Amazônia, anteriormente, eram habitadas por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pecadores, dentre outros, que constituíam as comunidades tradicionais até os fins da década de 60. As terras ocupadas em sua grande maioria eram públicas e haviam poucos proprietários titulados, com isso, muitos habitantes não possuíam títulos, no entanto, não foram questionados quanto a legitimidade da terra (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

Os estímulos governamentais inseriram a Amazônia na dinâmica econômica nacional e internacional dados ao capital estrangeiro e também nacional ou então em uma associação entre os dois. O Estado foi o protagonista durante o processo de mudança da dinâmica da região, e juntamente com a mudança, vieram-se a violência e os conflitos. Os conflitos surgiram a partir do momento em que as terras públicas ocupadas por moradores tradicionais passaram a serem comercializadas, não levando em consideração se continham pessoas dentro ou não (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

Devido à pouca visibilidade da Amazônia em relação ao mercado nacional e internacional, o Estado utilizou como ferramenta para atrair o capital os incentivos fiscais, seja no barateamento das terras, seja no corte dos impostos. O processo de modernização da região se sucedeu de forma contraditória e uma das contradições está nas atividades consideradas tradicionais pelo Estado e pelas elites, não as inserindo nesse processo, excluindo-as e marginalizando-as, tanto da economia quanto da modernização.

Para Guimarães e Loureiro (2007) as políticas referentes ao processo de modernização referiram-se aos grupos econômicos e não para as comunidades tradicionais. Ao invés de haver a participação e inclusão das comunidades tradicionais seguindo a lógica de uma sociedade mais justa, o Estado promoveu a exclusão social. Teoricamente a política de incentivos fiscais englobam todos os agentes sociais, no entanto, as vantagens são aplicadas apenas às empresas organizadas sob a forma de sociedades anônimas, o que de antemão já excluía as populações locais, os pequenos produtores e os migrantes. A partir disso, direta ou indiretamente o Estado

promoveu o privilégio dos grupos econômicos em detrimento das populações locais, ocasionando em conflitos o qual o uso da violência foi imprescindível.

Pereira (2013) em sua obra cita José de Souza Martins para discutir sobre os conflitos pela posse da terra ocorridos entre os anos de 1970 e 1980, o qual pôde-se perceber a expropriação de posseiros por grandes empresas privadas, tendo esse processo denominado de “frente pioneira” sobre a “frente de expansão”. Para os autores, a inserção do capital empresarial (frente pioneira) passou a expropriar e expulsar os trabalhadores tradicionais ocupantes antigos das terras, conhecidos pela figura dos posseiros (frente de expansão). A diferença entre os posseiros e as grandes empresas está na economia, o primeiro possui uma economia de base familiar e não detinham de títulos que alegassem serem donos da terra, por isso os conflitos pela posse da terra aconteciam constantemente.

Diante desse cenário, permeado por múltiplos atores sociais, com interesses muitas vezes divergentes, evidencia-se o processo de ocupação, que, desde o seu início, manifestou-se na forma de conflitos espaciais e territoriais (RODRIGUES, 2010, p. 101).

As mudanças presenciadas na Amazônia decorrente do processo estruturador e modernizador do espaço, foram sentidas demasiadamente pelas comunidades tradicionais que não se enquadravam na nova dinâmica instituída na região (RODRIGUES, 2010).

Na década de 70, os conflitos pela posse da terra ganham maior visibilidade na região de Marabá, mas é na década de 1980 que as manifestações aumentam demasiadamente, sendo a maioria violenta. Os conflitos são protagonizados por grupos de trabalhadores rurais recém-chegados na área, moradores antigos, grupos indígenas e grupos oligarcas da castanha, além dos componentes das empresas capitalistas (EMMI, 1999). É nessa mesma época em que a Amazônia passa por novas configurações na sua estrutura urbano-regional, e a cidade de Marabá está inserida nesse contexto, “uma lógica de organização do espaço baseada nas redes rodoviárias, na produção extrativa mineral e em outras atividades produtivas em larga escala” (RODRIGUES, 2010, p. 96).

Os conflitos iniciam nesse período quando o Estado coloca à venda as terras públicas, com preços acessíveis aos grupos econômicos o qual o mesmo queria atrair. Em meio a esse processo de compra e venda existiam as populações locais que, em sua grande maioria, residiam nas terras públicas, haja vista como citado anteriormente, mesmo havendo ocupantes nessas terras, muitos não detinham de titulação, ou seja, não possuíam documentos que comprovassem a propriedade da terra.

Guimarães e Loureiro (2007) explicam o processo de transferência das terras públicas para os grupos privados e das condições privilegiadas concedidas a eles por parte do governo, a partir de quatro ângulos. O primeiro diz respeito a transformação da natureza amazônica em mercadoria, ou seja, incorporam o mercado de terras. O segundo está relacionado a opção do Estado em preferenciar os investimentos do capital, não levando em consideração as populações locais. Em terceiro, a transferência das terras públicas consideradas – na teoria – um bem comum e acessível a todos, para os grupos privilegiados. Por último, esse processo mostra a inexistência do caráter ético do Estado em relação às possíveis consequências para os agentes não inseridos na lógica capitalista nesse momento.

Segundo os autores supracitados, as terras públicas chamaram a atenção dos grupos econômicos devido aos seus valores. No entanto, apesar dos valores, as populações locais em geral ficam às margens as estratégias públicas além de outras formas de exclusão da terra como mercadoria. No que diz respeito às documentações, para os grandes compradores das terras os documentos foram gerados com bastante facilidade, em contrapartida, para as populações locais haviam barreiras burocráticas na concessão de documentos. É a partir da lida com as documentações que a grilagem de terras tanto públicas quanto privadas ganham destaque, impulsionados por grupos empresariais.

A todas essas condições especiais propiciadas pelo Estado aos empresários aditam-se as circunstâncias desiguais de competição sob as quais novos empresários e populações locais enfrentam o mercado. A concessão de subsídios, empréstimos, serviços, vantagens diversas e de favores concedidos aos empresários lhes garante a acumulação em condições incomparavelmente melhores do que aquelas de que dispõem os pequenos produtores em geral. A falta de apoio do Estado aos pequenos empreendimentos e iniciativas tem sido o principal responsável pelo fracasso deles. Esse insucesso, ao invés de motivar o Estado a apoiá-los, reforça o discurso do governo e das elites, de que existiria uma eficiência e uma racionalidade próprias do grande empreendimento, característica que não está presente nos pequenos empreendimentos, o que os tornaria vantajosos e desejáveis para a Amazônia, o que consiste sem dúvida numa inversão da realidade (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007, p. 6)

Todas essas políticas vantajosas para os grupos econômicos dentro da realidade da região, aumenta demasiadamente a distribuição desigual da terra, transformando a mesma em mercadoria. Os pequenos agricultores e outros produtores em geral, sofrem com a expropriação de suas terras, o qual dependem imensamente para seu subsídio e sustento familiar, seja da forma legalizada, através do mercado das terras, seja pela grilagem de terras, mascaradas pelo Estado em conjunto com os grandes empresários.

Os grandes empresários ao deterem da posse da terra, independentemente de ter sido conquistada por meios legítimos ou fraudulentos, impulsionam o processo de expropriação e expulsão dos “antigos” proprietários – no caso, as populações locais -. Qualquer fosse a condição legal da terra, o resultado era a expulsão dos moradores.

Em alguns casos – a maioria – para os moradores locais restava apenas resistir ao avanço desenfreado da compra e venda das terras, e logicamente da expulsão dos mesmos da terra. Uns não resistiram e passaram se deslocaram para as áreas urbanas da cidade, outros resolveram enfrentar e permaneceram nas terras alegando serem os reais proprietários, mesmo não possuindo titulação que comprovasse tal alegação.) Os embates instaurados dentro das formas de resistência dessa população resultaram em inúmeros conflitos, entre proprietários e pseudo-proprietários contra posseiros, indígenas contra mineradoras e madeireiras, indígenas e posseiros, dentre outros agentes ocupantes da região. Além das populações locais, pode-se identificar outros agentes sociais na luta pela terra, os sem-terra⁵, ocupantes de terras públicas aparentemente sem proprietário (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

O Estado sai em defesa dos grupos hegemônicos no que diz respeito aos conflitos de terra. Por meio de ações judiciais, força policial para que os ocupantes saem da terra, indenizações aos posseiros, fraudes cartoriais que agilizem o processo de grilagem, dentre outros meios. Vale ressaltar a ineficiência da justiça frente a violência causada pelos conflitos de terra, principalmente no que tange aos pedidos de regularização fundiária por parte das populações locais, foram modificadas para atender a dinâmica do projeto modernizador. Decorrente da incapacidade da justiça em resolver por vias “legais” os conflitos entre posseiros e empresários, os mesmos passam a utilizar menos a justiça e mais outros meios mais “eficazes” principalmente da parte dos empresários, como por exemplo, o uso de ameaças, criação de milícias privadas, contratação de seguranças, pistoleiros, retaliações contra as casas e pequenas produções dos agricultores, dentre outros.

Os instrumentos jurídicos, institucionais, organizacionais e de execução foram grandemente alterados com vistas à implantação do modelo político e econômico de desenvolvimento. Conforme esse modelo, o caráter constitutivo e operacional do Estado se reorganizou, passando a se apoiar, mais fortemente, numa relação de mútua-proteção e de complementariedade entre o poder dos grupos econômicos e o poder político (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007, p. 10).

⁵ Para Guimarães e Loureiro (2007) os “sem-terra” são considerados pessoas que não são posseiros, no entanto, ocupam terras de terceiros, em busca de trabalho e melhor qualidade de vida.

Fica claro a influência direta e indireta dos grupos econômicos dominantes durante o processo de modernização da Amazônia, em todos os âmbitos do Estado, como a justiça, a política, a legislação, etc.

Tendo em vista o poder incessante dos empresários na região, a violência tornou-se uma via rápida para a resolução dos problemas relacionados a expropriação das terras. Além do Estado, a segurança privada passou estar inserida no processo de expulsão das populações das terras dos empresários, essa segurança engloba empresas, fazendeiros, grileiros e pistoleiros. Por vias legais, o Estado seria o responsável por auxiliar na desocupação das terras, o que na prática não aconteceu. Ignorados pelo Estado, os grupos de milícias privadas, os seguranças particulares e os pistoleiros tornaram-se responsáveis por garantir a desocupação das terras (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007; PEREIRA, 2013).

Na região amazônica a violência decorrente dos conflitos fundiários ganhou proporções internacionais decorrente do assassinato de lideranças de trabalhadores rurais e dos direitos humanos, são alguns deles: Chico Mendes, Padre Josimo Tavares, Expedito Ribeiro de Souza, Irmã Dorothy Stang, dentre outros. A partir dessa onda de assassinatos no campo, a figura dos pistoleiros se destacam na Amazônia brasileira (PEREIRA, 2013).

Para Guimarães e Loureiro (2007) os pistoleiros são migrantes provenientes do Nordeste, em sua grande maioria vivem à margem do padrão de organização social, não possuem terra, nem dinheiro e nem formação profissional, recrutados por fazendeiros e empresários. Não são pobres como muitos migrantes que se deslocam do seu lugar de origem em busca de melhor qualidade de vida. São pessoas que apenas vivem à margem tanto da sociedade que deixaram, quanto da nova ao qual estão inseridos. Estão à margem da cultura, da ética e da vida em comunidade, com isso, colocam-se a disposição de fazendeiros que queiram os contratar para expulsar, ameaçar, amedrontar e matar posseiros que estejam atrapalhando a vida pessoal e econômica dos seus “patrões”.

As perseguições e mortes que os pistoleiros cometem contra os colonos, especialmente contra líderes rurais, acontecem em situações em que os mesmos se encontram indefesos: a caminho da roça, quando o dia amanhece (e os mesmos portam consigo apenas instrumentos de trabalho), quando entram na mata, à noite quando saem (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007, p. 15).

Os pistoleiros quando orientados pelos seus “patrões” a cumprir suas tarefas agem, geralmente, com brutalidade, crueldade e dor, causando terror e sofrimento, servindo como forma de aviso para que algo seja feito no que tange às ocupações nas áreas de interesse dos

fazendeiros e empresários. O terror e sofrimento era assistido por familiares e pessoas que estivessem próximas ao local, são amarrados, torturados, arrastados até cumprirem o mandado, ou seja, a morte encomendada.

Um dos pistoleiros mais conhecidos da região por ser temido durante a década de 1980, carregando em sua trajetória a propagação do medo, com o auxílio de pessoas que faziam parte das instituições do Estado, foi Sebastião Pereira Dias, o Sebastião da Teresona. Conhecido por carregar inúmeros assassinatos, as pessoas temiam sua presença por onde passava, quando chegava em determinados locais emanava preocupação por parte da população local, além de adquirir respeito espontânea e forçadamente em todos os lugares. Sua atuação não se restringia apenas nas fronteiras amazônicas, atuava também no norte do Estado de Goiás e sul do Maranhão. Sebastião da Teresona foi morto dentro da Penitenciária Estadual Governador Fernando Guilhon, em Americano (PA) por companheiros de cadeia em uma rebelião. Sua morte teria sido supostamente encomendada por ter admitido ter recebido ordens de grandes proprietários de terra para assassinar trabalhadores rurais (PEREIRA, 2013).

Além disso, para os empresários e proprietários a função de Teresona apresentada à justiça e empresa estava ligado a função de fiscal de fazenda, como forma de retirar o rótulo de que contratavam pistoleiros para zelarem a fazenda. No entanto, tratava-se de homens armados fiscalizando as áreas da fazenda, bem como os trabalhadores contratados pelos fazendeiros, como por exemplo, os catadores de castanha e os que desmatavam para fazer pastos.

As fazendas com mais de mil hectares, normalmente, dispunham de “fiscais” para garantir a manutenção das terras, muitas vezes apropriadas de forma ilegal. Eram grupos armados que protegiam os limites dos imóveis, expulsavam ou assassinavam posseiros, vigiavam ou liquidavam peões endividados ou considerados fujões (PEREIRA, 2013, p. 145).

Guimarães e Loureiro (2007) fazem uma ressalva no que diz respeito à possíveis comparações entre pistoleiros e cangaceiros do Nordeste. Os cangaceiros são conhecidos por cometerem crimes relacionados a diversas questões (adultério, relações amorosas, difamação, dentre outros). Já os pistoleiros são conhecidos por total desenraizamento social e afetivo em relação à sociedade amazônica, agindo por pura sobrevivência, sem preocupações com pessoas alheias.

A relação do pistoleiro com a vítima é de total neutralidade e distanciamento, não havendo espaços para sentimentos, utilizando apenas o raciocínio, cumprindo de modo impessoal às ordens de seus patrões. Essa neutralidade e ausência de sentimentos são

fundamentais para que os pistoleiros possam se aproximar rapidamente da vítima e sondar informações com terceiros sem causar estranhamento (GUIMARÃES; LOUREIRO, 2007).

Os pistoleiros possuem proteção de diversos agentes, além dos fazendeiros e empresários, a polícia e os políticos também acobertam as ações destes. Ignoram as denúncias de trabalhadores rurais, não investigam os crimes de assassinato em determinadas localidades por saberem a origem do homicida, inventam “desculpas” para não registrarem ocorrências, e em alguns casos, o delegado aconselhava a vítima a mudar-se de cidade para que sua vida fosse garantida (PEREIRA, 2013).

A violência é um dos elementos que subsidiam a questão da terra na Amazônia e a figura do pistoleiro se destaca no que diz respeito à retaliação dos empresários e fazendeiros contra as populações locais. Para Guimarães e Loureiro (2007, p. 22):

É importante observar, de imediato, o caráter instrumental da violência nas questões de terra, considerando-se esta no seu sentido amplo (terra, garimpo, matas, etc.). Uma possível explicação para a existência dos crimes de pistolagem na Amazônia tem relação com o desencantamento do poder do Estado e a captura do espaço público pelo privado na região amazônica. A constituição de uma justiça privada pelos proprietários rurais remete não só a ideia de repartição do monopólio da violência física do Estado com as elites da região, mas também à ofuscação da esfera pública, espaço crítico onde os homens agem em concerto. E a participação dos pistoleiros nessa “justiça paralela” serve como referencial dos desdobramentos da privatização do espaço público na Amazônia.

Diante de todo o processo de modernização da Amazônia com a vinda de grandes empresas, seguindo de abertura de estradas e implantação de hidrelétricas, mineradores, dentre outros, as populações locais claramente foram excluídas dessa dinâmica por não trazerem nenhum retorno financeiro relevante que não apenas sua mão-de-obra. E dentre todos os problemas enfrentados por esses grupos, ao invés de se renderem à expansão da fronteira, passaram a disputar ferozmente as terras com comerciantes, empresários e fazendeiros, juntaram-se a outros trabalhadores rurais expulsos de suas terras a ocuparem os imóveis considerados improdutivos (PEREIRA, 2013).

Os trabalhadores denominados posseiros passaram então a se organizar para se defenderem dos ataques e retaliações dos grandes empresários e fazendeiros. Juntaram-se também a instituições como a Igreja Católica, sindicatos e parlamentares que defendessem a causa, formando grupos para montar possíveis estratégias de defesa e confrontos armados como

trincheiras e emboscadas para se precaverem de ataques de pistoleiros, da polícia e dos demais proprietários rurais (PEREIRA, 2013).

Conclui-se, então, que os conflitos fundiários foram fundamentais para que a violência se propagasse desde as décadas passadas até os dias atuais. Esses conflitos resultaram em lutas constantes entre pequenos trabalhadores rurais e as grandes empresas trazidas por iniciativas do governo em modernizar e ocupar os “espaços vazios” da Amazônia. Marabá está inserida na lógica dos conflitos fundiários por possuir vastas terras nas mãos de grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais, ribeirinhos, castanheiros, etc. O capital empresarial nacional e estrangeiro foram fundamentais para que houvesse a necessidade de expansão das terras, com a expulsão e expropriação das populações tradicionais se sucederam por anos.

O Estado é um impulsionador do capitalismo, logo, mascarando a realidade social, não leva em consideração todos os agentes envolvidos nesse processo. As grandes empresas são os principais causadores de conflitos pela posse de terra, tanto no campo, quanto na área urbana, no passado e atualmente. O aumento da violência está diretamente ligado a esses fatores condicionantes e tende a aumentar demasiadamente à medida que o espaço se moderniza.

3. VIOLÊNCIA URBANA NO NÚCLEO CIDADE NOVA: ESPACIALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NOS ANOS DE 2014 A 2016.

Como foi visto no capítulo anterior, o município de Marabá, assim como as demais regiões amazônicas, decorrente dos projetos desenvolvimentistas e modernizadores do Governo, refletiu em um processo de ocupação do espaço urbano, após o pontal caminhar para um processo de esgotamento e a abertura de estradas, fundamental na ligação do município com o restante do Brasil. Para melhor entendimento do capítulo, faz-se necessário uma análise acerca da expansão do espaço urbano da cidade de Marabá, a partir do surgimento de seus núcleos, para que, a posteriori, focar no núcleo de maior importância para este trabalho, o núcleo Cidade Nova.

O processo de ocupação do espaço urbano de Marabá devido ao crescimento populacional e a chegada de migrantes fez com que adentrassem o pontal (ocupação inicial do município), marcando uma temporalidade antes ribeirinha para uma temporalidade da rodovia/estrada. Com isso, a chegada dos migrantes que, a priori, ocupavam às margens dos rios, a posteriori, passam a ocupar as margens das estradas formando novos aglomerados populacionais (LIMA, 2013). O comércio também foi um dos fatores fundamentais para o surgimento de ocupações mais afastadas das beiras dos rios, com casas um pouco melhores, se transformando aos poucos em uma pequena cidade (VELHO, 2009).

O desenvolvimento dos processos socioespaciais ao longo dos períodos, Marabá passa a se configurar como uma cidade polinucleada com três principais centros, Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova, e dois secundários, São Félix e Morada Nova. Além disso, os rumores sobre a instalação da Aços Laminados do Pará (ALPA) trouxeram novas tendências a expansão urbana da cidade (RIBEIRO, 2010).

A evolução da área urbana da cidade foi tomando a forma de um “V”, à margem esquerda do rio Tocantins nas proximidades do porto, conhecido como Marabazinho. Nas áreas de varjão, iniciou-se o processo de ocupação nos meados da década de 1950, onde surgiu o bairro Santa Rosa (ALMEIDA, 2008). A Marabá Pioneira ou Velha Marabá, marca o ponto inicial de ocupação do município de Marabá no século XIX, tornou-se um ponto importante de circulação de produtos regionais por estar localizado às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Atualmente, o núcleo continua com sua característica original a partir do comércio e serviços, através do mercado formal e informal, além da importância no setor turístico por sua

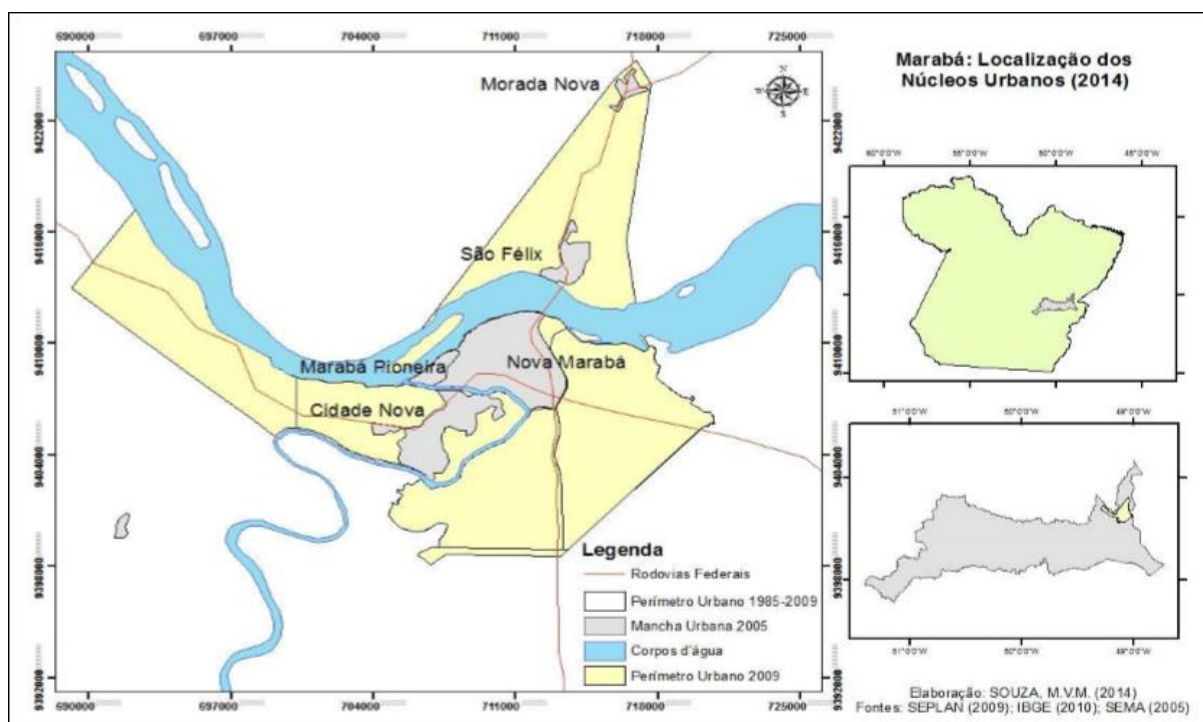
localização, bem como a presença da orla fluvial construída para fomentar essa atividade (RIBEIRO, 2010).

O núcleo Nova Marabá trata-se de ser uma área planejada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para remanejar a população da Marabá Pioneira em função das constantes enchentes do rio Tocantins. Este núcleo concentra grande parte das instituições municipais, estaduais e federais, além de instituições financeiras, comércios e serviços de médio porte, e possui dois terminais rodoviários. Não obstante, está no entroncamento dos principais eixos de circulação que ligam Marabá à outras regiões, funcionando como um dos principais pontos de circulação de capitais, bens, serviços e pessoas (RIBEIRO, 2010).

Nas margens do rio Itacaiúnas surgiu o bairro Amapá, sua importância se deu por abrigar na década de 1930 os moradores do pontal oriundos das enchentes, por ser um local elevado. A abertura da rodovia Transamazônica trouxe uma nova configuração para o bairro Amapá, dividindo-a ao meio, a construção da rodovia atraiu migrantes além do projeto de colonização oficial, outro bairro se efetivava nessa área, denominado de Jarbas Passarinho, posteriormente Vila Transamazônica, até ser nomeada Cidade Nova (ALMEIDA, 2008). Este núcleo se caracteriza por sua dinâmica econômica voltada para o setor de comércio e serviços, onde se localiza as matrizes de lojas de departamento (GRUPO LEOLAR), filiais de redes regionais do setor farmacêutico, instituições financeiras e setor hoteleiro, além do aeroporto de Marabá (RIBEIRO, 2010).

Os núcleos secundários correspondem ao São Félix e Morada Nova. O primeiro, por se localizar nas proximidades dos principais núcleos destacados anteriormente, abriga a população mais carente da cidade, além de possuir nessa área projetos de habitações de alto padrão econômico. O segundo, surgiu no entroncamento da BR-222 com a PA-150, sua economia está voltada para o setor varejista, possui uma população de cerca de 11.118 habitantes e dependem dos serviços (escolas, hospitais, etc.) das áreas centrais de Marabá (RIBEIRO, 2010).

Figura 02: Localização dos Núcleos Urbanos da cidade de Marabá



Fonte: SOUZA, 2015.

Marabá está situado no sudeste do Estado do Pará, na mesorregião do sudeste paraense. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2010, o município possui cerca de 233.669 habitantes, ocupando o quarto lugar na posição entre os municípios mais populosos do Estado, ficando atrás de Belém, Ananindeua e Santarém. Além disso, Marabá ocupa a quarta posição referente ao maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (SOUZA, 2015).

O município de Marabá recebe constantemente investimentos, chegando a ocupar a quarta posição estadual no ranking econômico. A conexão da cidade com outras regiões por vias aéreas, além de estar no entroncamento do eixo ferroviário e rodoviário do sudeste paraense, o qual destacam-se a rodovia Transamazônica, PA-150, BR-222 e a ferrovia Ferro-Carajás, articulando-as a municípios oriundos da dinâmica regional (TRINDADE JR; PEREIRA, 2007, apud RIBEIRO, 2010).

Para Ribeiro (2010) a partir da inserção da indústria na cidade de Marabá ocorreram transformações socioespaciais, o qual passam de uma dinâmica atrelada ao extrativismo para uma dinâmica mais voltada à produção mineral. As ações do Estado favoreceram a entrada de grandes projetos mínero-metalúrgicos (Programa Grande Carajás, Albras-Alunorte, Hidrelétrica de Tucuruí, dentre outros), alterando tanto a paisagem quanto a dinâmica da cidade.

FIGURA 03 – Características histórico-geográficas da cidade de Marabá

CIDADES	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS	Anos
A cidade de caucheiros e comerciantes	<ul style="list-style-type: none"> • As formas espaciais apresentavam um caráter provisório e precário (considerável quantidade de habitações improvisadas); • A cidade configurava-se como base logística para a comercialização do caucho; • As estruturas espaciais (física, política, social, econômica) estavam relacionadas ao poder exercido pelos grupos políticos locais; • O processo de produção do espaço da cidade estava associado às dinâmicas econômicas exógenas, que influenciaram nos rumos das atividades produtivas desenvolvidas no lugar; • Estrutura da economia local baseada no extrativismo mercantil; 	1898 a 1920
Cidade dos oligarcas da castanha:	<ul style="list-style-type: none"> • As formas espaciais do espaço intra-urbano continuaram a apresentar um caráter precário; • Base logística para a comercialização da castanha e da borracha, esta última em menor proporção; • As estruturas espaciais (física, política, social, econômica) estavam relacionadas ao poder exercido pelos grupos políticos locais; • Intensa articulação entre estrutura política e estrutura econômica; • Estrutura econômica baseada no extrativismo mercantil; 	1920 a 1960
Cidade da colonização oficial e do urbanismo rural	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de estruturação espacial e indução de novas dinâmicas econômicas e demográficas para a cidade; • A cidade tornou-se área de segurança nacional em razão de intenso processo de atuação do poder estatal ditatorial; • Estruturação de redes técnicas (transporte, comunicação, energia elétrica) no território da cidade; • Intensificação do processo de expansão de assentamentos no espaço intra-urbano; • Estruturação da cidade a partir de um modelo de “urbanismo rural”; • Base logística para a implantação dos pólos agropecuários implantados às margens da Transamazônica; 	1960 e 1970
A cidade corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade de Marabá retoma a condição de território administrado pelo poder público municipal; • Base logística da VALE, entroncamento rodoferroviário e sede do mais importante dos quatro pólos industriais planejados pelo PFC; • A forte atuação da VALE contribuiu para intensificação do processo estruturação do território da cidade; • Novas formas de espacialidades baseadas na expansão da racionalidade corporativa; • As verticalidades impostas pela VALE promoveram intensa desestruturação espacial e do modo de vida da população local; • Processo de fragmentação territorial no sudeste paraense e no território do município de Marabá; • Processo de diversificação das atividades de comércio e serviços da cidade com vistas a atender as demandas da corporação; 	1980 e 1990
A cidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do território da cidade com expansão dos setores primário, secundário e terciário da economia; • Processo de diversificação e expansão do parque industrial de Marabá; • As formas espaciais da área central da cidade revelam a presença de filiais de grandes corporações; • Múltiplas funcionalidades exercidas pela cidade, seja como centro de comércio e serviços que tende a atender demandas em nível do sudeste paraense, seja enquanto território-sede de diversas instituições públicas e privadas; • Novas configurações na relação rural x urbano decorrentes do processo de estruturação do território da cidade; • Novas dinâmicas urbanas passam a contribuir para a estruturação dos territórios rurais com a expansão de sistemas técnicos no campo. 	A partir de 2000

3.1. O núcleo Cidade Nova no contexto urbano da cidade de Marabá

O núcleo Cidade Nova, por muito tempo, além de ter surgido para atender os moradores das margens do rio Tocantins nas épocas de enchente, a partir da criação do bairro Amapá, na década de 1970, tornou-se uma alternativa de ocupação por parte dos migrantes, devido às más condições de moradia nas agrovilas implementadas pelo INCRA às margens da Transamazônica, se viram obrigados a migrar para outras áreas e, por conseguinte, houve uma expansão urbana do mesmo. É por isso que, este núcleo, passou por um intenso processo de crescimento urbano (RODRIGUES, 2010).

O acelerado processo de expansão do espaço urbano do núcleo Cidade Nova se efetivou a partir da abertura da rodovia Transamazônica, por ter o bairro Amapá como ponto de parada de migrantes vindos principalmente do Nordeste. Além disso, com os lotes mais baratos foram oferecidos pela Prefeitura, também ajudou no crescimento populacional e surgiu mais um bairro chamado Jarbas Passarinho, e depois passou a ser chamado de Vila Transamazônica (ALMEIDA, 2008).

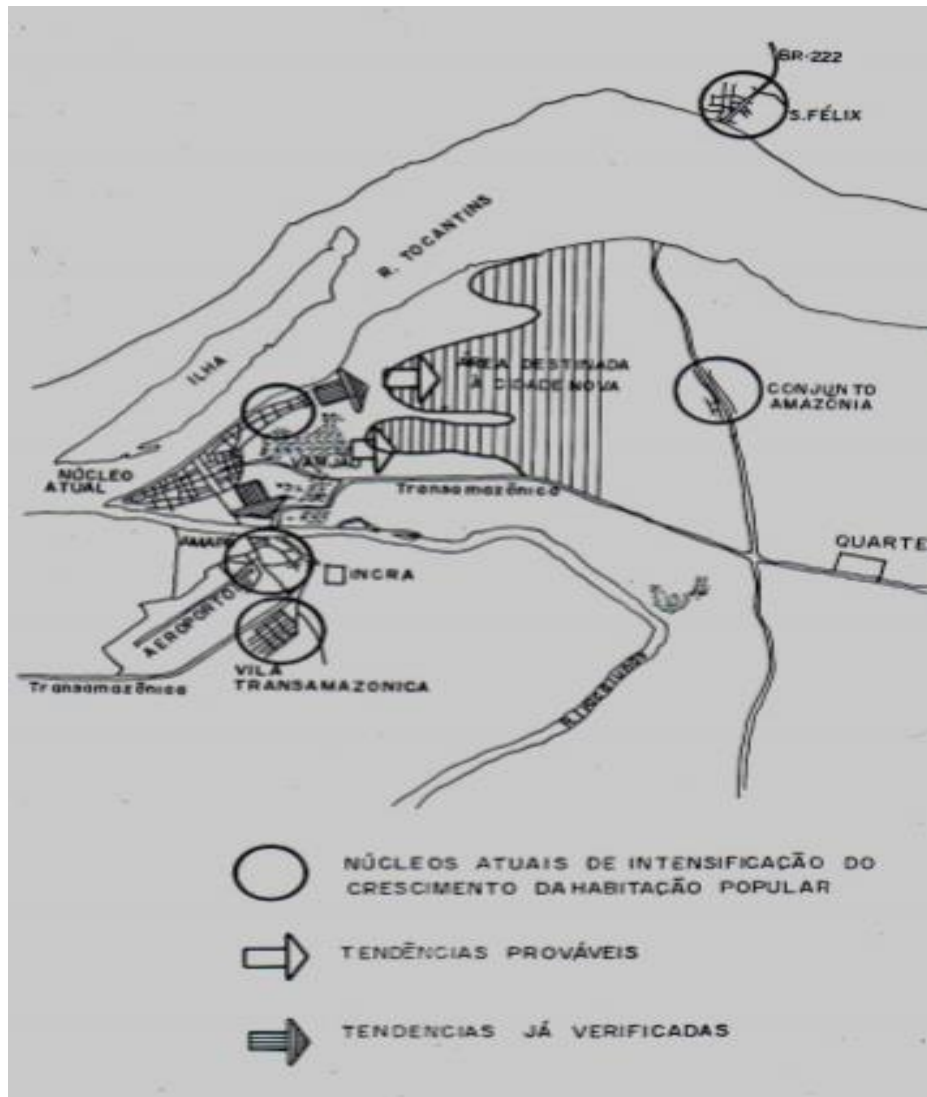
Alguns órgãos federais como o INCRA e o DNER instalaram-se lá. Nesse mesmo bairro havia o aeroporto que já ocupava uma área considerável e que depois foi ampliado. Em 1974, a área do bairro Amapá contava com 1.610 casas e 4.456 pessoas. Um ano depois, a SUDAM estimou que o bairro já teria em torno de 6.000 habitantes. Era o núcleo que mais se expandia na área urbana de Marabá no início da década de 1970. Os dados e informações disponíveis, bem como os relatórios e planos diretores, indicavam o bairro Amapá como uma continuidade natural do processo de expansão da cidade verificado já no final da década de 1960 (ALMEIDA, 2008, p. 76).

O grande problema enfrentado pela população residente do bairro Amapá – que logo se transformou em Complexo Integrado Cidade Nova – estava relacionado à falta de infraestrutura, como o saneamento básico (rede de esgoto, água, iluminação, pavimentação, etc.), que, apesar da ocupação ter sido impulsionada pela Prefeitura, não foram dotados de serviços necessários para a população. O Governo Federal ao invés de implementar os serviços já citados no que tange o melhoramento dessas áreas, em especial o núcleo Cidade Nova, optou pela construção de uma nova cidade, o que acarretou custos elevados. Os planejadores, por levarem em consideração o processo de ocupação espontânea desse núcleo, concluíram que haveria problemas em adaptar o projeto urbanístico já implantado, logo, optaram por efetuarem em outro local, posteriormente conhecido como núcleo Nova Marabá (ALMEIDA, 2008).

Os bairros Jarbas Passarinho e Vila Transamazônica foram bastante procurados durante o período de enchente em 1974, onde muitas famílias advindas do núcleo pioneiro migraram

para lá. Contudo, o seu crescimento está mais vinculado aos migrantes recém-chegados na cidade. Os lotes fornecidos pela Prefeitura para se evitar o crescimento desordenado deste núcleo, em menos de 2 anos não haviam lotes disponíveis e existiam mais casas do que no bairro Amapá.

Figura 04: Situação da área urbana de Marabá, com tendências de expansão em direção ao bairro Amapá e à Vila Transamazônica, 1974.

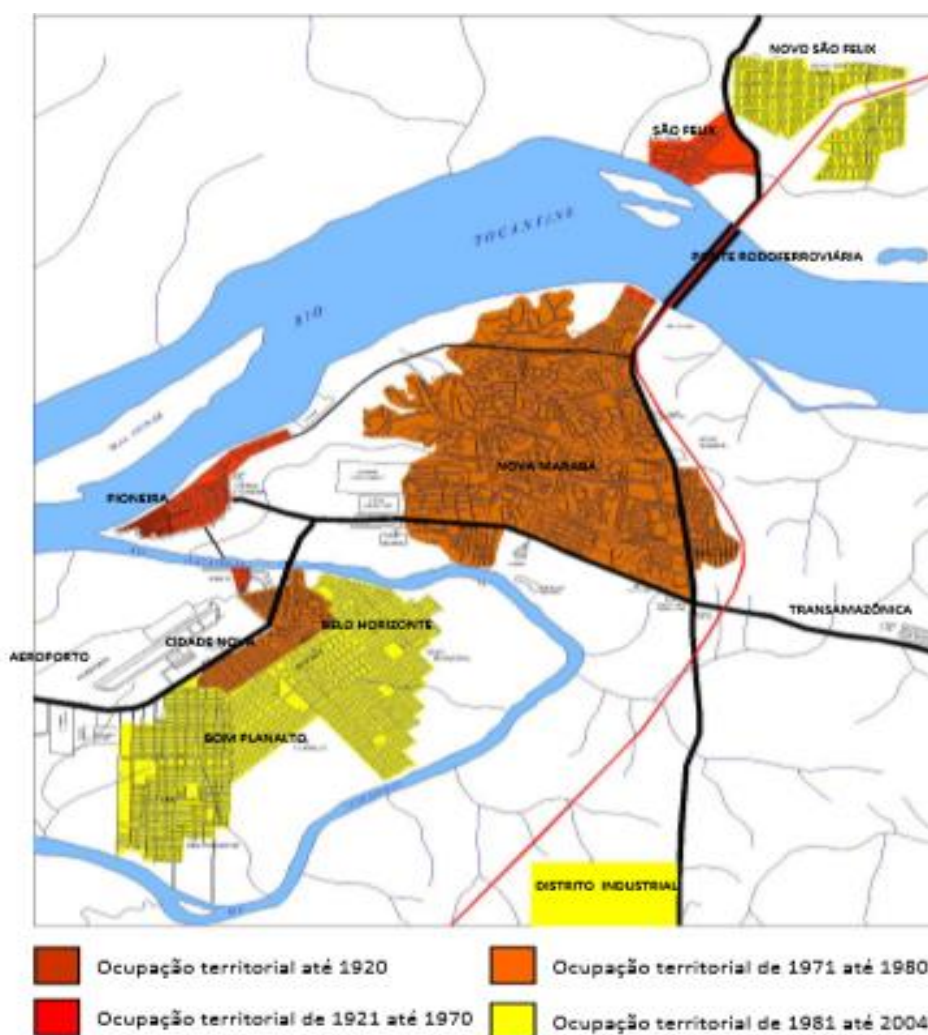


Fonte: ALMEIDA, 2008.

É a partir da Vila Transamazônica que vão surgindo outros bairros novos como o Novo Horizonte, Laranjeiras, Agrópolis do INCRA, formando então, o Complexo Integrado da Cidade Nova. Por se localizar em uma área mais elevada em relação às demais áreas, onde, atualmente denominado por núcleo Cidade Nova, tornou-se a área em que mais se expandia na cidade.

De acordo com o Relatório de Avaliação do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Marabá (2009) o núcleo Cidade Nova subdividido em três zoneamentos: zona central, intermediária e de expansão. Esta última é caracterizada pela urbanização em áreas periféricas localizadas no entorno do aeroporto e por áreas em que as cotas topográficas são tidas como inadequadas à urbanização e pelo próprio limite do perímetro urbano. Na teoria, as zonas de expansão do núcleo Cidade Nova visa diretrizes pautadas na melhoria da qualidade ambiental, definindo parâmetros urbanísticos referentes a ocupações periféricas, dentre outros⁶.

Figura 05: Evolução da expansão urbana (1920-2004)



Fonte: PNUMA, 2010.

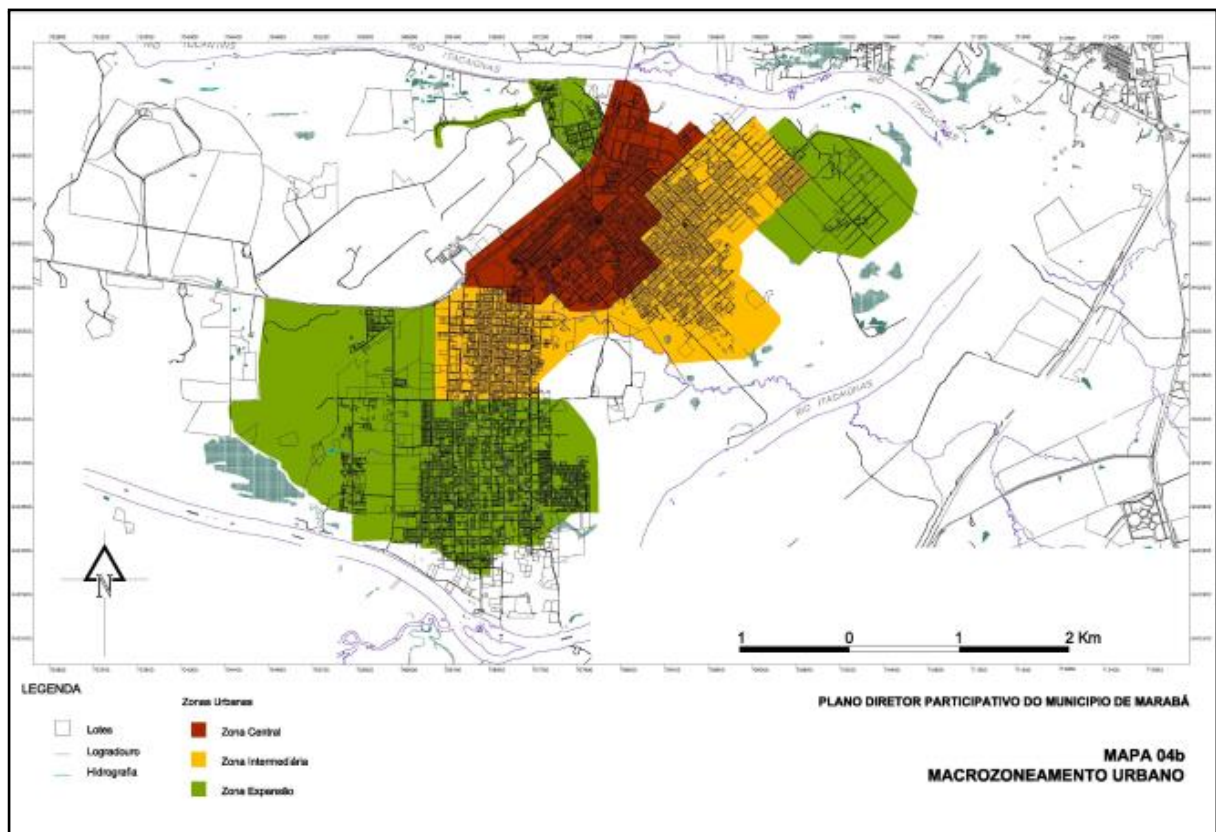
Na figura 05 pode-se identificar claramente o processo de expansão urbana que a cidade de Marabá sofreu ao longo dos anos, destaca-se o núcleo Cidade Nova como um dos núcleos

⁶ Mais detalhes na Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Pará: Relatório de Avaliação de PDP – Município de Marabá, 2009.

que mais surgem ocupações urbanas. As ocupações urbanas surgem a partir de três eixos de desenvolvimento econômico vivenciado pela cidade decorrente dos seus ciclos: agropecuário e madeireiro; Programa Grande Carajás (PGC); e industrial (produção do ferro-gusa) (PNUMA, 2010).

A zona central do núcleo da Cidade Nova corresponde aos bairros Cidade Nova, Agrópolis do INCRA e o Novo Horizonte, onde predominam o comércio, os serviços e a presença de órgãos institucionais. Na zona intermediária deste núcleo se localizam os bairros da Laranjeira, Bom Planalto e Belo Horizonte, predominando o uso residencial e ocupações formais e informais dotados de infraestrutura. As zonas de expansão correspondem aos demais bairros do núcleo que estão em processo de consolidação dentro e fora do limite do perímetro urbano

Figura 06: Macrozoneamento urbano do núcleo Cidade Nova.



Fonte: Plano Diretor Participativo do município de Marabá, 2006.

A partir do macrozoneamento do núcleo Cidade Nova, na Zona Central devido a concentração de bens e serviços, e da presença dos órgãos institucionais, o valor da terra nessa localidade encontra-se com preços elevados por ser uma área bastante privilegiada, com melhor infraestrutura e por localizar-se nas proximidades da rodovia Transamazônica. A valorização dessa área central faz com que a população busque áreas mais baratas, de acordo com a sua renda, logo, passam a ocupar, em sua grande maioria, as zonas de expansão, onde o valor da terra é mais acessível.

O desenvolvimento econômico da cidade de Marabá está direta e indiretamente ligado ao processo de expansão urbana. Após a produção de ferro-gusa sofrer um declínio e causar o fechamento de algumas unidades industriais, um anúncio sobre um novo grande projeto industrial movimentou Marabá, a ALPA – Aços Laminados do Pará (siderúrgica da companhia Vale). De forma geral, essa indústria consiste em ser uma siderúrgica integrada, o qual produziria cerca de 2,5 toneladas/ano de placas de aço, atrelado a isso, outras obras surgiriam, como a construção de um Terminal Fluvial, dentre outras obras. Todo esse projeto geraria muitos empregos diretos e indiretos, principal condicionante para a movimentação de pessoas na cidade (SOUZA, 2015).

A chegada da ALPA passou a ser vista como uma maneira da cidade de Marabá sair da crise, devido à queda das exportações de ferro-gusa e o fechamento de diversas empresas. Desde o seu anúncio em 2008, até o começo da construção do empreendimento em 2010, o empreendimento provou uma corrida por investimentos, principalmente no setor imobiliário e no setor terciário. Contudo, apesar de ter começado suas obras, a conclusão da mesma sempre esteve incerta, e a crise econômica internacional parece ter atingido a Vale, comprometendo os seus investimentos. Em 2013 durante o 23º Congresso Brasileiro do Aço, o presidente da Vale informou que os investimentos na ALPA estavam suspensos, entre os motivos destaca-se a falta de solução logística para o escoamento da produção (a implantação da hidrovia no rio Tocantins) (SOUZA, 2015).

Diante das expectativas geradas a partir da suposta vinda da ALPA, a cidade de Marabá sofreu algumas consequências no que tange ao espaço urbano, dentre elas, os fluxos migratórios direcionados a cidade a partir do ano de 2008. No período de 2008 a 2010, a cidade recebeu cerca de 21.541 novos habitantes, correspondendo a 41,5% do total de migrantes que chegaram em Marabá na última década, reforçando a ideia de que o empreendimento gerou bastante atratividade de pessoas para a cidade (SOUZA, 2015).

Souza (2015) atenta para uma questão relevante quando se discute a migração na cidade de Marabá, a moradia. Com a vinda de novos habitantes, o acréscimo a população local torna possível a expectativa da criação de novos investimentos imobiliários, para atender a leva de migrantes, ofertando novas moradias. No entanto, vale ressaltar que os migrantes não são homogêneos, no que diz respeito às condições de emprego e renda, logo, o acesso a moradia será diferenciado, trazendo, no período pós-ALPA, o estabelecimento de diferentes lógicas de produção do espaço urbano em Marabá.

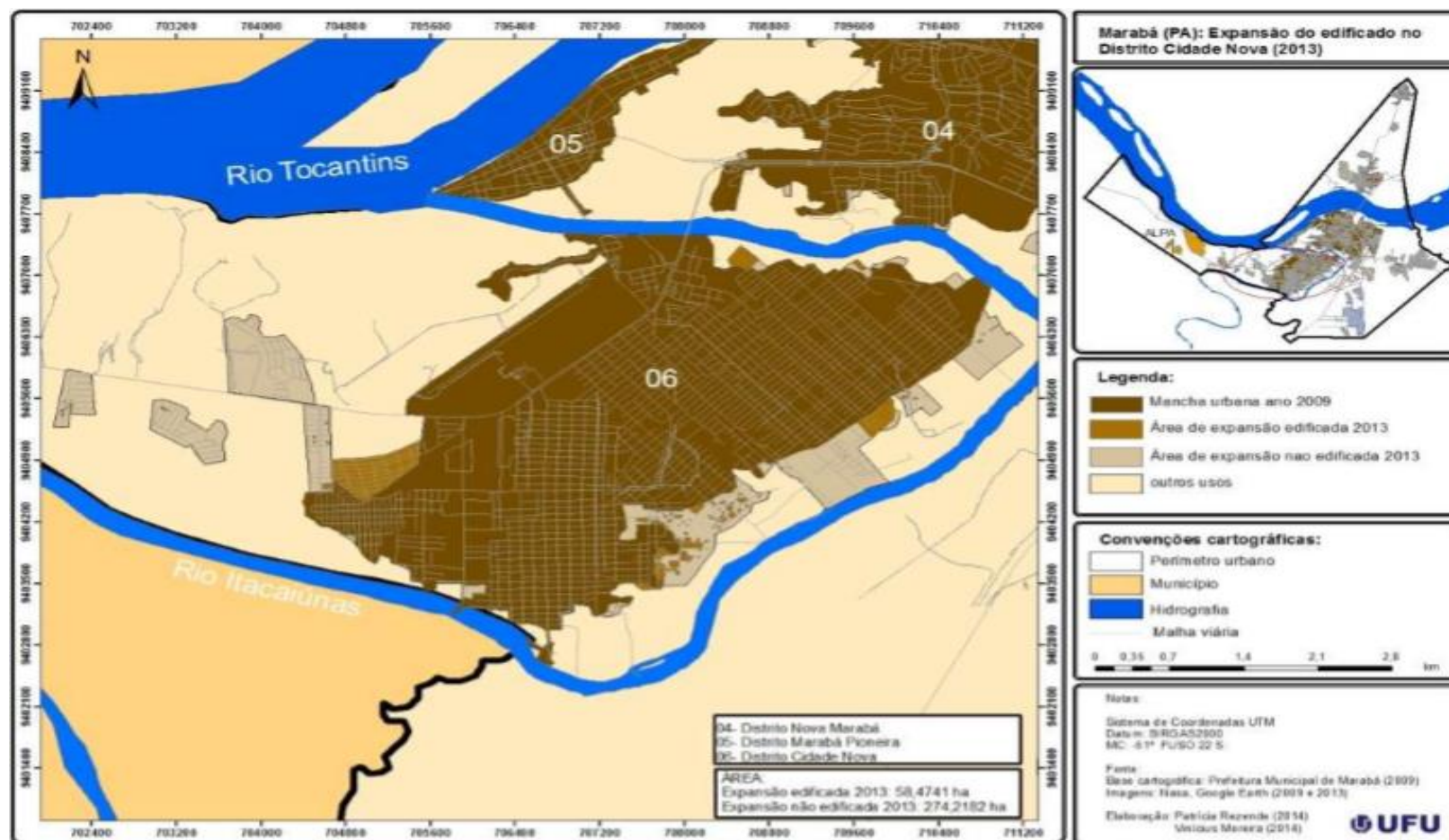
Os fluxos migratórios possibilitaram os altos investimentos do setor imobiliário em diversos tipos de empreendimentos imobiliários, como loteamentos, loteamentos fechados, condomínios verticais e horizontais, atrelado a isso, houve a ampliação das ocupações urbanas. Foi preciso revisar o Plano Diretor da cidade para preparar a cidade para a transformação que estava acontecendo, no que diz respeito ao setor imobiliário, algumas modificações seriam necessárias. Souza (2015, p. 135) enfatiza que:

Nas tendências apontadas pela revisão do Plano Diretor percebe-se que há uma possibilidade de ampliação das desigualdades socioespaciais, ao se destacar a formação de áreas destinadas a uma população de média e alta renda, que se desenvolveriam juntamente com empreendimentos comerciais que seriam instalados na cidade, como no caso do Unique Shopping, que acabou por não acontecer e, por outro lado, também se previa a manutenção das ocupações urbanas nas áreas menos favoráveis ao mercado imobiliário, principalmente naquelas que não estão diretamente ligadas a um eixo de circulação viária, como a BR-230.

Dentre os núcleos da cidade, o núcleo Cidade Nova possui sua localidade próxima à área correspondente a ALPA. Entre os anos de 2009 e 2013, pode-se identificar na figura 07 dois padrões de crescimento, o primeiro localizado ao longo do rio Itacaiúnas e o outro na BR-230, no sentido do empreendimento ALPA. É possível identificar as diferenças na expansão urbana a partir desses dois padrões, o primeiro identifica-se o aumento das ocupações urbanas, visto que nessas áreas estão presentes inúmeros aglomerados subnormais⁷, onde se efetivou a edificação de residências, já o segundo padrão baseado na criação de empreendimentos imobiliários, tiveram sua edificação incipiente. No núcleo Cidade Nova nesse período a expansão urbana corresponde a 332,6923 hectares, cerca de 18% dessa área foi edificada nos aglomerados subnormais, como mostra a figura 08 (SOUZA, 2015).

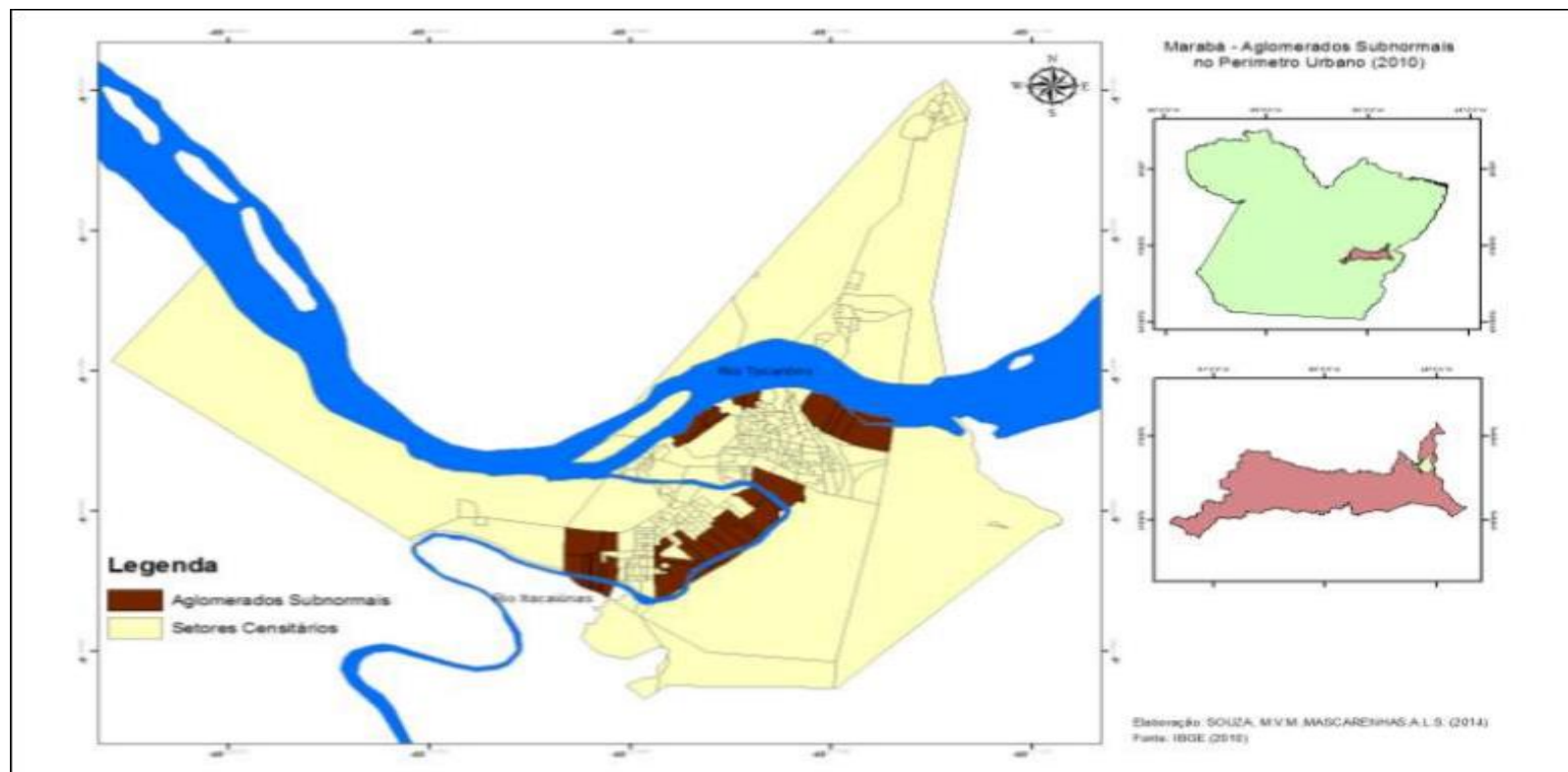
⁷ Um aglomerado subnormal é constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas pelas terras não tituladas, além da presença de irregularidades no que diz respeito às vias de circulação e tamanho de lotes, bem como a carência de serviços públicos essenciais (saneamento básico, de modo geral) (IBGE, 2010, apud SOUZA, 2015).

Figura 07: Expansão do edificado no Distrito Cidade Nova (2013)



Fonte: SOUZA, 2015.

Figura 08: Aglomerados subnormais no perímetro urbano (2010)



Fonte: SOUZA, 2015.

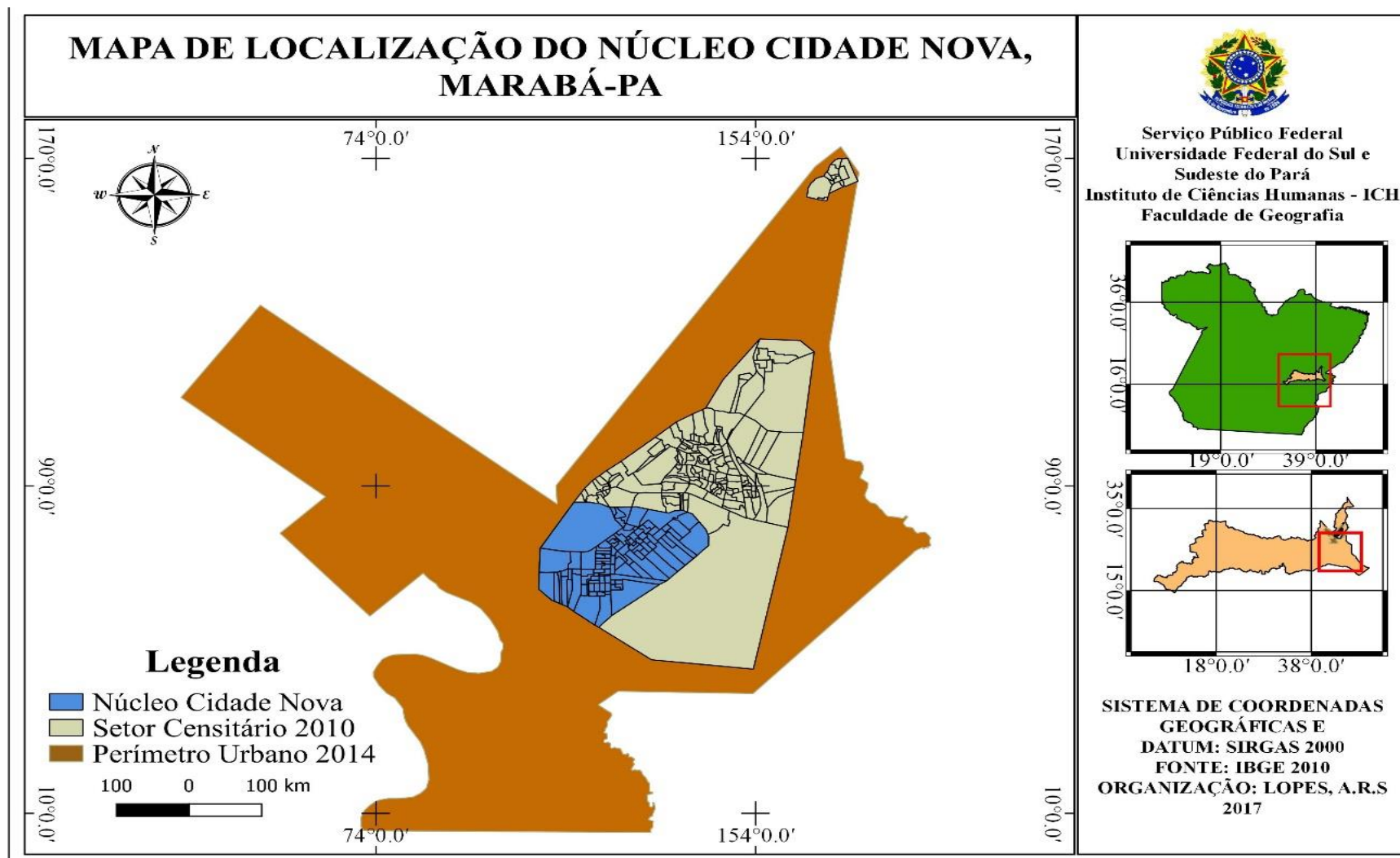
De modo geral, as transformações socioespaciais na cidade de Marabá no período que se iniciou o os rumores do empreendimento ALPA trouxeram muitas mudanças, dentre elas, destaca-se as desigualdades sociais vividas pela população local e os migrantes advindos do “boom” das oportunidades. Como pode-se identificar na figura 08, houve um aumento no número de ocupações urbanas, em sua grande maioria, nas áreas periféricas da cidade. Como discutido anteriormente, as pessoas que ocupam essas áreas possuem, geralmente, menor poder aquisitivo em detrimento das classes média e alta, e com isso, devido ao valor elevado dos imóveis nas áreas centrais ou melhor localizadas, impulsionam as pessoas à migrarem para as áreas mais afastadas do centro. Essas áreas, assim como acontece em muitas cidades brasileiras, são desprovidas de qualidade de moradia, ineficiência nos serviços públicos, ocasionando, também, o aumento das disparidades sociais. São nesses espaços desiguais que a violência e a criminalidade se instalam, no entanto, também podem ser identificadas nas áreas mais valorizadas da cidade.

3.2. Violência Homicida no núcleo Cidade Nova

Um dos fatores resultantes do “boom” da ALPA na cidade de Marabá, como retratado no tópico anterior, foi o aumento das disparidades sociais, produzindo um espaço socialmente desigual, onde o Estado volta suas políticas públicas para as áreas estratégicas, excluindo demasiadamente as populações menos favorecidas acerca do desenvolvimento econômico da cidade. A exclusão social, a precária atuação do Estado, o desemprego crescente e a fragmentação do espaço urbano são processos que impulsionam o fenômeno da violência e criminalidade na cidade de Marabá, em especial, o segundo maior núcleo⁸ desta, o núcleo Cidade Nova.

⁸ De acordo com as áreas de ponderação identificadas pelo IBGE (2010), o núcleo Cidade Nova possui 80.743 habitantes.

Mapa 01: Localização do núcleo Cidade Nova, Marabá.



Segundo Cardoso e Lima (2009, p.188):

O núcleo Cidade Nova é o núcleo de ocupação mais recente e de maior potencial para a segregação socioespacial devido à especulação imobiliária em curso e à formação de uma periferia urbana caracterizada pela combinação de precárias condições de infraestrutura, de violência urbana e de acessibilidade limitada para os dois núcleos urbanos.

Em conformidade com o Atlas da Violência de 2017, o Pará é o 15º Estado com elevadas taxas de homicídios por 100 mil habitantes, e o município de Marabá é considerado o 11º mais violento entre os 30 municípios do país. Esses estudos foram realizados conforme o agravamento desse fenômeno nos Estados e municípios de todo o Brasil, para que possam planejar, propor e executar políticas penais e no campo da segurança pública que garantam os direitos da cidadania da sociedade brasileira (IPEA, 2017).

Não obstante, a nossa tragédia diária nos últimos anos atingiu contornos inimagináveis: apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 atentados, resultando em 3.314 vítimas fatais (IPEA, 2017, p. 4-5).

Figura 09: Os 30 municípios do Brasil mais violentos em 2015

#	UF	Município	População	Número de Homicídio	Número de MVCI	Taxa de Homicídio	Taxa de MVCI	Taxa de Homicídio +MVCI
1	PA	Altamira	108.382	114	2	105,2	1,8	107,0
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	10	92,5	5,2	97,7
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	12	89,7	6,8	96,4
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4
5	BA	Simões Filho	133.202	112	11	84,1	8,3	92,3
6	CE	Maracanaú	221.504	172	26	77,7	11,7	89,4
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	25	72,2	15,8	88,1
8	PR	Piraquara	104.481	83	8	79,4	7,7	87,1
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	2	84,6	1,4	86,0
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	24	73,3	12,0	85,3
11	PA	Marabá	262.085	201	15	76,7	5,7	82,4
12	RS	Alvorada	206.561	162	4	78,4	1,9	80,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	295	66,7	11,4	78,1
14	BA	Barreiras	153.918	1	119	0,6	77,3	78,0
15	BA	Camaçari	286.919	207	16	72,1	5,6	77,7
16	PA	Marituba	122.916	94	0	76,5	0,0	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	112.870	72	14	63,8	12,4	76,2
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	14	66,7	9,1	75,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	19	58,3	16,8	75,1
20	GO	Novo Gama	106.677	79	1	74,1	0,9	75,0
21	GO	Luziânia	194.039	143	2	73,7	1,0	74,7
22	PB	Santa Rita	134.940	100	0	74,1	0,0	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	0	73,7	0,0	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	3	69,6	0,6	70,2
26	GO	Trindade	117.454	82	0	69,8	0,0	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	38	59,1	10,7	69,8
28	PE	Igarassu	112.463	60	18	53,4	16,0	69,4
29	ES	Serra	485.376	315	21	64,9	4,3	69,2
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	205	35,3	33,2	68,5

Fonte: IPEA, 2017.

A evolução da criminalidade, em especial, o homicídio, traz consigo um alerta para toda a sociedade. Como já citado, o autor Souza (2008) identifica a violência urbana como uma “guerra civil”, em que as motivações não são derivadas de desentendimentos entre países ou conflitos étnicos, mas são protagonizadas por cidadãos comuns que são impulsionados pelas desigualdades sociais presentes nas cidades.

Os elevados índices de homicídios revelam – infelizmente – a naturalidade do fenômeno no espaço urbano, motivado pelo descompromisso por parte das autoridades nos níveis federal, estadual e municipal, face a problemática da violência. Segundo o IPEA (2017), esses índices trazem outras consequências para a sociedade, como as implicações na saúde, na dinâmica demográfica e no processo de desenvolvimento econômico e social. O medo também é um fator transformador da paisagem urbana, Lyra (2017) reforça essa ideia a partir da “arquitetura do medo”, onde as pessoas são obrigadas a modificar suas vidas e habitações para se sentirem seguras.

Conforme o IPEA (2017) existe quatro principais fatores econômicos que influenciam direta ou indiretamente nos índices de criminalidade. O primeiro está de acordo com o mercado de trabalho, levando em consideração que, cada vez mais, há uma exigência maior de qualificação da mão-de-obra, o que dificulta a inserção de todos cidadãos no mercado, tendo em vista que nem todos possuem as mínimas qualificações adequadas, facilitando, então, a inserção no mundo do crime. A geração de renda é um outro fator, pois de um lado atrai coisas boas para a economia de mercado, e do outro lado, atrai algumas mazelas, como o mercado ilícito, a exemplo dos anos 2000, onde a maior circulação de dinheiro em algumas pequenas cidades estava voltada para o mercado de drogas ilícitas. Em terceiro, juntamente com o emprego e o mercado ilícito, o desempenho econômico pode levar a uma desorganização social, através dos fluxos migratórios. E, por último, a qualidade das políticas públicas é um dos elementos cruciais para a diminuição das dinâmicas criminais.

Para Beato (2012), o crime é a consequência de oportunidades que não lhe foram oferecidas. Onde há concentração de pobreza, áreas onde prevalecem as desigualdades sociais, população excluída, são áreas propensas a violência, o crime é uma situação de anomia, ou seja, é uma resposta individual a situações sociais específicas, marcadas pela disjunção entre metas culturalmente estabelecidas e os meios legítimos de atingi-las.

A questão relacionada a violência homicida é uma das contradições da sociedade capitalista, por ser uma manifestação acerca da questão social, sendo multifacetada e

multicausal, se faz presente em todas as áreas das cidades, mas com especificidades e distribuições diferentes. Muchembled (2012) apud Gomes (2014) afirma que o homicídio é uma construção social, onde as forças repressivas do Estado estabelecem um grau de importância de acordo com a sua interpretação, privilegiam aspectos que os interessam, deixando outros ocultos. Nesse caso, o Estado tem como alvo principal quando se diz respeito aos homicídios, a figura do jovem de sexo masculino, matando o seu semelhante.

A violência, neste contexto, se expressa de diferentes formas e insere os sujeitos em um conjunto de relações sociais. Os avanços modernos distribuídos desigualmente desencadearam o aumento da pobreza e enclaves nos centros urbanos através da periferização, oferecendo precários serviços públicos e pouco (ou nada) suporte social e institucional, ocasionando condições diretas e indiretas para a explosão de conflitos violentos (GOMES, 2014).

Além disso, a violência passou a ser uma linguagem, uma expressão a ser utilizada no ambiente do caos, da fragmentação e das diferenças sociais alarmantes, separando o “rico do pobre”, a sociedade sendo povoada por imagens de medo da violência e da insegurança. Direta ou indiretamente, a violência se alimenta das desigualdades sociais produzidas pelo processo de globalização que expandem a exclusão social, a precarização da vida causadas pela abstenção do Estado, tornando-a, pré-condição para a generalização da violência (GOMES, 2014).

O homicídio, segundo Hungria (1955) apud Silveira Júnior (2013) é um crime por excelência, é o ápice dos crimes contra a vida e a mais chocante violação do senso moral da humanidade civilizada. Este crime conceituado por “matar alguém” possui o significado de destruir a vida humana, e sua incriminação varia de acordo com o modo de execução, elemento subjetivo e os motivos pelo qual levaram a cometer tal delito. A importância da problemática da violência homicida está no fato de que todos temos o direito à vida, inerente à condição de ser humano, logo, nenhuma legislação é permitida que interfira no exercício de viver.

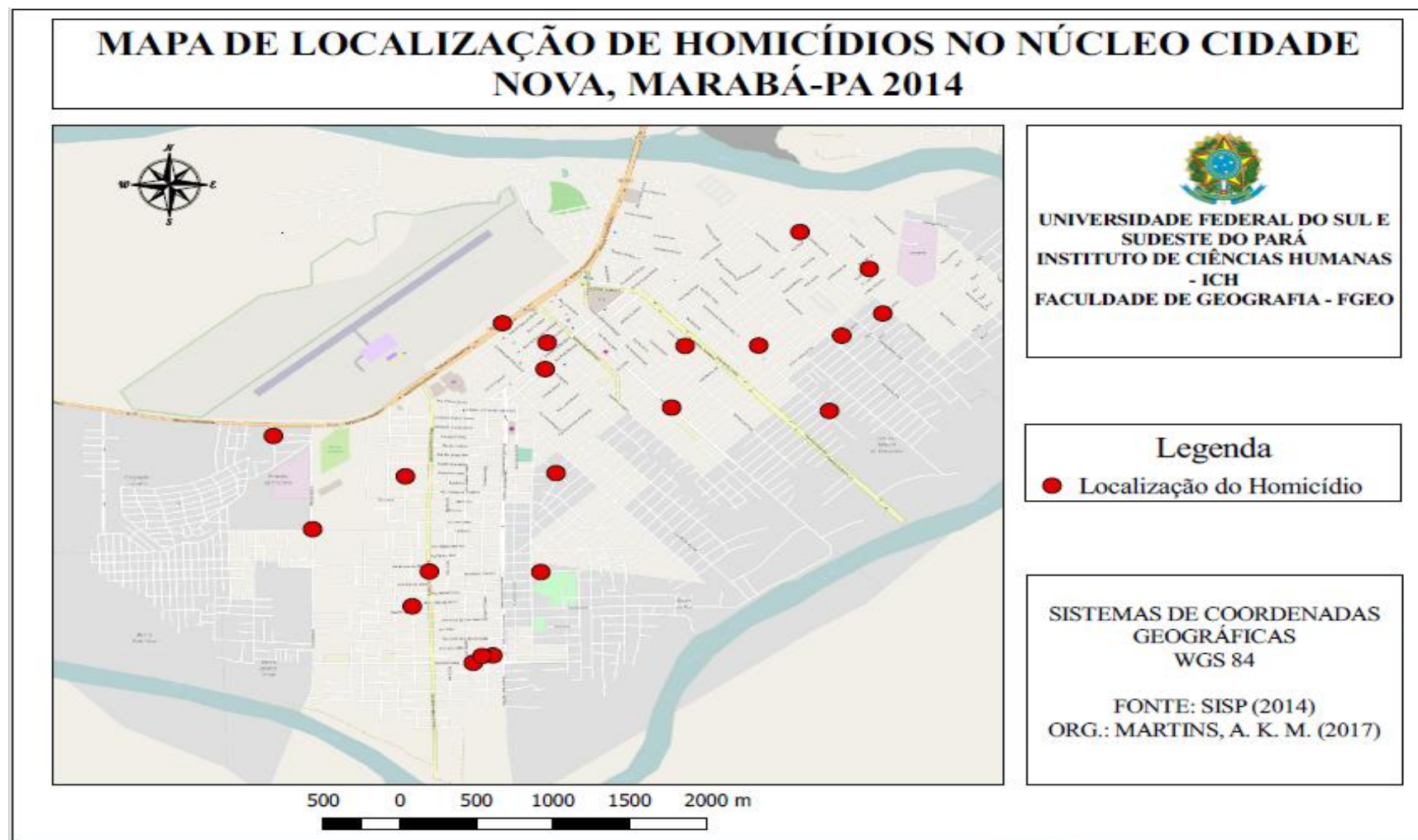
Os anos de 2014 a 2016 são fundamentais para o entendimento da violência homicida no núcleo de Marabá. Os anos que antecedem esse recorte temporal é marcado por intensas transformações no núcleo Cidade Nova, especialmente, do inchaço populacional causado pelos projetos desenvolvimentistas da região. A produção do espaço urbano se deu de forma desigual, de acordo com a lógica de Corrêa (1989) ao analisar os produtores deste espaço, são eles, dentro da realidade de Marabá: os proprietários dos meios de produção, na figura dos grandes empreendimentos da cidade; os proprietários fundiários, representados pelos compradores de

terra para especular; os promotores imobiliários, responsáveis pela comercialização de imóveis (lotes, condomínios fechados, loteamentos fechados, etc.); o Estado, como principal impulsionador do desenvolvimento econômico a partir dos grandes empreendimentos; e os grupos sociais excluídos, composta, principalmente, pela população de baixa renda.

No ano de 2014, no núcleo Cidade Nova, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), foram registrados 24 homicídios. Segundo a análise criminal disponibilizada a partir desses dados, os índices estão dentro dos limites estabelecidos pelos órgãos de Segurança Pública. É possível identificar, a priori, a não concentração de homicídios apenas em áreas periféricas, estando distribuídas por toda o núcleo.

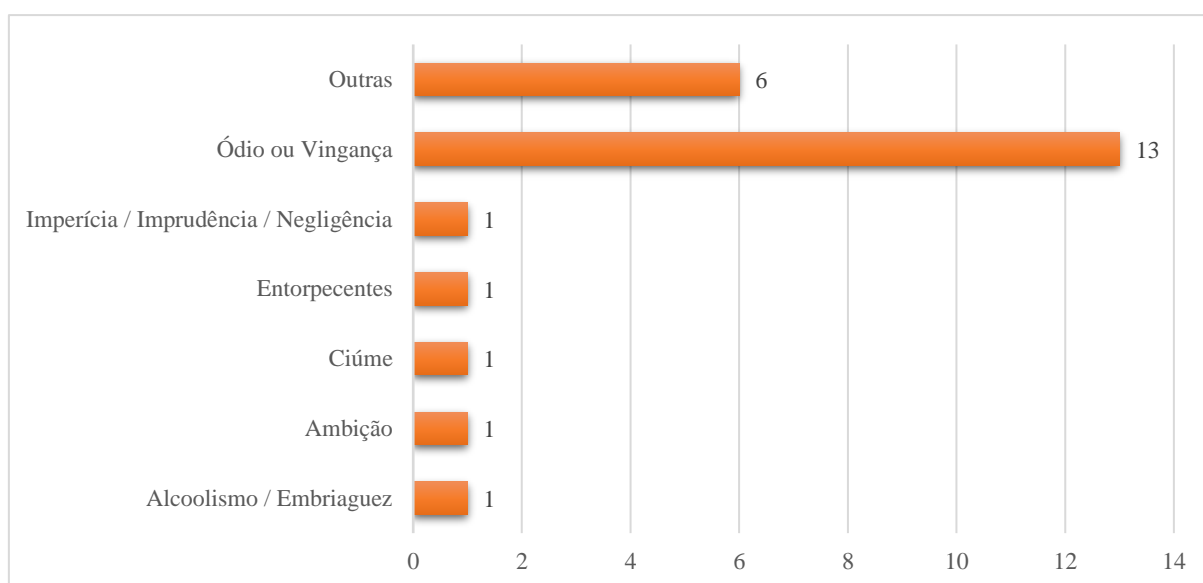
O fato das ocorrências de homicídios estarem distribuídas por todo o núcleo, está de acordo com o que Chagas (2014), Souza (2008), Lyra (2017) e Couto (2014) retratam em suas falas sobre a violência e criminalidade ter atingido todas os espaços urbanos e classes sociais. Visto que, segundo o Mapa 02, existem pontos de homicídios na rodovia Transamazônica, na avenida Manaus (considerada uma avenida valorizada por suas inúmeras casas de alto padrão e presença de escolas particulares), dentre outras ruas bem localizadas.

Mapa 02: Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2014.



Os pontos de homicídios identificados no mapa 02 são de extrema importância para entender a dinâmica deste delito. É interessante ressaltar que, não necessariamente, as vítimas dos homicídios registrados residam nessas ruas, em alguns casos, a mesma estava apenas transitando pela via quando foi surpreendida pelo homicida. Além disso, existem outros fatores que facilitam essas ações, como o horário, a movimentação de pessoas no local, bem como a oferta de segurança pública, fundamental para a inibição do crime.

Gráfico 01: Causa presumível das ocorrências de homicídios no ano de 2014.



Fonte: SISP (2014).

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

A causa presumível⁹ registrada nos dados estão relacionados, em maior número, ao “ódio ou vingança”, desinente de algum desentendimento, briga ou rixa que antecederam o momento do crime. Dentre as causas presumíveis o “ódio ou vingança” registram 13 ocorrências dentre as 24 mortes. Em segundo lugar, constam outras motivações, estas não esclarecidas no ato do registro da ocorrência. E as demais causas registram 1 homicídio em cada.

Sob as desigualdades sociais na produção do espaço urbano, o núcleo Cidade Nova, como já foi enfatizado, também está inserido nessa realidade, e essas diferentes formas de produzir o espaço também passa a produzir novas formas de violência e reproduzem as existentes. A nova fase de modernização do espaço devido ao avanço do capital tornou a cidade

⁹ Entende-se por “causa presumível” a intitulação da motivação do crime de homicídio, de acordo com o Comando de Policiamento Regional II (CPR II).

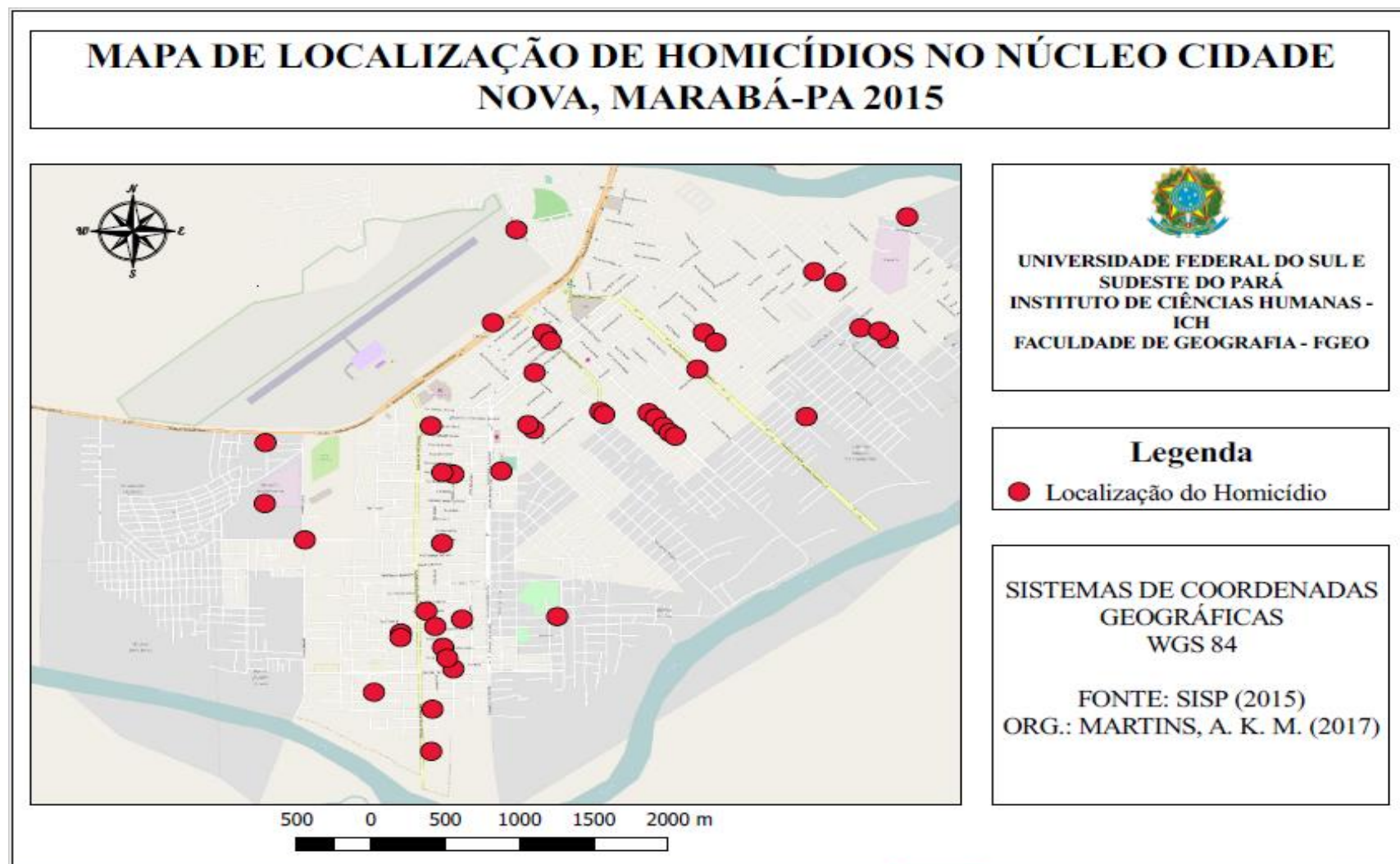
mais vulnerável, o Estado, focado em atender as demandas advindas da corrida econômica, deixou de “olhar” para os outros espaços.

Para Corrêa (2001) o espaço urbano é também uma condicionante social, ou seja, o condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as forças espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção. Os bairros e os lugares de residência são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais.

Os lugares de trabalho e lugares de residência, a macrofragmentação e reflexos sociais, assim identificados, passam a ter um papel comum, o de serem foco de reprodução das condições de produção e das relações sociais de produção. Estão, assim, novamente articulados (CORRÊA, 2001, p. 146).

Os espaços urbanos são reproduções dos diversos grupos existentes neles, as classes sociais produzem o espaço de acordo com as suas necessidades, sejam eles espaços fragmentados, articulados, reflexos e condicionantes sociais, tudo isso envolve o futuro a partir do presente (CORRÊA, 2001). Aplicando ao núcleo Cidade Nova, é possível identificar os espaços produzidos pelos diferentes agentes sociais, as áreas consideradas centrais e intermediárias são ocupadas pelas classes média e alta, devido à maior valorização dessas áreas, a oferta de bens e serviços, e ao “olhar” mais atencioso do Estado para esses locais. Já nas áreas ocupadas periféricamente, identifica-se ocupações consideradas irregulares, desprovidas de assistencialismo público, que deixam a população residente a mercê das mazelas urbanas, dentre elas a violência e criminalidade.

Mapa 03: Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2015.

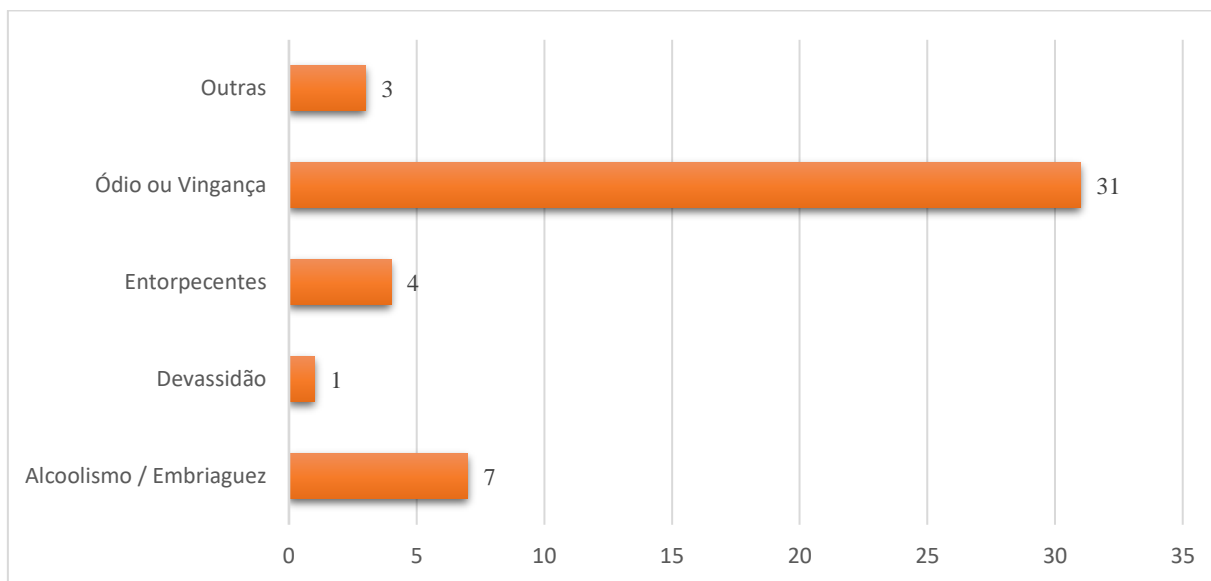


No ano de 2015, é possível identificar a duplicação das ocorrências de homicídios no núcleo. De 24 homicídios em 2014 passa a conter 49 homicídios. Diferentemente do ano anterior, devido ao aumento, esse crime está mais concentrado nas áreas periféricas, porém, ainda pode-se reconhecer a existência em outras localidades. Um dos fatores possíveis do aumento dos homicídios nessas áreas está ligado ao que Souza (2015) discute acerca das ocupações urbanas, onde são dotadas de péssimas condições de moradia e habitação, predominando a população de baixa renda, dentre outros fatores negativos.

Ademais, a partir das localizações dos pontos de homicídios ao longo do ano estão próximos aos bares noturnos presentes nos bairros periféricos de maior incidência, são os bairros Liberdade e Laranjeiras. Além disso, a infraestrutura das ruas pertencentes a esses bairros carece de qualidade, muitas estão esburacadas, outras são inacessíveis, o que dificulta a ação da polícia na resolução das ocorrências de criminalidade em geral.

Como pode-se identificar no mapa 03, os homicídios passaram a se localizar nos bairros periféricos chamando a atenção da expansão das ocupações urbanas no núcleo, importantes para entender a dinâmica da criminalidade. Os bairros periféricos do núcleo Cidade Nova, assim como muitos bairros no Brasil sofrem como a precarização da qualidade de vida decorrente ao descaso do Poder Público municipal, responsável por subsidiar toda infraestrutura necessária para habitação, como rede de esgoto, água, pavimentação, planejamento urbano, fatores escassos nesses espaços ou até mesmo inexistentes.

Esses ambientes se tornam propícios para as ações criminosas, não somente relacionados aos homicídios, como os assaltos. O sentimento de insegurança também torna as ações favoráveis, uma vez que a população temerosa não sai em determinados horários nas ruas, para Souza (2008), a partir desses ambientes se formam a “geografia do medo”, o qual nos bairros periféricos ocorrem com maior frequência, enquanto nos bairros elitizados ocorrem esporadicamente.

Gráfico 02: Causa presumível das ocorrências de homicídios em 2015.

Fonte: SISP (2015)

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

As causas presumíveis dos homicídios também estão relacionadas ao “ódio ou vingança”, trazendo à tona a existência de pistolagem na área urbana, visto que o Pará herdou esse conceito devido seus ciclos passados, onde a resolução de conflitos se restringia ao acerto de contas efetivados pelos pistoleiros no campo, a mando de seus patrões (SILVEIRA JR, 2013). No espaço urbano não há tanta diferença, essa questão também pode estar envolvida na dinâmica do tráfico de entorpecentes, crimes passionais, além de situações de dívidas.

No ano de 2015, o “ódio ou vingança” continua liderando como um dos maiores causadores dos homicídios. Em segundo lugar está o “alcoolismo/embriaguez”, essa causa atenta para o número de casas noturnas existentes no núcleo, localizadas nas áreas periféricas, onde os frequentadores desses locais são residentes da área, além de pessoas de fora, geralmente, estes são considerados de baixa renda dado a precariedade do local.

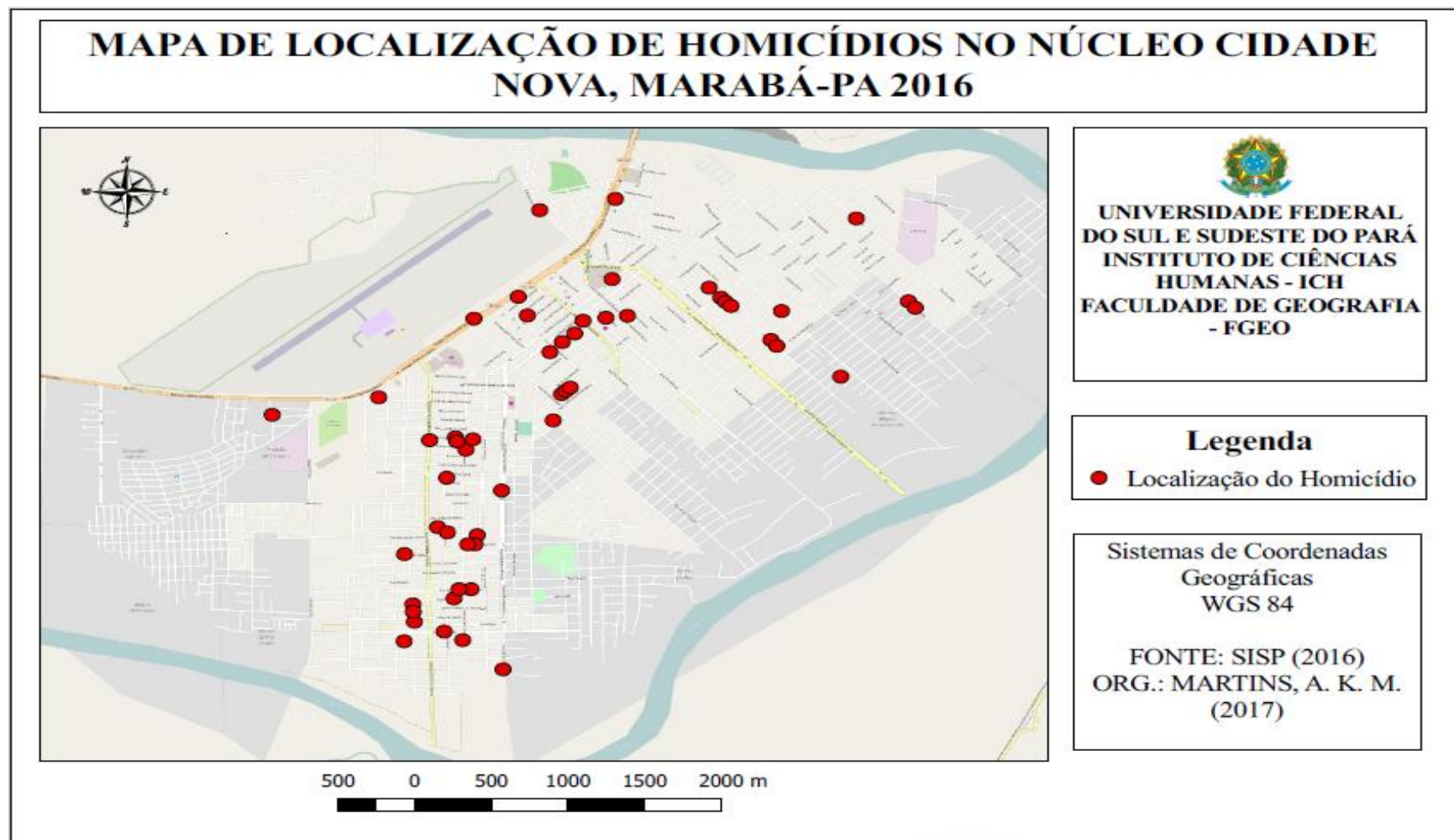
O aumento desenfreado dos índices de homicídios causa uma fobópole não somente no núcleo Cidade Nova, como na cidade de Marabá como um todo. Vale ressaltar, que, além deste núcleo ser o segundo maior em população, torna-se o mais perigoso, tendo em vista que o núcleo mais populoso (Nova Marabá) mesmo com também elevados índices de homicídios, pois quanto menor for o número de habitantes e maior for os índices de criminalidade, logicamente este também se tornará o mais perigoso.

Os problemas urbanos e os conflitos sociais desencadeiam um sentimento de medo e insegurança relacionados à criminalidade cotidiana, a partir de um quadro insatisfatório vivenciado pela população, e esse sentimento acaba por “passar despercebido” pelos olhos do Estado e transformam a violência e a criminalidade em fenômenos naturais. Em linhas gerais, a violência introduz mais uma desigualdade, em um espaço que já possui muitas.

O núcleo Cidade Nova é claramente fragmentado, no qual as classes sociais estão cada vez mais afastadas. E essa segmentação diminui a mobilidade espacial intra-urbana, uma vez que a elite não frequenta os bairros mais pobres e os pobres são discriminados ao tentar usufruir de espaços predominantemente da elite. Isso intensifica a exclusão e a auto-exclusão, estas são criadas e reforçadas. A relação próxima entre essas classes pode ser exemplificada através do comércio das drogas ilícitas, já que a elite é uma das principais consumidoras que abastecem financeiramente o tráfico de drogas (SOUZA, 2008).

O ano de 2016 é marcado por 52 ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova e se mostram cada vez mais concentrados nas áreas periféricas, diferentemente do ano de 2014. É presumível a presença desse delito mais evidente nos bairros Liberdade, Laranjeiras e Cidade Nova, locais onde há presença de festas noturnas nos finais de semana, a exemplo da casa de show Casarão, Recanto Azul, entre outros. O policiamento nessas áreas diminui devido ao horário em que as festas iniciam, além da dificuldade de acesso a esses locais serem precários. Novamente o sexo masculino é predominante nos registros, levando em consideração o instinto agressivo dos mesmos serem “comuns” na sociedade em que vivemos, as vítimas também são jovens, levando a questionamentos sobre as políticas públicas ineficientes quando se trata da inclusão social desses jovens, da oferta de emprego, assistência social, cultural e de saúde.

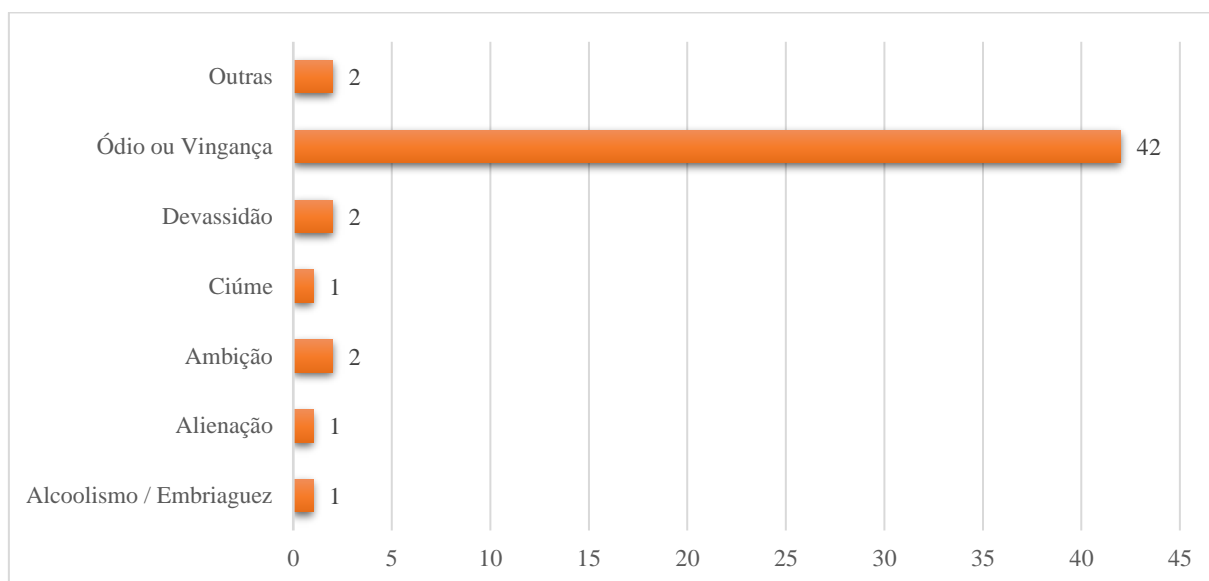
Mapa 04: Localização das ocorrências de homicídios no núcleo Cidade Nova, 2016.



Fonte: SISP (2016)

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

Gráfico 03: Causa presumível das ocorrências de homicídios em 2016.



Fonte: SISP (2016)

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

Em 2016, o “ódio ou vingança” se faz presente em maior número no que diz respeito aos homicídios. A incidência do crime motivado por essa causa, chama a atenção para uma sociedade totalmente dominada pela raiva, onde procuram resolver seus problemas por meio da violência e causando, conseqüentemente, a morte de pessoas e propagação da cidade do medo.

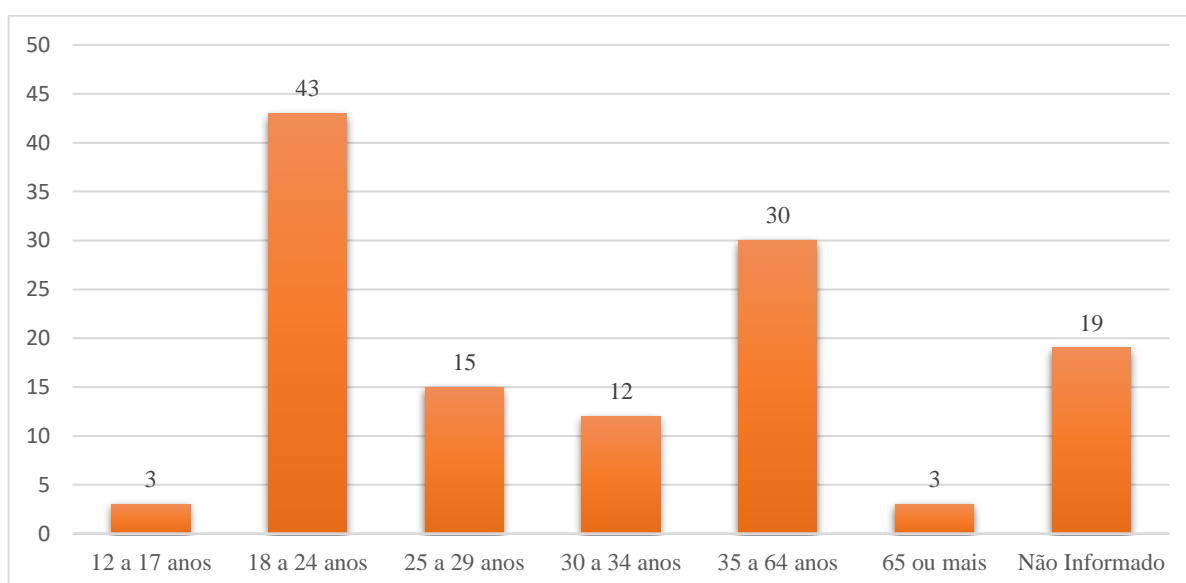
Outro ponto importante a se destacar é a questão do número de jovens inseridos na dinâmica da violência homicida. Os jovens, na maior parte, são atraídos para a criminalidade, em consequência das poucas oportunidades ofertadas para as classes mais pobres da cidade. A falta de qualificação dos pais leva ao surgimento de empregos informais, Couto (2014) exemplifica acerca da realidade dos jovens inseridos na dinâmica do tráfico em Belém, ao trabalho na feira do bairro da Terra-Firme, que, muitos largaram a escola para ajudar seus pais, abdicando assim, do direito à educação.

No que diz respeito às causas presumíveis em entrevista verbal com os integrantes do Setor Estratégico do CPR II, o tráfico de drogas é um dos maiores causadores de homicídios na cidade de Marabá, onde o “ódio e vingança” estão atrelados a esse condicionante. O acerto de contas é derivado dessa causa presumível, devido a desentendimentos entre grupos rivais ou decorrente de dívidas não pagas entre os consumidores e os traficantes.

Ademais, a busca por dinheiro também atrai os adolescentes. A dificuldade de se conseguir dinheiro para o sustento da família, que, muitas das vezes, os empregos informais

não dão conta da demanda necessária, estes veem na criminalidade uma forma de se conseguir dinheiro “fácil e rápido”, através de assaltos e tráfico de drogas. Este primeiro, geralmente acontecem nas áreas onde as classes média e alta habitam, tendo em vista o maior poder aquisitivo. O segundo diz respeito à venda de drogas ilícitas para essas mesmas classes ditas anteriormente, o elevado consumo de entorpecentes também eleva o comércio ilícito, com preços altos e venda rápida.

Gráfico 04: Faixa etária das vítimas de homicídios nos anos de 2014 a 2016.



Fonte: SISP (2014; 2015; 2016)

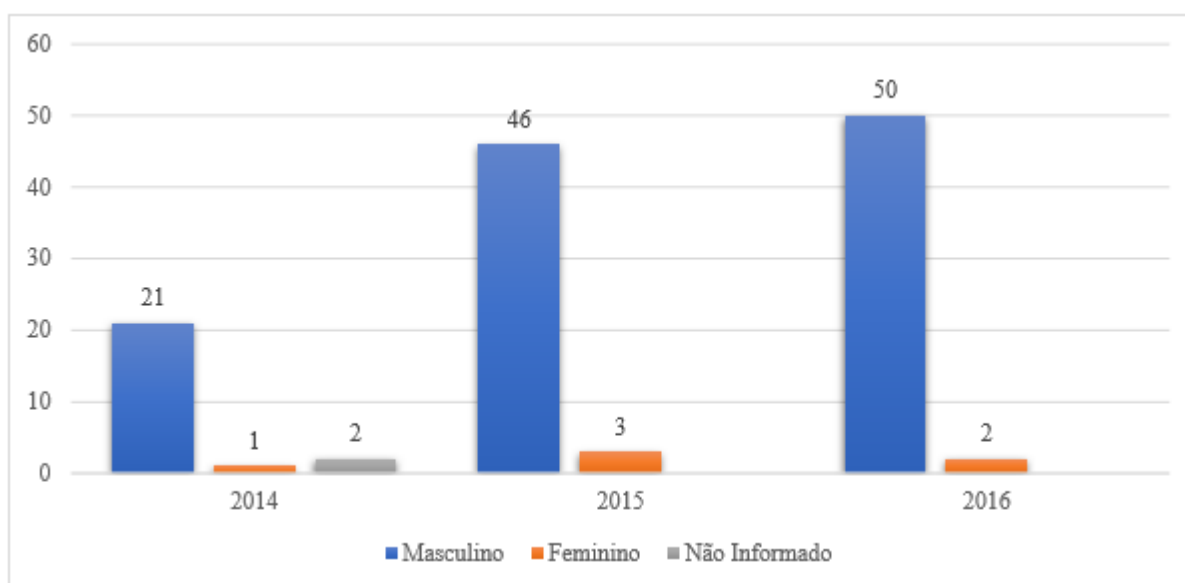
Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

As condições socioeconômicas de muitos jovens nas periferias, que vivem em meio a pobreza e à desestrutura familiar juntamente com a precária atuação do Estado, mostram ser fatores favoráveis à inserção dos mesmos na dinâmica da criminalidade. Couto (2014) utiliza as redes sociais dos jovens da periferia para entender as experiências vividas pelos indivíduos, como a família, o trabalho, a escola, os amigos, a comunidade e o meio em que vive, para saber como se estabelece as relações com a criminalidade.

A realidade das ocupações urbanas do núcleo Cidade Nova é semelhante aos bairros estudados por Couto (2014), o qual mostra que os jovens da periferia possuem sua rede social reduzida ao enfrentarem problemas de isolamento social ou algum tipo de preconceito ou exclusão, visto que há uma grande discriminação generalizada com as pessoas residentes de bairros pobres. Estes são inseridos nas redes ilegais, contribuindo cada vez mais para o

fortalecimento da criminalidade na cidade de Marabá. No período de 2014 a 2016, conforme o gráfico 04 mostra, a faixa etária com maior índice de homicídios está voltada para os jovens de 18 a 24 anos. Em segundo lugar, os adultos de 35 a 64 anos e em terceiro os adultos de 25 a 29 anos. Pode-se atentar para o considerável quantitativo de ocorrências de homicídios onde não foram informados a faixa etária da vítima, podendo dificultar um estudo com maior efetividade sobre o caso.

Gráfico 05: Gênero das vítimas de homicídios nos anos de 2014 a 2016.



Fonte: SISP (2014; 2015; 2016)

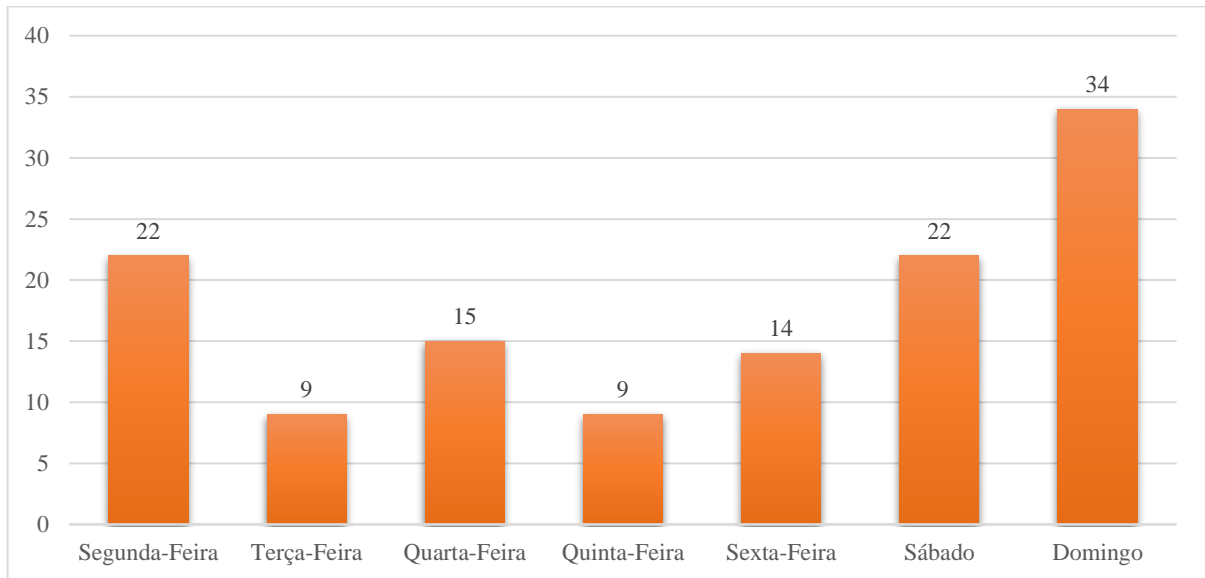
Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

Além dos jovens serem os grandes alvos da violência homicida, em sua grande maioria são homens, como mostra o gráfico 05. Para Silveira Jr. (2013) a agressividade e a competitividade dos homens tornam mais expostos ao crime de homicídio, haja vista a agressividade masculina ser culturalmente e socialmente aceita, que, especialmente nos jovens, veem a violência como modo mais aceitável de resolver conflitos. O sexo feminino claramente se mostra inferior aos homens no que diz respeito aos homicídios, no entanto, este tipo de homicídio não deixa de se fazer presente no núcleo Cidade Nova, e estão relacionados, significativamente, às questões passionais, ou seja, decorrente de brigas entre casais, bebedeira, etc.

Segundo o IPEA (2017) o drama da juventude perdida possui dois lados, de um lado a perda de vidas humanas e do outro lado a falta de oportunidades educacionais que condenam o

jovem a uma vida de restrição material e de anomia social, impulsionadores da criminalidade violenta.

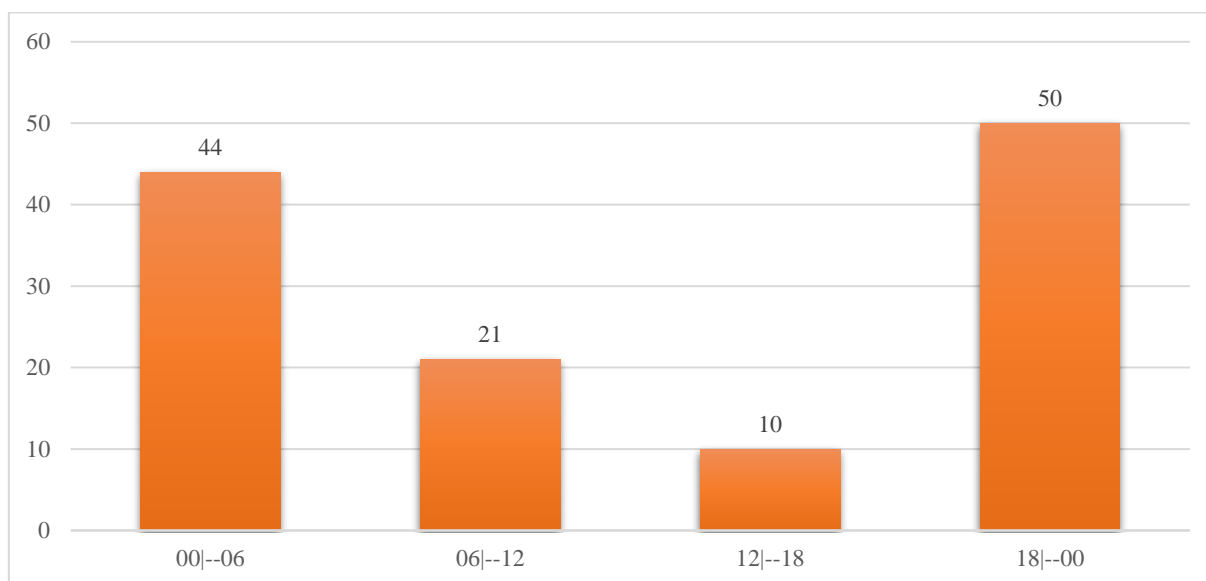
Gráfico 06: Dia da semana das ocorrências de homicídios nos anos de 2014 a 2016.



Fonte: SISP (2014; 2015; 2016)

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

Os dias da semana também são essenciais para entender a dinâmica da violência homicida. Os dias de sábado, domingo e segunda apontam os números mais elevados de homicídios, e isso se deve ao fato das casas noturnas funcionarem aos finais de semana, o que também eleva o consumo de álcool e o maior número de pessoas nas ruas, tornando o ambiente propício para a criminalidade em geral. A quarta-feira também se destaca com um significativo número de homicídios no meio da semana.

Gráfico 07: Faixa horária das ocorrências de homicídios nos anos de 2014 a 2016.

Fonte: SISP (2014; 2015; 2016)

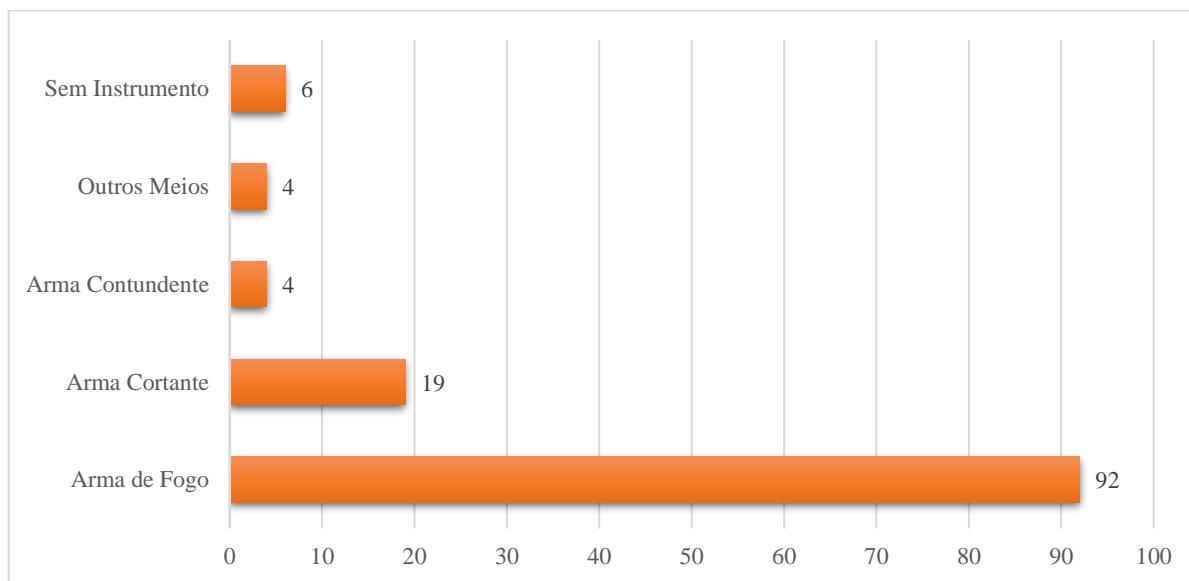
Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

O gráfico 07 vem mostrar a faixa horária dos homicídios, que, atrelado aos dias de maior incidência (nos finais de semana), está diretamente ligado ao horário de funcionamento de festas, bares, dentre outras casas noturnas, evidenciando os fatores já citados anteriormente. Outro detalhe está no horário de patrulhamento das viaturas da Polícia Militar, que, depois da 00:00h diminuem na cidade, logo, os criminosos veem a partir desse horário maior chance de concluir o delito.

Os horários em que mais ocorreram os homicídios estão entre 18|--00 e das 00|--06 horas. Horários em que as casas noturnas abrem e encerram seu expediente, além do patrulhamento reduzidos nessas áreas. Logo, o turno da noite é preferencial não somente para a violência homicida, mas para a criminalidade de modo geral.

Em entrevista verbal com os integrantes do CPR II os homicídios prevalecem no turno da noite devido ao funcionamento de casas de show e bares nesses horários, com isso, aumenta-se o quantitativo de pessoas nas ruas e possíveis alvos para a criminalidade. Outro fator importante a se destacar é a infraestrutura das ruas do núcleo Cidade Nova, a maioria destas não são pavimentadas, são esburacadas, o que dificulta a entrada de viaturas nesses locais, dificultando então, o atendimento a ocorrência, não podendo inibir algumas ações criminosas.

Gráfico 08: Meio empregado nas ocorrências de homicídios nos anos de 2014 a 2016.



Fonte: SISP (2014; 2015; 2016)

Organização: MARTINS, A. K. M. (2017)

O meio empregado está relacionado ao meio utilizado no momento do crime, como o gráfico 08 mostra, a maioria dos homicídios a arma de fogo foi a mais utilizada. De acordo com Silveira Jr. (2013) a justificativa para o uso da arma de fogo está na facilidade de acesso a esse instrumento no mercado ilegal, além da forma mais “viável” de resolver qualquer conflito interpessoal, por ser letal, além do alto nível de impunidade, uma vez que ao fugir do flagrante dificilmente o homicida será encontrado. As armas de fogo vendidas no mercado ilegal não são registradas no nome do comprador, outro fator que dificulta as investigações.

Peres e Santos (2005) acreditam que os elevados coeficientes de mortalidade por homicídios com armas de fogo sugerem que medidas para o controle de armas podem vir a ter um impacto importante para a redução da mortalidade por homicídios, constituindo-se, dessa forma, uma medida de grande valor preventivo. Porém, antes de realizar um controle mais rigoroso do uso da arma de fogo é necessário aumentar o sentimento de segurança da população, pois muitos moradores mantêm a arma de fogo em sua residência de forma legal ou ilegal, devido ao medo de sofrer alguma violência, achando que dessa forma terá proteção mais efetiva (SILVEIRA JR., 2013).

Ainda segundo a entrevista verbal no CPR II, há uma certa facilidade na inserção de armas de fogo na cidade de Marabá, principalmente para atender necessidades dos “soldados” tráfico de drogas. Estas são advindas do mercado negro e são comercializadas na cidade com grande frequência, algumas armas são de uso exclusivo das policias municipais, estaduais e

federais, bem como das forças armadas, e estão nas mãos de criminosos que as utilizam como instrumento de poder.

Para entender a efetividade das políticas públicas em segurança é necessário identificar quem são as organizações componentes da “segurança pública” e como atuam na prevenção da violência e criminalidade, são eles: polícias civis e militares, Ministério Público, juízes e o sistema prisional. Estas organizações compõem a Justiça Criminal, responsável por atuarem na segurança de Estado, bem como em projetos e programas de prevenção. As políticas públicas em segurança envolvem a formulação de componentes cognitivos que informam a concepção de programas a serem implementados, além de métodos analíticos de monitoramento e avaliação do desempenho dessas organizações (BEATO, 2012).

Dentro do campo da segurança pública as organizações competentes são responsáveis, de modo geral, pela formulação de problemas, proposição de alternativas, ações e seus resultados no campo teórico. No que concerne a questão técnica, envolve a avaliação, monitoramento, recomendações e estruturações, capazes de identificar a efetividade, eficiência e equidade (BEATO, 2012).

A problemática que envolve a efetividade das políticas públicas está na necessidade de bases de dados mais sólidas e científicas que possam servir de orientação para os programas de prevenção da violência e criminalidade. Esta envolve duas possibilidades, a primeira é devido aos rumos incertos do desenvolvimento e da complexidade estrutural que o país trilhou, ou seja, o modo como as cidades se desenvolveram e se fragmentaram, ao ponto de aumentar demasiadamente as desigualdades sociais. A segunda está relacionada ao desconhecimento devido à ausência de um pensamento sistemático das organizações competentes da segurança pública (BEATO, 2012).

Para que haja de fato efetividade das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade está na profissionalização do campo da segurança pública. Para Beato (2012), a profissionalização na segurança pública é inevitável para que haja resultados relevantes para a sociedade, visto que a ajuda da tecnologia auxilia no monitoramento e estruturação dessas políticas. Além disso, as organizações necessitam se articular no que diz respeito à segurança pública como um todo, através do compartilhamento de dados, bem como de informações, para que juntos possam formular e implementar programas de prevenção e redução da criminalidade.

No Estado do Pará o Sistema de Segurança Pública conta com o Programa de Redução da Criminalidade (PREC), com o objetivo de alcançar metas acerca da redução dos crimes no

Estado. É também um conjunto de ações que o governo coloca em prática para reduzir a criminalidade através de planejamentos e coordenações. Este programa funciona a partir de resultados prévios a serem atingidos através de metas preestabelecidas, possui um caráter proativo e antecipatório. Funcionam em caráter articulado gerenciado pela Secretária de Segurança Pública (SEGUP) juntamente com as polícias civil e militar, além de envolver o Centro de Perícia Criminal Renato Chaves e o Departamento de Transito do Estado do Pará (DETRAN). A partir da integração desses órgãos os trabalhos tendem a trazer resultados eficazes para a sociedade.

A partir desse programa, segundo a Polícia Civil do Estado do Pará (2016), são definidos os crimes os quais desejam enfrentar, quais ações policiais são necessárias para combater os indicadores de criminalidade decorrente do contexto organizacional com diferentes variáveis, quais metas devem ser traçadas e um acordo de resultados entre os órgãos envolvidos.

Para Beato (2012) as propostas de controle de criminalidade devem passar tanto por reformas sociais como por reformas individuais, no intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio social:

A par de políticas convencionais de geração de empregos e combate à fome e à miséria, ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos da carência, além de incutir em jovens candidatos potenciais aos crimes novos valores, por meio da educação, da prática de esportes, do ensino profissionalizante, do aprendizado de artes e da convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes (p. 39).

As análises acerca da violência homicida no núcleo Cidade Nova chamam atenção para a necessidade da presença da segurança pública com maior intensidade nos bairros periféricos. Para Beato (2012) a violência urbana é uma questão pública que está relacionada às mazelas sociais e ao tipo de desenvolvimento imprimido às cidades. Com isso, os impactos negativos causados pela violência urbana que vem acarretando para as instituições e para o convívio social (exercício dos direitos de cidadania), têm tornado essas estatísticas uma preocupação política de primeira grandeza.

Souza (2008) e Chagas (2014) enfatizam a importância de entender que a criminalidade violenta está espacializada por todas as classes sociais, diferenciando apenas na questão do espraiamento, é heterogêneo e não homogêneo, como muitas pessoas pensam. Sobre o núcleo Cidade Nova, o objetivo não é causar uma generalização das ocorrências de homicídios, muito menos fazer pensar que apenas as ocupações urbanas são as mais violentas, o que acontece é que por se tornar uma área “excluída” pelo Poder Público e pelas elites, a criminalidade violenta

se instala com mais “facilidade” nessas áreas. Além disso, o esquecimento do Poder Público em se fazer presente também nessas áreas, deixam a população temerosa quanto a criminalidade, causando um medo generalizado.

O núcleo Cidade Nova carece de mais investimentos na segurança pública, haja vista que não possuem um quantitativo adequado de viaturas e policiais. A infraestrutura física das ruas também dificulta a atuação dos mesmos, tendo em vista que as ruas esburacadas e outras em que veículos não conseguem adentrar, dificulta o patrulhamento nessas áreas, deixando-as expostas para qualquer tipo de criminalidade. Em contrapartida, o Estado foca seus olhares para as áreas centrais deste núcleo, ou seja, os bairros mais elitizados, onde as rondas policiais se fazem presentes. Apesar da segurança pública ser um direito de todos, existem áreas em que há mais necessidade de patrulhamento em detrimento de outras, haja vista que os bairros considerados nobres detêm de tecnologias e segurança privada, que, apesar de ser uma falsa sensação de segurança, consegue inibir a ação de criminosos.

Finalizamos este capítulo com o seguinte questionamento: O que pode ser feito para diminuir os índices de violência homicida na cidade de Marabá? Logo, as respostas são várias, visto que todos nós queremos uma cidade livre de criminalidade e desigualdades sociais, mas para que haja uma diminuição nesses índices a mudança deve vir “de cima para baixo”, ou seja, deve-se fazer um planejamento urbano que melhore as condições das ocupações urbanas, principalmente por ser dever do Estado e direito de todos os cidadãos enquanto usuários da cidade. Uma melhor articulação dos órgãos de segurança pública, desde o trabalho ostensivo, investigativo e judiciário, para que todos os espaços possam se tornar seguros, os criminosos serem punidos perante a lei, e maior efetividade no sistema judiciário, para que não haja impunidade.

Além disso, deve-se investir na educação, os jovens são os principais alvos da criminalidade, muitos estão fora das escolas, a educação é capaz de transformar a vida de muitos jovens, focando sua vida para coisas que realmente interessem, sem discriminação e mais acesso à educação. E, por último e não menos importante, é que todos nós somos usuários da cidade, independentemente da classe social a qual pertencemos, a discriminação generalizada das pessoas residentes dos bairros periféricos pode levar a vida de muitos cidadãos de bem, visto que nem todos que residem nesses bairros são criminosos.

Esta pesquisa chama a atenção do Poder Público sobre a questão da violência urbana não apenas no núcleo Cidade Nova, mas como a cidade de Marabá como um todo. A partir da

análise das ocorrências de homicídios nesse núcleo, faz-se necessário chamar atenção para os outros núcleos que também sofrem com a violência homicida. Pois foi a partir desse estudo que ficou claro que a produção do espaço urbano da cidade de Marabá é desigual, segregacional e influencia diretamente no processo de criminalidade violenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender, a temática da violência urbana nos remete, a priori, entender o seu processo histórico, no que diz respeito em como a violência se fez presente na historicidade da humanidade. Esta perpassou por todos os períodos históricos, carregando consigo funções diferentes, utilizada como estratégia de defesa, ataques, protagonizou guerras, levou a vida de muitas pessoas. E, com o passar dos períodos, a violência se tornou um fenômeno cada vez mais complexo e intenso na sociedade, acompanhando todos os passos do desenvolvimento humano.

A violência sob todas as suas manifestações se mostra como uma força que transgredir os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, políticas e religiosas. A violência desrespeita os direitos fundamentais do ser humano e é capaz de transformar vidas, sociedades e ditar condicionamentos (ALMEIDA, 2010).

A violência é uma herança do processo histórico da sociedade, que a partir das desigualdades políticas, sociais, culturais e econômicas resultaram em constantes conflitos e injustiças, e se mantém viva como um modelo de organização social. Está a serviço da manutenção das desigualdades na sociedade atual, tornando-a banalizada e quase imperceptível, tanto para quem a produz quanto para quem sente os efeitos. Assim, a violência passa a se tornar um fato natural da vida e vista como “necessária” para organizar alguns espaços. Na contemporaneidade, a violência tem se tornando um medo urbano, o qual o medo tem se tornado o companheiro das grandes urbes. Esta é uma novidade histórica marcada pela sua magnitude e intensidade, pois consegue reunir diversas características que são típicas de diversos momentos históricos.

A cidade de Marabá, enquanto uma cidade média na Amazônia brasileira, através dos seus ciclos econômicos construídos ao longo da sua existência, também carregou a violência em seu arcabouço histórico, através do fenômeno da pistolagem, decorrente, principalmente, de conflitos fundiários. O processo de modernização da Amazônia a partir das políticas desenvolvimentistas impulsionadas pelo Governo, foram cruciais para que essa região se desenvolvesse, e Marabá se destaca pela chegada de grandes empresas que, também alavancaram a sua urbanização, e conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais, exclusão, processo de favelização e a criação dos bairros periféricos, contribuindo para o aumento da violência na cidade.

Os agentes produtores do espaço urbano na cidade de Marabá foram fundamentais para entendermos a dinâmica da criminalidade violenta. Esses produtores do espaço são compostos por proprietários do meio de produção, na figura das grandes empresas trazidas para a cidade; os proprietários fundiários, que obtém de renda fundiária a partir do seu uso; os promotores imobiliários, responsáveis pela inserção de uma nova lógica de habitação e especulação imobiliária, a partir do surgimento de conjuntos habitacionais e loteamentos em Marabá; o Estado, que promoveu e facilitou a entrada de grandes empresas; e os grupos sociais excluídos, compostos pela população menos favorecida da cidade e migrantes atraídos pelos novos empreendimentos, que, por não possuírem condições financeiras foram obrigados a ocupar os bairros periféricos de Marabá.

Na cidade de Marabá criou-se uma expectativa de empregabilidade e crescimento econômico a partir da notícia da vinda da ALPA. A cidade passou a passar por transformações socioespaciais que trouxeram muitas mudanças, dentre elas, podemos destacar as desigualdades sociais vividas pela população local e por migrantes advindos do “boom” das oportunidades desse novo empreendimento.

Não obstante a isso, houve um aumento gradativo no número de ocupações urbanas localizadas em maior número nas áreas periféricas, atentando para o alto valor do preço da terra nas áreas centrais. As pessoas residentes destas áreas possuem, geralmente, menor poder aquisitivo em detrimento das classes média e alta, e com isso, são impulsionados a migrarem para as áreas mais afastadas do centro. As ocupações periféricas do núcleo Cidade Nova, assim como em muitas cidades brasileiras, são desprovidas de qualidade de moradia, acompanhados de uma ineficiência de serviços públicos, o que acaba por ocasionar o aumento das disparidades sociais. Esses fatores acabam por serem favoráveis para a instalação da violência e da criminalidade.

A exclusão social, a precária atuação do Estado, o desemprego crescente e a fragmentação do espaço urbano são processos que impulsionam o fenômeno da violência e criminalidade na cidade de Marabá, em especial, o núcleo Cidade Nova, que permeou todo o desenvolvimento da pesquisa. A partir dos dados coletados e da metodologia aplicada, é que a ocorrência de homicídios neste núcleo se encontra em maior concentração nos bairros periféricos, onde o Poder Público se mostra ineficiente, são áreas ocupadas pela camada menos favorecida, carentes de infraestrutura básica que garanta a qualidade de vida dos moradores.

A onda de violência acaba por criar um medo generalizado causando uma fobópole, os hábitos sociais são modificados ao passo em que a violência avança por entre as classes. As pessoas não se sentem mais seguras nas ruas, deixam de frequentar espaços públicos devido a insegurança, são impedidas de saírem em qualquer horário por medo e se trancam em suas casas. As moradias passam a se tornar uma espécie de “fortaleza” contra possíveis ataques criminosos.

O total de 125 homicídios nos três anos nos leva a pensar no que o Poder Público, enquanto órgãos de segurança pública, estão fazendo para que esses índices diminuam. Levando em consideração o quantitativo populacional da cidade de Marabá, os índices de homicídios apresentados no terceiro capítulo mostram que o núcleo Cidade Nova, especialmente, vive um constante medo generalizado.

Diante disso, este trabalho foi elaborado para contribuir positivamente com estudos acerca da temática da violência urbana na cidade de Marabá, para que perpassasse dos limites da universidade e chegue até aos órgãos competentes em segurança pública, para que a partir desses estudos mais aprofundamentos, possam implementar políticas públicas com maior eficiência, em locais onde os mapas confeccionados neste trabalho, permitiram identificar as áreas mais afetadas por esse fenômeno, que, conseqüentemente, também carece de outros serviços públicos, ao invés de concentrar suas atividades apenas em locais estratégicos, predominantes das classes média e alta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALMEIDA, M. G. B. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f.
- ARENDT, H. **Da Violência**. Trad. Maria Claudia Drummond. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1985.
- BEATO, Claudio. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BUENO, Samira. (org.) et alii. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA/Forúm Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- CADEMARTORI, A. C.; ROSO, A. **Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo**. *Ser social*, v. 14, p. 397-418, 2012.
- CHAGAS, C. N. C. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**, nº 1, v.1, Jan-jun. 2014.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009.
- COELHO, E. B. S.; LINDNER, S. R.; SILVA, A. C. L. G. **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. p. 11-35
- COUTO, A. C. O. **A geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém**. _ Belém: EDUEPA, 2014.
- EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: 2.ed. ver, 1999. 174p.
- EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A.; Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 40, p. 51-68, 1996.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas de ponderação**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/>. Acesso em: 02 de fev. 2018.
- _____. **Histórico do município de Marabá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/historico>. Acesso em: 02 de fev. 2018.
- GOMES, L. M. S. L. **Violência homicida e a política de segurança pública no Brasil: um estudo de Marabá**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém. 2014.

GUIMARÃES, C. E.; LOUREIRO, V. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. **Revista Direito Gv**. São Paulo, n.1, v.3, p. 221-246, jan/jun 2007.

JUNIOR, Heitor Piedade. Violência é sempre violência. In: JUNIOR, Heitor Piedade; LEAL, César Barros. **A violência multifacetada: estudos sobre violência e a segurança pública** (orgs.). Belo Horizonte, MG. Del Rey, 2003.

KOSOVSKI, Ester. Drogas, Violência e Vitimização. In: JUNIOR, Heitor Piedade; LEAL, César Barros. **A violência multifacetada: estudos sobre violência e a segurança pública** (orgs.). Belo Horizonte, MG. Del Rey, 2003.

LIMA, M. M. **A ribeira e a orla: especificidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação**. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

Minayo M.C.S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. In: Sousa ER, organizadores. Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007.

_____. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 513-531, nov. 1997.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

PNUMA et al. **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá**. Belém-PA: PNUMA/UM-HABITAT/IBAM/ISER, 2010. 140p.

POLICIA CIVIL DO PARÁ. **Polícia Civil informa sobre o programa de Redução de Criminalidade (PREC), 2016**.

Disponível em: <http://www.policiacivil.pa.gov.br/pol%C3%ADcia-civil-informa-sobre-programa-de-redu%C3%A7%C3%A3o-da-criminalidade-prec>. Acesso em: 15 de fev. 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. Revisão do Plano Diretor Participativo de Marabá, Pará. Marabá, 2011.

RIBEIRO, R. **As cidades Médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no Sudeste Paraense**. 2010. XX f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, J. C. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da. **Homicídio em Marabá: a Desinformação da Informação na Construção do Perfil da Vítima, do Agressor e do Delito**. 2013. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) PPGDSMC, UFPA, Belém, Pará, 2013.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M.V. M. **O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (Pa): a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SONODA, K. C. L.; ASSIS, S. G.; SCHENKER, M. Estratégias de enfrentamento da violência urbana por ativistas sociais do Rio de Janeiro. In: **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 749-767, dez. 2016.

TRINDADE JR, S. C.; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e a importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: **Anais do XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional**. Rio de Janeiro. 2007.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. ed. On-line. Rio de Janeiro: Centro Edeistein de Pesquisas Sociais, 2009. 172p.